

UFAC

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

ISSN: 2675-4088



PPG
MGe 

V. 3, N. 2, 2021

UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Karina Furini da Ponte
Raquel Lins Brandão
Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Silvio Simione da Silva
Thirson Rodrigues de Medina
Victor Régio da Silva Bento

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO

Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Arlete Moyses Rodrigues
Antonio Thomaz Junior
Brian Gerard Garvey
Carlos Walter Porto-Gonçalves
Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin
Eguimar Felício Chaveiro
Héctor Ávila-Sánchez
João Osvaldo Rodrigues Nunes
Miguel Ibáñez Sánchez
Rosemeire Aparecida da Almeida

COMISSÃO CIENTÍFICA DE PARECERISTAS

Antonio Thomaz Junior	Isis do Mar Marques Martins
Alexsande de Oliviera Franco	João Márcio Palheta da Silva
Anderson Azevedo Mesquita	José Alves
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	José Genivaldo do Vale Moreira
Arivaldo D'Avila de Oliveira	Julia Lobato Pinto de Moura
Brian Gerard Garvey	Juliano Strachulski
Carlos Estevão Ferreira Castelo	Karina Furini da Ponte
Cleilton Sampaio de Farias	Karla da Silva Rocha
Cristovão Henrique	Lucilene Ferreira de Almeida
Denise Cristina Bomtempo	Maria de Jesus Morais
Denis Richter	Natacha Cintia Regina Aleixo
Dinamares Aparecida Antunes	Rodrigo Otavio Peréa Serrano
Edwin Andrés Mancilla Rico	Silvio Simione da Silva
Elder Andrade de Paula	Victo Hugo Nedel Oliveira
Elisandra Moreira de Lira	Victor Régio da Silva Bento
Fernanda Lima e Silva	Waldemir Lima dos Santos
Frank Oliveira Arcos	

EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI

EDITORIAL REVISTA UAQUIRI

O Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal do Acre (Ufac) tem o prazer de apresentar à comunidade científica o resultado de um esforço coletivo ao lançar a Revista Uáquiri em seu volume 3, número 2, do ano de 2021.

A Revista Uáquiri trata-se de uma ferramenta de divulgação dos resultados de pesquisa sobre a produção do espaço geográfico e estudos temáticos que envolvam a região amazônica e discussões teórico-metodológicas geográficas.

Na perspectiva de suscitar o debate, a Revista Uáquiri (v.3, n.2, ano 2021) apresenta nove trabalhos entre artigos e relatos de experiência das mais variadas temáticas, mas sempre com o compromisso teórico-metodológico na abordagem do tema, com apresentação de dados quantitativos, qualitativos e análises de modo a oferecer ao leitor informações e questionamentos sobre o papel da ciência geográfica na análise espacializada dos processos, fatos e fenômenos que contemplam a realidade da Amazônia Sul-Occidental.

Os sete artigos que compõem este volume da Revista Uáquiri nos trazem importantes reflexões cada qual com seu enfoque teórico-metodológico, porém todos a partir do recorte espacial da região Amazônica. Nesse sentido, há dois artigos que nos trazem algumas problemáticas da fronteira Brasil/Bolívia, sendo um que aborda sobre a segurança pública e outro sobre integração e conflitos nas cidades gêmeas (Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija). Como também outro artigo centrado nas problemáticas do comércio internacional entre Acre/Brasil e países andinos.

Outras pesquisas e discussões na forma de artigo científico que compõem a revista Revista Uáquiri estão as abordagens epistemológicas sobre a crise paradigmática da ciência geográfica; a contribuição da população negra na formação do espaço urbano de Rio Branco/Ac; sobre a exploração do trabalho escravo na região Amazônica e, por fim, a artigo que trata sobre a temática do ensino de geografia com a produção de climogramas para entender a diversidade climática nos municípios do Acre.

A outra seção da Revista Uáquiri é o Relato de Experiência que são formas mais livres de contribuição científica. Nesta seção são apresentados relatos de trabalho de campo e experiências vividas a partir de projetos.

Na edição de v.3, n.2 da Revista Uáquiri são apresentados dois Relatos de Experiência, sendo um que aborda sobre a implantação do projeto de paisagismo no Instituto Federal do Acre (IFAC - Campus Xapuri) e a percepção de discentes após a execução do projeto e o último relato que traz a experiência de um jogo didático digital elaborado por discentes da disciplina de Biogeografia do curso de Geografia bacharelado da Ufac para desenvolver a temática de recursos naturais e assim utilizar como recurso didático para aprendizagem do ensino em Geografia.

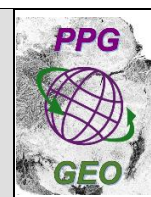
Então, convidamos os leitores a navegar nas discussões e contribuições da geografia acreana trazidas pela Revista Uáquiri, v.3, n.2 do ano de 2021.

Os editores

Sumário

EDITORIAL REVISTA UÁQUIRI	3
TERRITORIALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA COM A BOLÍVIA: O CASO DE RIO BRANCO CAPITAL DO ESTADO DO ACRE	7
INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA BRASILEIRA, BOLÍVIA: BREVE RESUMO DAS CIDADES GÊMEAS DO ACRE.	30
O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO ACRE COM O MERCADO ANDINO: IDENTIFICANDO PROBLEMAS	52
A GEOGRAFIA E A CRISE PARADIGMÁTICA: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES	64
NEGROS E NEGRAS NO ESPAÇO URBANO ACREANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA RUA ÁFRICA E DOS BAIRROS JOÃO EDUARDO, IRINEU SERRA E LAÉLIA ALCÂNTARA NA CIDADE DE RIO BRANCO	78
INTERPRETANDO A DIVERSIDADE CLIMÁTICA DO ACRE ATRAVÉS DA LEITURA DE CLIMOGRAMAS	96
A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO COMO ESTRATÉGIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA	112
RELATOS DE EXPERIÊNCIAS	136
PROJETO DE PAISAGISMOS NO IFAC - XAPURI: IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA	137
A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NA GEOGRAFIA ESCOLAR: JOGO DIGITAL COMO RECURSO DIDÁTICO	151

ARTIGOS



TERRITORIALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA COM A BOLÍVIA: O CASO DE RIO BRANCO CAPITAL DO ESTADO DO ACRE¹

Bac. Thirson Rodrigues de Medina^{1*}, Dr. José Alves²

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7620-0920>; <https://orcid.org/0000-0002-5464-8940>

¹Discente da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil

²Professor da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Rio Branco, Acre, Brasil

* medinatr272@gmail.com

Recebido em: 04/10/2021; Aceito em: 14/11/2021; Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-1>

RESUMO

Essa pesquisa objetiva analisar o planejamento público no âmbito da segurança no território das cinco regionais de segurança pública no município de Rio Branco, Acre e evidenciar se as mesmas atenuam a ação dos grupos criminosos antagônicos em disputa pelos espaços do poder paralelo, na faixa de fronteira brasileira no estado do Acre com a Bolívia. O posicionamento do estado do Acre como líder no ranking da criminalidade e violência em 2017, eleva ao nível máximo, a decodificação no recorte temporal dos primeiros decênios do século XXI, para compreender quais fatores levam a esse cenário e quais as perspectivas a sociedade rio-branquense. A metodologia adotada significou na análise e compilação do banco de dados disponibilizado pelos Anuários do Fórum de Segurança Pública e em âmbito institucional, coligado com os dados apresentados pelo Ministério Público do Estado do Acre, por meio do Observatório da Criminalidade. As contribuições conceituais surgiram das pesquisas de Araújo (2018), Balestreri (2010) Haesbaert (2006; 2012), Escudero (2004). O estopim da guerra das facções que tem como centro de gravidade o poder pela rota internacional do tráfico de drogas na região Amazônica com a Bolívia, eleva de maneira secundária os registros de homicídios e frequências de roubos em Rio Branco, e eleva a capital acreana entre as mais violentas da região Norte e o Brasil. Assim, a análise geográfica, para além da estatística criminal, mapeamento dos geocrimes, amplia o suporte científico para compreensão da probabilidade da recorrência dos crimes e violência na cidade de Rio Branco.

Palavras-chave: Acre; Bolívia; Faixa de Fronteira; Segurança Pública.

1 Pesquisa resultado do desenvolvimento da Monografia na graduação do Curso de Geografia Bacharelado na Universidade Federal do Acre

TERRITORIALITY AND PUBLIC SECURITY IN THE BRAZILIAN BORDER BAND WITH BOLIVIA: THE CASE OF RIO BRANCO CAPITAL OF THE STATE OF ACRE

ABSTRACT

This research aims to analyze public planning in the field of security in the territory of the five regional public security in the city of Rio Branco, Acre and show if they mitigate the action of antagonistic criminal groups in dispute for the spaces of parallel power, in the Brazilian border strip in the state of Acre with Bolivia. The position of the state of Acre as the leader in the ranking of crime and violence in 2017 brings to the highest level, the decoding in the time frame of the first decades of the 21st century, to understand which factors lead to this scenario and which perspectives the society. white. The adopted methodology meant the analysis and compilation of the database provided by the Public Safety Forum Yearbooks and institutionally, related to the data presented by the Public Prosecution Service of the State of Acre, through the Crime Observatory. Conceptual contributions will emerge from research by Araújo (2018), Balestreri (2010) Haesbaert (2006; 2012), Escudero (2004). The trigger for factional warfare that has the center of gravity of power on the international drug trafficking route in the Amazon region with Bolivia, secondarily increases the record of homicides and robbery frequencies in Rio Branco, and elevates the Acreian capital between the most violent in the northern region and Brazil. Thus, geographic analysis, in addition to criminal statistics, mapping of geocrimes, broadens the scientific support for understanding the likelihood of recurrence of crimes and violence in the city of Rio Branco.

Keywords: Acre; Bolivia; Border Strip; Public Security.

1. INTRODUÇÃO

A faixa de fronteira brasileira corresponde a dezesseis mil, oitocentos e oitenta e cinco quilômetros e setecentos metros (16.885,7 km) de extensão, envolve onze Unidades da Federação (UF), 588 municípios e corresponde a 27% do território nacional (MI; IPEA, 2017, p. 9-10).

No contexto do território Sul da Amazônia Ocidental região Norte, representado pelo estado do Acre e a nação peruana o perímetro do limite internacional possui mil quinhentos e sessenta e cinco quilômetros (1.565 km) de extensão (ITAMARATY; PCDL, 2012).

Além disso, a linha limite internacional do Brasil com a Bolívia, abrange no total, três mil, quatrocentos e vinte e três quilômetros (3.423 km), o equivalente a setecentos e cinquenta e um quilômetros (751 km) de fronteira terrestre e dois mil seiscentos e setenta e dois quilômetros (2.672 km) pluviais representados por rios, lagos e canais. Destes, seiscentos e sessenta e seis quilômetros (666 km), representam o limite internacional entre a Bolívia e o estado do Acre (ITAMARATY; SCDL, 2012). Dessa forma, municípios considerados lindeiros nesta região de fronteira acreana contígua à Bolívia, são: Acrelândia, Assis Brasil, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Plácido de Castro e Xapuri.

De maneira concomitante conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a faixa de fronteira do Brasil, “compreende uma faixa interna de 150 quilômetros de largura paralela a linha divisória terrestre do território nacional, considerada *área indispensável à segurança nacional*” (BRASIL, 2015; MD, 2007, p. 32, grifo nosso).

Entretanto, o município de Rio Branco, objeto de nossa análise, dentre os vinte e dois municípios acreanos, com área territorial equivalente a 5,38% do total do estado do Acre (ACRE, 2009, p. 17), não se encontra delimitado a partir da linha internacional, mas está absorvido pela faixa de fronteira contígua, conforme (ACRE; MPAC, 2016, p. 15).

Assim, esta pesquisa desenvolvida no Grupo PET Geografia da Universidade Federal do Acre (UFAC), conectada à pesquisa coletiva do Grupo: “Mundo do Trabalho e Dinâmicas Territoriais na Faixa de Fronteira da Amazônia brasileira (Acre e Rondônia) com o Peru e Bolívia”, objetiva compreender a natureza territorial em Segurança Pública na região da faixa de fronteira no limite do território brasileiro, adjacente a linha limite internacional da Bolívia, com recorte espacial na dinâmica da criminalidade e violência aplicadas no contexto do território da capital do estado do Acre, cidade de Rio Branco.

2. TERRITORIALIDADE DA SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO ACRE

Apresentamos o contexto da segurança pública no estado do Acre e sua problemática, bem como, o planejamento territorial adotado para a obtenção do controle da escalada da violência e criminalidade.

2.1. Planejamento tradicional, situacional, estratégico

Segundo Lira, o planejamento significa:

[...] actividad técnico política cuyo propósito es intervenir deliberadamente en el proceso de cambio social para acelerarlo, controlarlo y orientarlo en función de una imagen futura de la sociedad, de su estructura y funcionamiento. (LIRA, 2006, p. 52).¹

Segundo Lira (2006, p. 16), no planejamento tradicional distingue-se o planejador e o objeto do planejamento. Com a aplicação do método “científico positivista” de ação, subentendendo que “a formulação e execução do plano de ação” busca o prognóstico de um

¹ "atividade técnico política cuja finalidade é intervir deliberadamente no processo de mudança social para acelerar, controle e orientá-lo com base em uma imagem de futuro da sociedade, sua estrutura e funcionamento (LIRA, 2006, p. 52, tradução própria)".

cenário e a articulação da reconfiguração destes modelos, aplicados em realidades locais e regionais na sociedade.

Já o planejamento situacional, segundo Lira (2006, p. 21), os preceitos aplicados requerem o envolvimento do “assunto” objeto do planejamento num contexto dimensional, não linear como no planejamento tradicional, requisitando num panorama paradigmático, mutável e flexível, de coerência dinâmica aos elaboradores das propostas de intervenção social. Por isto requerer: investigação participativa dos aspectos da realidade, realiza cálculos situacionais; o sistema social de análise segue e formula novas leis; atua de maneira interdisciplinar; opera em cenários de incerteza; age com sistemas de ação “semiestruturados”, mantém em aberto a possibilidade de modificação em seu objetivo, ou seja, a realidade foco de ação do planejamento.

De outra maneira, originado do mundo da gestão de negócios (LIRA, 2006, p. 30), o planejamento estratégico ramifica-se em vertentes com ampla gama de aplicação, contendo onze etapas de atribuição ao percurso dos planos de longo prazo, mesmo assim, para alcançar a “estratégia”, a mesma é formulada de maneira participativa entre os agentes e atores sociais, identificada como: plano; pauta de ação; padrão; posição e perspectiva. (LIRA, 2006, p. 34).

Para Milton Santos (2003), o fato de haver especializações do conceito de planejamento, revela a ocorrência específica da sofisticação dos processos de contingenciamento do descontentamento social frente a desigualdade e segregação que passam a ser consideradas diretrizes no processo de “desenvolvimento” da sociedade. Para o autor, a deificação do planejamento referenda a prática sistemática de apropriação dos meios de subjugação social sobre parcela significativa dos atores sociais, em benefício dos agentes sociais dominantes (Estado, Corporações Financeiras, Multinacionais, etc.).

2.1.2. Planejamento estratégico na faixa de fronteira acreana

A proposta de integração nacional inserida entre os objetivos específicos da União para a região Amazônica, caracterizou-se pela concepção no percurso da linha de fronteira - limite administrativo nacional com os demais países da América do Sul - na faixa de fronteira, limite contíguo a linha de fronteira brasileira com 150 quilômetros de largura.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), difundida pelo Ministério da Integração Nacional (MI), contém dentre seus pressupostos a viabilização da dinamização

regional, estendendo dentre as propostas de programas de planejamento o referencial estratégico das regiões integrantes das linhas e faixas de fronteira no perímetro nacional.

Além desses fatores, localizados na análise preliminar neste estudo de caso da realidade da faixa de fronteira no Estado do Acre entre o Brasil e a Bolívia, o Ministério Público do Acre (MPAC, 2017) apresenta esse território como rota de acesso do narcotráfico internacional ao mercado consumidor brasileiro, compradores que atuam como exportadores de narcóticos produzidos no país vizinho.

Como agravante no contexto da regionalização do Estado do Acre, com a presença de seus vinte e dois municípios na faixa de fronteira, dentre eles, dezessete diretamente localizados na linha de fronteira, alguns denominados, cidades gêmeas com municípios da nação boliviana e peruana. A questão do planejamento e ações institucionais ganha repercussão, especialmente na aplicação de recursos públicos em materiais e dispositivo humano.

2.2. Segurança Pública no Estado do Acre

Dentre as variáveis que delimitam o cenário da segurança pública, destacamos: os vetores referentes a taxa de homicídio absoluto, como ápice da criminalidade; índices de roubos como efeito colateral direto da escalada da violência; e, tráfico internacional de drogas.

No Estado do Acre, a faixa de fronteira permeia todos os municípios, contudo os municípios limítrofes com a Bolívia e o Peru são dezessete, conforme (Quadro1), denominados cidades gêmeas e municípios lindeiros.

Quadro 1: Municípios do Acre denominados Lindeiros.

MUNICÍPIOS	PAÍS
Acrelândia	Bolívia
Assis Brasil	Bolívia/Peru
Brasiléia	Bolívia
Capixaba	Bolívia
Cruzeiro do Sul	Peru
Epitaciolândia	Bolívia
Feijó	Peru
Jordão	Peru
Mâncio Lima	Peru
Manoel Urbano	Peru
Marechal Thaumaturgo	Peru
Plácido de Castro	Bolívia
Porto Walter	Peru

Rodrigues Alves	Peru
Santa Rosa do Purus	Peru
Sena Madureira	Bolívia
Xapuri	Bolívia

Fonte: Acre em Números 2017. (Organizado pelo autor).

A faixa de fronteira amazônica acreana, em seus aspectos terrestres e fluviais, é considerada pelos órgãos de segurança pública em flagrante exposição, devido a limitação e ausência de suporte em efetivo policial para o controle do fluxo de acesso e saída internacional de pessoas e mercadorias, o que colabora para o cenário de insegurança pública registrado na capital acreana. Especificamente, as redes fluviais, terrestres e aéreas, atuam como corredores de escoamento da produção atacadista do narcotráfico do território da Bolívia e Peru, países produtores mundiais da folha da coca, matéria prima da pasta base de coca e cloridrato de coca, ao território brasileiro (BRASIL; MJ; SENASP, 2016, p. 537).

2.3. Segurança Pública em Rio Branco, capital do Estado do Acre

Desse modo, a mesorregião Vale do Acre, que em sua composição está inserida a regional Baixo Acre, onde se localiza o município de Rio Branco (ACRE, 2009, p. 15), circunscreve a escala de abordagem das políticas territoriais para o estabelecimento do ordenamento da faixa de fronteira previsto na Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 (BRASIL, CAMÂRA DOS DEPUTADOS).

Tem-se, assim, um dispositivo regulatório legal para as especificidades da “dimensão espacial do poder” (FOUCAULT, 1989), isto é, medidas configuradas por meio de projetos multilaterais entre os entes federativos, mediante sistemas e aparatos técnico-científico-informacionais. O poder aqui decodificado em sua ampla margem de interpretação, quer seja o poder persuasório estatal, quer seja o efêmero, mas não menos grave e letal personificado pelo denominado “poder paralelo”.

Esses territórios de contradições econômicas, sociais e de insegurança pública caracterizam desconexão institucional no sentido de leniência à manutenção da vigilância dos mesmos, em seus aspectos administrativos, fiscais e operacionais à segurança pública. Neste aspecto,

O Brasil reconhece que há uma conexão entre a criminalidade organizada e a transnacional, e, portanto, questões de segurança local podem também se

tornar problemas nacionais de segurança mais amplos. No concernente às drogas ilícitas, a faixa de fronteira tem sido foco de apreensões de cocaína, *cannabis sativa* (maconha), entre outros (ANDRADE; LIMA, 2018, p. 117).

Portanto, revelam-se ilícitos transnacionais como: abigeato (furto de gado bovino e equino); contrabando de armas e munições; refúgio de criminosos; roubo e furto de veículos; tráfico internacional de drogas; prostituição, com exploração sexual infanto-juvenil binacionalmente; exploração ilegal de recursos naturais; descaminho, contrabando de mercadorias e tráfico humano, fragilizando as relações no cenário econômico, segurança pública e socioambiental. (MPAC, 2018, p. 88).

3. NOTAS CONCEITUAIS: REGIÃO, TERRITÓRIO, SEGURANÇA PÚBLICA E CRIME ORGANIZADO

A região, dentre as categorias de análise geográfica, conforme (CORRÊA, 2000), desponta na contemporaneidade como suporte teórico para compreender a espacialização desigual dos fenômenos espaciais. Por intermédio da condição do espaço seguir na atualidade diretrizes político-econômico liberalizantes, o conceito perpetua-se na análise geográfica, tendo em vista que a diferenciação espacial é cada vez mais intensa. Com isto, decodifica-se os modelos de regionalização conectados aos preceitos do planejamento regional e seus desdobramentos.

Além disto, a demanda em formular a descrição da relação homem-natureza e conferir materialidade histórica à análise, permitiu a decodificação da paisagem humanizada e a converteu em região geográfica, o objeto de estudo passa a ser personificado na geografia possibilista.

Outro conceito geográfico importante para o tema em investigação é território, tendo em vista que o mesmo contribui para apreender as relações de poder projetadas e as formas de controle sobre e no espaço.

Segundo Haesbaert (2012, p. 121),

Podemos, então, sintetizar, afirmando que o território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Essa relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando. Como no mundo contemporâneo vive-se concomitantemente uma multiplicidade de escalas, numa simultaneidade atroz de eventos, vivenciam-se também, ao mesmo tempo, múltiplos territórios. Ora somos requisitados a nos posicionar perante

uma determinada territorialidade, ora perante outra, como se nossos marcos de referência e controle espaciais fossem perpassados por múltiplas escalas de poder e identidade.

A respeito da definição de segurança pública, Santos (2015, p. 93-94) questiona “Quem se ocupa academicamente da segurança pública?”

Para responder a esta questão, o primeiro impulso é olhar para as faculdades de Direito. [...] Sabem direito penal, processo penal, execução penal, legislação penal. Mas todo esse conhecimento está longe de ser um saber empenhado em pensar a segurança pública, de maneira propositiva. [...] Além dos juristas, grande parte do conhecimento produzido em torno da segurança pública está nas faculdades de sociologia e administração. Mas não apenas elas. A economia, a educação, a geografia, a arquitetura, a psicologia e a medicina também tem destaque.

Conforme, Borges (2013, p. 26-27), a problemática da segurança pública está recorrente no contexto social, pois:

Quanto mais relatos da mídia sobre o crime, mais o Estado procura responder as demandas e tomar medidas, e, conseqüentemente, mais delitos são detectados: uma *profecia autocumprida do medo*. Este contexto, por sua vez, pode levar a mídia a falar sobre a onda de crimes, o que pode gerar na sociedade uma demanda por segurança, acionando os políticos e gestores da área de segurança pública, e mantendo o círculo vicioso. [...] Se essas políticas são implementadas, o medo do crime precisa ser mantido, a fim de apoiar a existência das políticas. Se o combate ao crime é o ponto focal de um programa de governo ou de uma promessa de campanha do partido, o próprio crime precisa ser mantido como principal problema das pessoas. [...] Essa atmosfera, juntamente com o discurso que procura lhe dar sentido, parece de alguma maneira orientar as práticas direcionadas ao controle do crime e ao sistema penal. (...) A sociedade torna-se ainda mais violenta e o crime continua incomodando a população, que se sente insegura não só com as ações de criminosos, mas também com o comportamento de muitos dos responsáveis pela manutenção da ordem pública e pelo controle da violência.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) e a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, no anexo I da Resolução 55/25 da Assembleia Geral do dia 15 de novembro de 2000,

‘Grupo criminoso organizado’ significa um grupo estruturado de três ou mais pessoas, existindo por um período de tempo e agindo de acordo com o objetivo de cometer um ou mais crimes ou delitos graves estabelecidos em conformidade com esta Convenção, a fim de obter, direta ou indiretamente, uma garantia financeira ou outro benefício material (UNODC, 2000).

No âmbito da conceituação nacional, as Organizações Criminosas (ORCRIM), recebem tipificação na Lei nº 12.850 de 02 de agosto de 2013, que em seu Art. 1º, §1º,

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda

que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Dessa maneira, o conceito do acrônimo nacional ORCRIM, com similaridade na convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), sobre “grupo criminoso organizado”, ou na terminologia nacional “crime organizado”, para alguns autores, há dissensão de interpretação, como Balestreri (2010, p. 62),

Aqui, importa um esclarecimento conceitual, no Brasil confunde-se **organização delinquencial** com **crime organizado**. Ao contrário do que se pensa e do que se afirma pelo senso comum, o crime organizado não é representado, via de regra, pelas organizações criminosas que atuam nas favelas brasileiras. Tecnicamente, essas são apenas “*organizações delinquenciais*”, entes servis, fragmentos operativos dos interesses do crime organizado. O crime organizado não habita em favelas, não transporta drogas, não se limita a presídios, de maneira geral. **Crime organizado, por definição, é de elite. Lava dinheiro e tem gordas contas internacionais, além de negócios ilícitos de fachada, na maioria das vezes. A natureza do crime organizado é transversal, não é paralela.** Se o crime organizado fosse o tal “**poder paralelo**” de que se fala, conseguiríamos identificá-lo e combatê-lo com muito maior facilidade. Mas é, por sua obliquidade, por sua presença contaminante nas glamourosas instituições públicas e privadas, que é tão difícil combatê-lo. (Grifo nosso).

Diante dos conceitos supracitados, a tipificação da violência e da criminalidade nas cinco regionais de segurança pública rio-branquense, personifica a gestão da (in)segurança pública replicado do contexto nacional.

3.1. Segurança pública na faixa de fronteira acreana

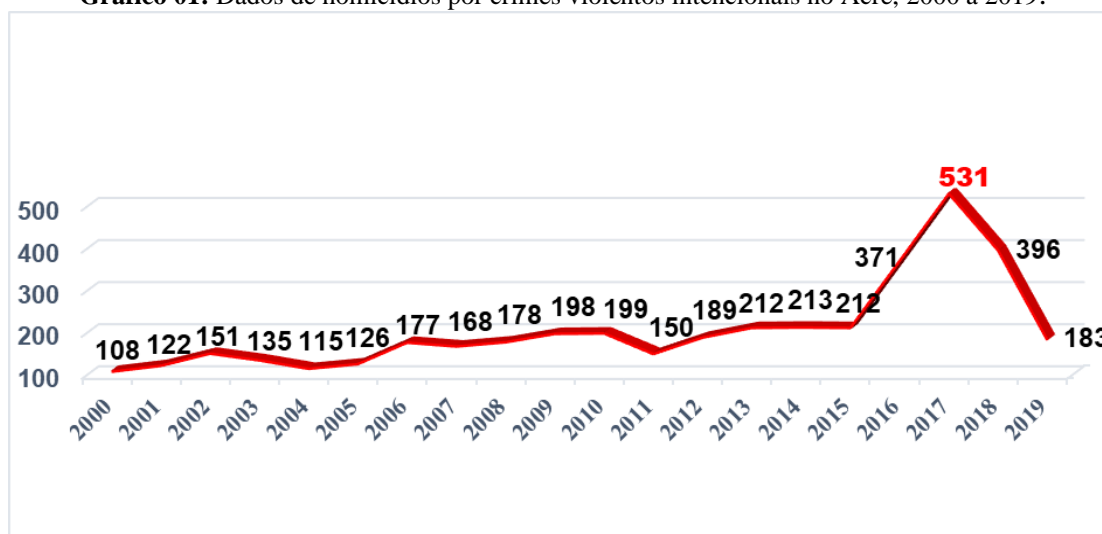
Face a esta configuração, na região amazônica acreana, buscamos compreender a dinâmica da regionalização e qual o papel do Estado do Acre enquanto promotor de políticas para segurança pública, no contexto do seu planejamento estratégico para a faixa de fronteira.

Assim, conforme dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) e IPEA/FBSP, no período entre os anos de 2000 a 2018, no estado do Acre ocorreram, conforme (Gráfico 1), três mil setecentos e oitenta e um (3.781) homicídios decorrentes de crimes violento intencionais (CVI), média de cento e noventa e nove (199) por ano.

Ocorre que, entre os anos de 2016 e 2017, “houve uma explosão nos registros de crimes violentos, com variações expressivas e sem precedentes” (MPAC, 2017, p. 11). Como a metodologia dos CVI convencional não considerar possíveis subnotificações, como óbitos

catalogados como homicídios culposos (mortes não intencionais), oficialmente no ano de 2017, os dados informados confirmaram 531 homicídios.

Gráfico 01: Dados de homicídios por crimes violentos intencionais no Acre, 2000 a 2019.



Fonte Regional: Observatório de Análise Criminal NAT/MPAC; Sejusp/Acre.

Fonte Nacional: SIM/Datasus; IPEA/FBSP, 2000 a 2018. (Organizado pelo autor).

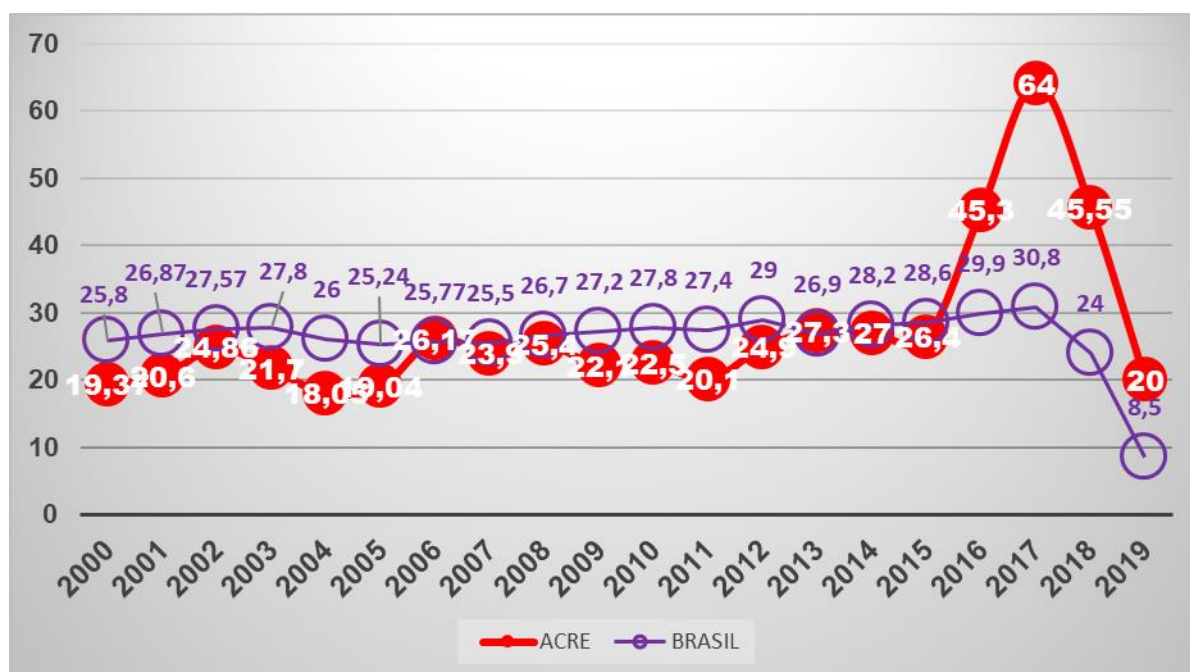
Desse modo, esta leitura geográfica da segurança pública na realidade acreana, sobretudo a análise da divisão territorial da violência e criminalidade em curso nas cinco regionais de segurança pública, na capital Rio Branco, prioriza contribuir para a compreensão dessa problemática.

A média de 140,8 homicídios no Acre entre os anos de 2002 a 2006, equiparado com dados da OMS, com estimativas de mortes por 100 mil habitantes no mesmo período, equivale ao relato oficial de mortes ocorrido no conflito do Iraque (OMS, 2016, p. 56), o que confirma de maneira literal o sentido figurado “guerra das facções”, como os massacres dos presídios da região Norte em 2017 e a réplica dessas guerras abertas no espaço público das cinco regionais de segurança pública de Rio Branco, Acre

Conforme (Gráfico 2), fica evidenciado o crescimento da frequência absoluta dos homicídios no estado do Acre, com, 64 mortes por 100 mil/hab.¹, em 2017, mais que o dobro do país no mesmo ano, com a taxa de 30,8 por 100 mil/hab., bem como, em ato contínuo, de maneira comparativa a taxa acreana de mortes por 100 mil/hab. habitantes, registradas entre os anos de 2000 a 2019, em relação aos registros em âmbito nacional.

¹ Mortes por 100.000 habitantes.

Gráfico 02: Taxa da frequência de Homicídios Brasil e Acre, registrados entre os anos de 2000 a 2019, por 100 mil habitantes



Fonte Acre: Observatório de Análise Criminal NAT/MPAC.

Fonte Brasil: Anuários FBSP.

Dentre os países da América do Sul, o Brasil ficou em terceiro lugar atrás da Venezuela, com a taxa de 49,2 mortes por 100 mil habitantes e Colômbia, com a taxa de 43,1 mortes por 100.000 habitantes.

Segundo o (MPAC, 2015) organizou mediante informações do banco de dados do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP/ACRE) da Polícia Civil e Polícia Militar, em seu “histórico da frequência relativa de vítimas de homicídios dolosos ocorridos na faixa de fronteira e linha de fronteira”, no período entre os anos de 2004 a 2015, a criminalidade registrada em 2004, era: na faixa de fronteira 64% e linha de fronteira 36%.

Em 2015, os registros informaram 75% na faixa de fronteira e 25% na linha de fronteira, o que representa em média histórica o percentual relativo de 61,83% de ocorrências de homicídios dolosos na faixa de fronteira em relação a linha de fronteira (ACRE; MPAC, p. 15).

Esses dados percentuais se referem a incidência de homicídios registrados conforme a regionalização das ocorrências, na linha de fronteira e na faixa de fronteira como parâmetros. O percentual registrado na faixa de fronteira engloba a capital Rio Branco e as cidades do interior do estado do Acre, a frequência registrada na linha de fronteira engloba os municípios Lindeiros e cidades-gêmeas, e posteriormente ao fenômeno, apresenta a mobilidade regional da criminalidade e violência.

Este percentual da violência e criminalidade está diagnosticado nos indicadores do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que personifica os dados por Unidade da Federação (UF) e o banco da base de dados das Polícias Civil e Militar do Estado do Acre. E revelam a permanência da incidência maior dos registros de homicídios indicar a recorrência histórica na região da faixa de fronteira acreana.

Desse modo, as séries estatísticas supracitadas, autenticam o que afirma *Foucault* (2008, p. 16-17), “é a gestão dessas séries abertas, que, por conseguinte, só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, é isso, a meu ver, que caracteriza essencialmente o mecanismo de segurança”.

A mensuração dos indicadores disponibilizados nos Anuários da Violência (IPEA), conspiram a favor de prognósticos como suporte técnico para os sistemas de segurança pública, para além de espacializar a violência e a criminalidade rio-branquense, constituem suportes geográficos para investigar a recorrência pandêmica e suas tipificações, como as variáveis: homicídios dolosos, roubos e tráfico de drogas, esse último, tanto em participação quanto quantidade de apreensão.

Nesse aspecto, conforme relato do então Secretário de Segurança Pública no ano de 2018, Delegado Vanderlei Thomas,

O secretário de Segurança Pública do Acre, Vanderlei Thomas, disse que as organizações criminosas disputam pontos de vendas de drogas, o que gera execuções de pessoas envolvidas com o tráfico de drogas, mas também de pessoas inocentes. "Essa busca é justamente para uma rota alternativa do tráfico de drogas. Em 2016 se deu aquela situação no Mato Grosso, em que o traficante Jorge Rafaat foi morto e uma organização criminosa passou a dominar aquela entrada no Brasil. As outras organizações tiveram que buscar outros locais e é isso o que está acontecendo no Acre hoje. O território está sendo disputado e os índices se elevaram eventualmente", falou. (NASCIMENTO, 2018).

Com a abordagem dos dados estatísticos, os mesmos produzem índices e taxas assimétricas exponenciais, suportes para o mapeamento da natureza territorial da criminalidade e violência que se estabelece de maneira quantitativa nas cinco regionais de segurança pública e evidenciam a busca do domínio territorial dos seus bairros pelo poder paralelo das organizações criminosas, como apresentado no capítulo seguinte.

4. CARTOGRAFIAS DO CRIME E VIOLÊNCIA NAS REGIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA RIO-BRANQUENSE

Esta pesquisa, ao acessar escalas diversificadas da natureza territorial da criminalidade e violência rio-branquense, apresenta a espacialização da problemática do crime e suas especificidades.

O agente com prerrogativa de defensor da segurança pública, o Estado do Acre, conforme regulado nos Art. 129 e 131, inciso I e II, da Constituição do Estado, especifica:

Art. 129. A Defesa Social, dever do Estado e responsabilidade de todos, organiza-se de forma sistêmica, visando a:

I - garantir a segurança pública, mediante a manutenção da ordem, com a finalidade de proteger o cidadão, a sociedade e os bens públicos e particulares, coibindo os ilícitos penais e as infrações administrativas;

II - prestar a defesa civil, por meio de atividades de socorro e assistência, em casos de calamidade pública, sinistros e outros flagelos; e

III - promover a integração social, com a finalidade de prevenir a violência e a criminalidade.

(...)

Art. 131. A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - Polícia Civil; e

II - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

Como regulado pela Constituição do Estado do Acre, as forças auxiliares de segurança pública, Polícia Militar do estado do Acre (PMAC) e Polícia Civil do estado do Acre (PC), integrantes do SISP, atuam no âmbito das prerrogativas da PC, com a presença das Delegacias de Polícias (DP) instaladas na convenção da Divisão Regional de Segurança Pública em número de cinco regionais.

4.1. Primeira Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre

Inserida dentre as cinco regionais de segurança pública, a 1ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco engloba repartições do município rio-branquense, em seu perímetro urbano e rural, e está, como as demais regionais de segurança pública, em razão de suas áreas e escalas de abrangência e atuação delimitada em suas territorialidades, conforme o Sistema Integrado de Segurança Pública do Acre (SISP), (Tabela 1).

Os roubos absolutos (MPAC, 2017; 2019), tipificados por regionais de segurança pública em seus índices de registros por meio de boletins de ocorrência (BO), em sua maioria representa as ações de crimes de roubos e prejuízos ao patrimônio praticado por grupos criminosos rio-branquense.

A espacialização da ação desses grupos criminosos e grupos delinquentiais nas cinco regionais de segurança pública em Rio Branco, está apresentado nas ocorrências a seguir.

Tabela 01: Bairros que compõem a 1ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre - Ocorrência de roubos registrados em 2017.

Ordem	Nome do Bairro	Ocorrência	Ordem	Nome do Bairro	Ocorrência
1	Adalberto Aragão		12	Conjunto Eletra	
2	Aviário	42	13	Conjunto Jardim Tropical	
3	Baixa da Cadeia Velha		14	Conjunto São Francisco	
4	Baixa da Colina		15	Conjuntos Guiomard Santos	20
5	Baixa da Habitasa		16	Dom Giocondo	22
6	Base	18	17	Habitasa	
7	Bosque	299	18	Ipase	
8	Cadeia Velha	59	19	José Augusto	
9	Capoeira	51	20	Loteamento São José	
10	Centro	188	21	Morada do Sol	37
11	Cerâmica		22	V. W. Maciel	
			23	Vila Ivonete/Procom Solar	73
Total					809

Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

Conforme tabela 1, a frequência de roubos registrados em 2017, de acordo com MPAC (2017, p. 55), os dez bairros com as maiores incidências de roubos na 1ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre, totalizaram no ano de 2017, 809 registros, mantendo-se como uma das regionais com os maiores registros dentre o alarmante índice registrado no ano de 2017 em Rio Branco.

Os dados de roubos absolutos medidos na capital Rio Branco, conforme (Gráfico 3), estão apresentados pelas frequências dos registros entre os anos de 2004 a 2019. E, sistematizados pelo Núcleo de Apoio Técnico – Observatório de Análise Criminal do Ministério Público do Estado do Acre (NAT/MPAC), com os registros de 2019, com as ocorrências até o mês de julho de 2019.

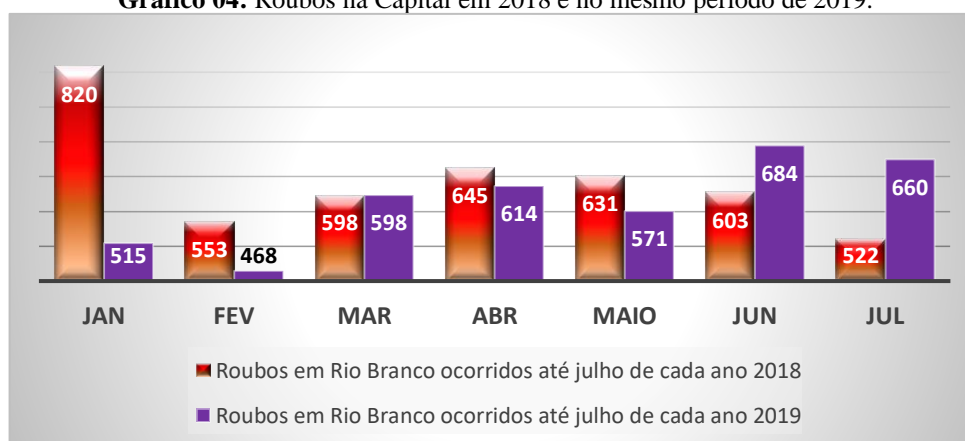
Gráfico 03: Frequência de Roubos Absolutos em Rio Branco, Acre



Fonte: Núcleo de Apoio Técnico – NAT Observatório de Análise Criminal/MPAC.

Essa série histórica, conforme o MPAC (2017, p. 50), na realidade rio-branquense, apresenta o “*modus operandi*” dos criminosos e a natureza territorial da criminalidade no período de 2004 a 2019. Ao observarmos os registros de roubos entre os meses de janeiro a julho nos anos de 2018 e 2019, (Gráfico 4), a diminuição foi de 37,19%.

Gráfico 04: Roubos na Capital em 2018 e no mesmo período de 2019.



Fonte: Observatório de Análise Criminal, NAT/MPAC, 2019. (Organizado pelo autor).

De acordo, com o Observatório da Criminalidade do Núcleo de Apoio Técnico (MPAC, 2017, p. 71), as Organizações Criminosas (ORCRIM), atuantes no Acre, são quatro: Bonde dos 13, CV – Comando Vermelho, IFARA – Irmandade Força Ativa Responsabilidade Acreana e PCC – Primeiro Comando da Capital.

Mesmo assim, conforme ações contundentes deflagradas pelo MPAC em consonância com as forças de segurança pública para desmobilizar os grupos criminosos acreanos, evidencia ao denominado poder paralelo que os mesmos não são imunes ao poder público, como veiculado pelo MPAC,

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por intermédio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), deflagrou nesta terça-feira, 4, a Operação “Blackout” com o objetivo de desarticular uma célula do Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável pela cooptação e cadastro de novos integrantes da facção. Segundo o Gaeco, a investigação, que durou cerca de três meses, conseguiu identificar ações de interiorização da facção criminosa PCC com a migração de lideranças para a região de Tarauacá – Envira, buscando a consolidação de rotas para o tráfico de drogas. A partir de Tarauacá, a célula identificada era responsável por realizar os cadastros de novos e antigos membros da facção, bem como por distribuir, entre os quadros, as informações relativas a mudança de codinomes e de responsabilidades. Ao todo foram cumpridos nove mandados de prisão em Tarauacá, quatro em Sena Madureira e um em Boa Vista (RR), além de dois mandados de busca e apreensão. A operação também ocorreu em Rio Branco. (MPAC, 2018).

Nesse sentido, a análise geográfica decodifica a entropia social materializada pelos grupos criminosos sobre o espaço geográfico, em escalas e diversificadas tipificações.

Com isto, cabe a referência pelo SISP em buscar mecanismos de enfrentamento público contra as facções, aliado a aparato técnico-científico.

4.2. Segunda Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre

A área de abrangência da 2ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre está formada por vinte e seis bairros e cento e setenta e nove Vias Rurais situadas dentro da 2ª Regional Rural (ACRE; PC), conforme (Tabela 02).

Conforme MPAC (2017, p. 54), os dez bairros da 2ª Regional Urbana de Segurança Pública com a maior incidência de ocorrência de roubos no ano de 2017, representou mil oitocentos e oitenta e uma (1881).

Tabela 02: Bairros que compõem a 2ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.

Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências	Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências
1	6 de Agosto	133	15	Mauri Sérgio	
2	Albert Sampaio		16	Quinze	
3	Areal	240	17	Residencial Rosa Linda	
4	Belo Jardim I	564*	18	Santa Inês	124
5	Belo Jardim II	*	19	Santa Maria	
6	Cidade Nova	57	20	Santa Maria	
7	Comara	81	21	Santa Terezinha	

8	Dom Moacir	22	Taquari	148
9	Loteamento Bom Jesus	23	Triangulo Novo	
10	Loteamento Praia do Amapá	24	Triangulo Velho	108
11	Loteamento Saad Farhat	25	Vila Acre	
12	Loteamento Santa Helena	26	Vila Bem Fica	
13	Loteamento Santo Afonso	94	Vila da Amizade	
14	Maj. Mendonça Lima	28	Vila do DNER	
		29	Zona Rural Sul	332
Total				1881

Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor). O asterisco em negrito vermelho, representa a soma do registro representar as ocorrências nos dois bairros.

4.3. Terceira Regional de Segurança Pública de Rio Branco

A 3ª Regional Urbana de Segurança Pública de Rio Branco, está formada por vinte e seis bairros e cento e seis vias rurais, conforme tabela 3, com os dez bairros com maior ocorrência de roubos com registro em 2017 de setecentos e duas ocorrências (702).

Tabela 03: Bairros que compõem a 3ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.

Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências	Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências
1	Aeroporto Velho	137	14	Loteamento Popular	
2	Ayrton Senna	29	15	Loteamento Santo Antônio	
3	Bahia Nova		16	Loteamento São Sebastião	
4	Bahia Velha	27	17	Loteamento Via Mariana	
5	Boa União	46	18	Palheral	
6	Boa Vista	63	19	Papoco	
7	Edson Cadaxo		20	Pista	64
8	Floresta Sul	112	21	Plácido de Castro	
9	Invasão da Sanacre		22	Preventório	
10	João Eduardo I	89*	23	Residencial Santa Cruz	
11	João Eduardo II	*	24	Sobral	78
12	João Paulo II	57	25	Volta Seca	
13	Juarez Távora				
Total					702

Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

4.4. Quarta Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre

A área de abrangência da 4ª Regional de Segurança Pública, engloba sessenta e cinco bairros e trinta e uma vias rurais, conforme tabela 4, com a ocorrência de mil cento e vinte (1120) registros de roubos absolutos nos dez bairros mais perigosos desta regional.

Tabela 04: Bairros que compõem a 4ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.

Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências	Ordem	Nome do Bairro	Ocorrências
1	7º BEC	95	33	Ivete Vargas	
2	Abraão Alab	115	34	Jardim América	
3	Barro Vermelho		35	Jardim Brasil	
4	Boa Esperança		36	Jardim de Alah	
5	Calafate		37	Jardim Europa	
6	Campus da UFAC		38	Jardim Manoel Julião	
7	Chácara Ipê		39	Jardim Nazle	
8	Conjunto Bela Vista		40	Jardim Primavera	
9	Conjunto Castelo Branco		41	Loteamento Flora	
10	Conjunto Esperança		42	Loteamento Isaura Parente	
11	Conjunto Habitar Brasil		43	Loteamento Joafra	
12	Conjunto Jardim Universitário		44	Loteamento Vila Maria	
13	Conjunto Laélia Alcântara	89	45	Mauro Bittar – LBA Vila Betel	
14	Conjunto Manoel Julião		46	Mocinha Magalhães	
15	Conjunto Mariana		47	Nova Esperança	86
16	Conjunto Nova Morada		48	Nova Esperança (Fragmento)	
17	Conjunto Paulo C. de Oliveira		49	Nova Estação	101
18	Conjunto Rui Lino		50	Novo Horizonte	
19	Conjunto Tangará		51	Parque Das Palmeiras	
20	Conjunto Tucumã	113	52	Paz	
21	Conjunto Universitário		53	Pedro Roseno	
22	Distrito Industrial	88	54	Portal da Amazônia	186
23	Doca Furtado		55	Residencial Iolanda	
24	Dom Giocondo		56	Residencial José Furtado	
25	Estação Experimental	129	57	Residencial Maria Íris	
26	Flor de Maio		58	Residencial Petrópolis	
27	Geraldo Fleming		59	Santa Quitéria	
28	Hélio Melo		60	Santa Terezinha	
29	Horto Florestal		61	Vila Aquiles Peret	
30	Horto Florestal		62	Vila São Miguel	
31	Ilson Alves Ribeiro		63	Vilage Tiradentes	
32	Isaura Parente		64	Waldemar Maciel	
			65	Zona Rural Norte	118
Total					1120

Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

4.5. Quinta Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre

A área de abrangência da 5ª Regional de Segurança Pública, compreende trinta e três bairros e sessenta e duas vias rurais. A ocorrência em 2017, nessa regional, representou setecentos e vinte e quatro registros (724).

Tabela 05: Bairros que compõem a 5ª Regional de Segurança Pública de Rio Branco, Acre. Ocorrência de roubos em 2017.

Ordem	Nome do Bairro	Ocorrência	Ordem	Nome do Bairro	Ocorrência
1	Alto Alegre	81	17	Loteamento Popular	
2	Apolônio Sales		18	Loteamento Santa Luzia	
3	Chico Mendes		19	Loteamento Santo Antônio	
4	Conjunto Adalberto Sena	60	20	Loteamento São Francisco	
5	Conjunto Nova Morada		21	Loteamento Vila Mariana	
6	Conjunto Oscar passos		22	Montanhês	81
7	Conjunto Ouricuri		23	Parque dos Sabiás	
8	Conjunto Xavier Maia		24	Placas	81
9	Defesa Civil		25	Raimundo Melo	
10	Edson Cadaxo		26	Residencial Maria Íris	
11	Eldorado	60	27	Residencial Santa Cruz	
12	Ilson Alves Ribeiro		28	São Francisco	
13	Jorge Lavocat	60	29	Tancredo Neves	82
14	Juarez Távora		30	Vila Nova	
15	Loteamento Jaguar	86	31	Vila São Miguel	
16	Loteamento Novo Horizonte		32	Vitória	68
			33	Wanderley Dantas	65
Total					724 roubos

Fonte: Polícia Civil do Estado do Acre, MPAC, 2017. (Organizado pelo autor).

Conforme a tabela 5, com os 724 registros, implica apresentar que o fenômeno da criminalidade com os índices de roubos em 2017, ano com acentuado crescimento da criminalidade na cidade de Rio Branco, permite a hipótese de verdadeira conurbação da mancha de ação dos grupos criminosos, no sentido dos dez bairros com a frequência histórica manterem a recorrência cíclica dos ilícitos contra o patrimônio pessoal e em infraestrutura comercial e residencial.

4.6. Delitos envolvendo Drogas

No âmbito do estado do Acre, conforme apreensões deflagradas pela Delegacia da Polícia Federal (DPF), no período de 2001 a 2007, ocorreram registros de apreensões de cocaína, crack, pasta base e maconha em quilos (kg), conforme tabela 7.

Tabela 07: Drogas apreendidas no estado do Acre em quilos (kg).

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Média	TOTAL
Cocaína	10,8	15,4	166	47,4	386,2	332,9	599,10	222,54	1.557,80
Crack	20,8	#	#	#	#	#	#	#	20,8
Pasta Base	145,2	72,4	93,1	97,6	81,3	28,2	127,9	92,24	645,7
Maconha	0	54,5	20,3	6,1	0,2	0,1	59,6	20,11	140,8

Fonte: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD. (Organizado pelo autor).

Muito embora, apresentamos os dados secundários das apreensões realizadas pela DPF, entre os anos de 2001 a 2007, há dificuldade de pesquisas para elucidar a fonte distribuidora ao considerarmos o estado do Acre, vizinho territorial com fronteira e faixa de fronteira com os maiores produtores de cocaína do mundo. Com o Peru, de acordo com o *Sistema Integral de Monitoreo de Cultivos Ilícitos*, no ano de 2015, com registros oficiais da área de cultivo de coca compreender 40.300 hectares (UNODC, 2016, p. 22).

Com isto, a geopolítica das drogas estabelecida na faixa de fronteira acreana com a nação boliviana, posiciona a capital Rio Branco, como rota dos entrepostos produtores internacionais e rota de escoamento das drogas ilícitas pelas rodovias, redes fluviais e sistemas aéreos regulares e ilegais.

O aspecto primordial desta análise está em permitir evidenciarmos os antagonismos entre as forças de segurança e persuasão pública contra grupos criminosos com o objetivo de inibir a expansão de suas ações e buscar compreender a territorialidade desses grupos na faixa de fronteira?

Diante disso, a apropriação do espaço público por grupos criminosos, ganha relevância no sentido de desarticulação pelas forças de segurança, de sua logística do tráfico de armas e drogas ilícitas, para suporte de suas ações ilegais.

5. CONCLUSÃO

A problemática da execução dos planejamentos em suas distintas formas conceituais, e programas de governo na esfera da realidade do estado do Acre, no eixo segurança pública, evidencia a exposição da sociedade ao caos deliberado na segurança pública.

Há de se considerar, como agravante no contexto da regionalização do estado do Acre, a existência de seus vinte e dois municípios na faixa de fronteira, dentre eles, dezessete diretamente geolocalizados na linha de fronteira e dentre estes as denominadas cidades gêmeas com a nação boliviana. O que leva os planejamentos e ações institucionais ganharem repercussão, especialmente, na aplicação de recursos públicos em materiais e efetivo humano na faixa de fronteira amazônica acreana.

Assim sendo, a manutenção dos direitos sociais na região da faixa de fronteira, requer empreender de maneira pormenorizada as bases conceituais de planejamentos adotados na gestão das faixas de fronteira.

Diante da abrangência do flagelo social e a crise detectada na segurança pública municipal, com efeitos mesorregionais e nacionais, o prognóstico apreendido nesta análise evidencia os efeitos paliativos das cooperações multilaterais das agências reguladoras de intervenção federal, forças de segurança estaduais e guardas municipais ligados à dinâmica das fronteiras.

No entanto, mesmo ao restaurar a arrecadação dos tributos alfandegários e evitar o descaminho como prática secundária da economia subterrânea, após operações de intervenção *in loco* nas fronteiras, reincide a instabilidade estrutural da conjuntura econômica, social e em insegurança pública nestes limites.

Contudo, o problema norteador da reflexão constitui-se no questionamento se o planejamento estratégico em segurança pública dos entes federativos ao restringir a faixa de fronteira acreana como rota de escoamento e acesso internacional de ilícitos transnacionais como o narcotráfico e o descaminho, alcança os resultados planejados como programas políticos de governo?

O contexto do estado do Acre, diretamente vinculado a realidade da faixa da fronteira brasileira com os países sul-americanos, produtores mundiais de drogas ilícitas estigmatiza seus vinte e dois municípios inseridos no percurso da faixa de fronteira.

A natureza territorial da Amazônia, passa a prover mais um atributo no contexto da análise geográfica em prospecção executiva de fomento ao crescimento econômico e desenvolvimento social na região, representada por sua predisposição ao perigo e vulnerabilidade a ação da rede do narcotráfico internacional, em associação com grupos criminosos brasileiros como operadores de instabilidade direta em confronto ao sistema de segurança pública em âmbito nacional e regional.

A crise da escalada da violência e criminalidade nas cinco regionais de segurança pública rio-branquense, com o flagelo das variáveis dos homicídios, roubos e narcotráfico, em ação diuturna sobre a sociedade, de maneira coligada atuam consorciadas. Principalmente como demonstrado no singular ano de 2017, com as taxas e índices regionais elevando o estado do Acre e sua capital a categoria de mais violenta e perigosa do Brasil.

Assim sendo, a decodificação da conjuntura da insegurança pública na região urbana e rural da cidade de Rio Branco no recorte espacial de 2004 a 2019 evidencia esforços institucionais à gestão da escalada da violência, contudo não atenuam a ação das organizações

criminosas, fato demonstrado nas altas taxas de crimes violentos intencionais, roubos, furtos e apreensões de drogas.

6. REFERÊNCIAS

ACRE (Estado). Ministério Público do Estado do Acre. **Relatório de Informações de Indicadores Prioritários de Violência e Criminalidade: demonstrativo histórico de indicadores de violência e criminalidade no estado do Acre, período 2006 a 2017**. Observatório de Análise Criminal. Núcleo de Apoio Técnico. 1 ed. Disponível em: https://www.mpac.mp.br/wp-content/uploads/Anuario_MPAC_2017.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018. Rio Branco: MPAC, 2018. 110p.

ACRE (Estado). Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em números 2017**. 181p

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 172p.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Segunda Comissão Demarcadora de Limites. Quadros Resumo**. Brasília: Itamaraty, 2012. Disponível em: <http://scdl.itamaraty.gov.br/pt-br/historia.xml>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ESCUADERO, Carlos Sandoval. **Métodos y Aplicaciones de la Planificación Regional y Local en América Latina**. Série: Desarrollo Territorial n.º.17, Santiago do Chile, Chile. ONU: CEPAL, ago. 2014. 85p. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36967/S201436_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 nov. 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 12**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.

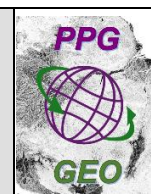
FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. rev. trad.: Cláudia Berliner. Coleção Tópicos. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LIRA COSSIO, Luis. **Revalorización de la planificación del desarrollo**. Série Gestion Pública. n. 59. Santiago do Chile, Chile. ONU: CEPAL, ago. 2006. 73p. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7316/1/S0600462_es.pdf. Acesso em: 05 nov. 2016.

SANTOS, Bartira Macedo de Miranda. **Quem estuda a Segurança Pública no Brasil?**. In: Sistema Punitivo: mais amor, por favor. Denival Francisco da Silva; Bartira Macedo de Miranda Santos; Alexandre Bizzotto (Org), 1 ed. Florianópolis: Empório do Direito, 2015. p. 93-104.

SANTOS, Milton. **Planejando o Subdesenvolvimento e a Pobreza**. In: Economia Espacial: Críticas e Alternativas. Milton Santos (tradução: Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi). 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 13-40.



INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA FRONTEIRA BRASILEIRA, BOLÍVIA: BREVE RESUMO DAS CIDADES GÊMEAS DO ACRE

Esp. Maria da Conceição Marques de Souza^{1*}, Dr. Silvio Simione da Silva²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5738-0636>; <https://orcid.org/0000-0001-5348-9899>

¹Mestranda do curso de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre.

²Professor Doutor pela Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP. Professor associado da Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFAC. Programa de Pós-Graduação em Geografia

* marques.conceicao16@gmail.com

Recebido em: 29/09/2021. Aceito em: 22/11/2021. Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-2>

RESUMO

A região fronteira Brasil – Bolívia, composta pelos municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobja, os quais são considerados cidades gêmeas (Tri-gêmeas), se formam por meio da conurbação, uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais. O processo de formação da população desta região inclui diversos povos indígenas, os primeiros habitantes, depois os nordestinos, envolvidos em um contexto de conflito pelas terras do Acre, durante a exploração extrativista de látex no final do século XIX e início do Século XX. Com o exposto, este artigo tem como objetivo apresentar o processo histórico de formação dessas cidades, bem como, as relações que envolvem segurança, saúde, educação, comércio e interações culturais na região. A pesquisa baseou-se em levantamentos secundários sobre estudos já produzidos na área da fronteira brasileira e por meio de entrevistas telefônicas. O tema desta pesquisa foi definido a partir da disciplina “O Processo de Urbanização na Amazônia” ministrada no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Acre. Com isto pode apreender que a fronteira se caracteriza por ser um espaço de comunicação e intercâmbio entre diferentes domínios territoriais. É uma construção social que se materializa diariamente nas relações de convivência e nas trocas, em que as três cidades fronteiriças se complementam na dinâmica geral que movimento e produz seu espaço.

Palavras-chave: Fronteira; Cidades Gêmeas; Segurança; Educação; Pan-Amazônia.

INTEGRATION AND CONFLICTS ON THE BRAZILIAN BORDER, BOLIVIA: A BRIEF OVERVIEW OF ACRE'S TWIN CITIES

ABSTRACT

The Brazil-Bolivia border region, made up of the municipalities of Brasileia, Epitaciolandia and Cobja, which are considered twin cities (Trice-twins), is formed through the conurbation, a hybrid region composed by national and international elements. The process of population formation in this region includes several indigenous peoples, the first inhabitants, then the Northeasters, involved in a context of conflict for the lands of Acre, during the latex extractive exploration in the late 19th and early 20th century. With the above, this article aims to present the historical process of formation of these cities, as well as the relationships that involve security, health, education, trade, and cultural interactions in the region. The research was based on secondary surveys on studies already produced in the Brazilian border

area and through telephone interviews. The theme of this research was defined from the subject “The Process of Urbanization in the Amazon” taught in the Master's Degree in Geography at the Federal University of Acre. With this, you can understand that the border is characterized by being a space for communication and exchange between different territorial domains. It is a social construction that materializes daily in the relationships of coexistence and exchanges, in which the three border cities complement each other in the general dynamics that move and produce their space.

Keywords: Border; Twin Cities; Safety; Education; Pan-Amazon.

INTEGRAÇÃO Y CONFLICTOS EN LA FRONTERA BRASILEÑA, BOLIVIA: BREVE RESUMEN DE LAS CIUDADES GEMELAS DE ACRE

RESUMEN

La región fronteriza Brasil-Bolivia, compuesta por los municipios de Brasiléia, Epiaciolândia y Cobija, que se consideran ciudades gemelas (Trillizos), está formada por medio de la conurbación, una región híbrida compuesta por elementos nacionales e internacionales. El proceso de formación de la población en esta región incluye a varios pueblos indígenas, los primeros habitantes, luego el “nordestino”, involucrados en un contexto de conflicto por las tierras de Acre, durante la exploración extractiva de látex a fines del siglo XIX y principios del XX. Con lo expuesto, este artículo tiene como objetivo presentar el proceso histórico de formación de estas ciudades, así como las relaciones que involucran seguridad, salud, educación, comercio e interacciones culturales en la región. La investigación se basó en encuestas secundarias sobre estudios ya producidos en la zona fronteriza brasileña y a través de entrevistas telefónicas. El tema de esta investigación se definió a partir de la asignatura “El proceso de urbanización en la Amazonía” impartida en la Maestría en Geografía de la Universidad Federal de Acre. Con esto, se puede entender que la frontera se caracteriza por ser un espacio de comunicación e intercambio entre diferentes dominios territoriales. Es una construcción social que se materializa cotidianamente en las relaciones de convivencia e intercambios, en la que las tres ciudades fronterizas se complementan en las dinámicas generales que se mueven y producen su espacio.

Palabras clave: Frontera; Ciudades gemelas; La seguridad; Educación; Pan-Amazonía.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, as fronteiras têm sido objeto de preocupação constante dos Estados, com vistas, principalmente, ao controle de movimentos migratórios, de diferentes tráficos e vínculos. Também representa um importante campo de pesquisa social, econômica, cultural e política. Neste contexto a fronteira é um tema cada vez mais estudado por geógrafos, pesquisadores e cientistas sociais, dado a complexidade das relações internacionais, dos movimentos da população nessas regiões e como se relaciona com o próprio país e com os vizinhos.

A discussão sobre fronteiras ocorreu de forma mais intensa na primeira metade do século XX, principalmente nos períodos que antecederam e posteriormente às grandes guerras mundiais. Por algum tempo o assunto foi esquecido, só voltando a ser debatido novamente na década de 1990, quando foi cogitado o fim do Estado Moderno. A partir de então, a temática

das fronteiras tem despertado interesse entre a classe política e de acadêmicos (MACHADO, 2000).

Ao longo de aproximadamente dois séculos, os estados nacionais consideraram as expressões limites e fronteiras como sinônimos, a ponto de conceituá-las na literatura. Nesse sentido Machado (2005), falando sobre as diferenças, considera que os limites internacionais especificam, do ponto de vista formal, o perímetro máximo de controle efetivo exercido pelos governos centrais. Esses limites estabelecem um fator de separação entre as unidades territoriais. Os limites do Estado moderno têm caráter jurídico, fundamentado no conceito de soberania. Enquanto a fronteira é direcionada para o seu exterior, os limites estariam direcionados para o interior de sua área, de sua unidade político-territorial.

Ainda segundo Machado (2005), as forças externas da fronteira podem ser uma ameaça ao desenvolver interesses distintos ou uma fonte de integração entre regiões. Isso não ocorre com os limites que, por serem considerados apenas como um polígono de separação entre países não suscitam nenhum risco de interesse distinto para o governo central.

As cidades gêmeas, também chamadas de cidades irmãs, estão inseridas em faixas de fronteira e devido à sua posição, formam novos espaços semiestruturados com grandes fluxos migratórios, estando estas, direta ou indiretamente ligadas por rios ou por via terrestre. Esses locais inspiram preocupação quanto à segurança, proteção e soberania nacional, porém abre espaço para amplas possibilidades de cooperação e complementações funcionais.

De acordo com o Diagnóstico de Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil, publicado em 2018, o Brasil faz limite com 10 (dez) países da América do Sul: Argentina, Paraguai, Uruguai, Guiana Francesa, Colômbia, Suriname, Guiana, Venezuela, Peru e Bolívia, compartilhando com esses países fronteiriços 32 (trinta e duas) cidades gêmeas, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima, Amapá, Rondônia e Amazonas (IDESF, 2018).

O Estado do Acre, localizado ao sudoeste da região norte do Brasil (Amazônia brasileira), possui seus 22 (vinte e dois) municípios na faixa de fronteira. Sendo que 17 (dezessete) fazem fronteiras com o Peru ou com a Bolívia. Deste total, 04 (quatro) são considerados cidades-gêmeas: Assis Brasil-BR, Iñapari-PE e Bolpebra-BOL; Brasiléia, Epitaciolândia-BR e Cobija-BOL, Santa Rosa do Purus-BR e Vila Palestina-PE (MDA, 2010).

Nesse contexto, este artigo pretende discutir os diferentes conceitos e concepções sobre limites e fronteiras. Apresentar um breve histórico do processo de formação das cidades-gêmeas

do Acre Brasiléia e Epitaciolândia- no Brasil e da cidade de Cobija na Bolívia, bem como caracterizar cada uma dessas cidades e a forma como se relacionam. Para isso o mesmo foi organizado em seções: Na Seção 2–Fronteiras e limites é descrito a conceituação e as diferenças dessas denominações. Na seção 3- As cidades gêmeas, apresentamos um breve histórico sobre o seu processo de formação, objeto de estudo desta pesquisa - Brasiléia e Epitaciolândia (Acre-Brasil) e Cobija (Pando-Bolívia). A seção 4 - apresenta a integração fronteiriça viabilizada pela implementação de políticas públicas. Na seção 5 - constam as considerações finais;

As cidades-gêmeas de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija, localizadas em regiões periféricas de seus países, apresentam fragilidades quanto a segurança, proteção ambiental, soberania nacional e as fragilidades sociais.

2. FRONTEIRAS E LIMITES

Globet (1934, apud STEIMAN, 2002) esclarece que a Terra nem sempre foi dividida por limites políticos precisos como é hoje. Este fato se generalizou apenas no século XIX, devido a pouca relevância que era dada a realização de negócios em escala internacional. A autora afirma que a principal razão para a definição exata dos limites entre territórios deve-se à necessidade de adequar as relações entre os Estados ao crescimento do comércio mundial. Outro motivo refere-se ao fato de que somente nesse período os Estados se organizaram e puderam garantir a definição de suas áreas de jurisdição.

A denominação fronteira provém das palavras no latim *frons* ou *frontis*, que significa:

Frente, frontaria. A partir desse significado e de estudos realizados por diversos geógrafos, pesquisadores, sociólogos e outros estudiosos do assunto, diversos conceitos foram formados. Segundo Machado (2000), a fronteira é vista como um instrumento de separação entre unidades políticas. O limite jurídico do território é uma abstração que, sendo reconhecida como definidora do espaço territorial, por se constituir como um instrumento de separação entre unidades políticas e soberanas, sendo também um lugar de trocas e de contínua comunicação.

Corroborando com essa ideia é de Steiman a afirmativa:

Há um consenso na literatura de que é com o advento do Estado Moderno que a fronteira, precisamente delimitada e demarcada, vai se tornar imprescindível, já que para se impor o Estado precisou, inicialmente, lançar as bases de sua soberania territorial. Essa visão, no entanto, parte já da concepção moderna de fronteira como limite dos estados nacionais (STEIMAN,2002, p. 8).

Para Morais *et al.* (2020), a fronteira assume diferentes concepções: delimitação jurídico-administrativa; fronteiras políticas quanto aos limites territoriais geográficos e fronteiras enquanto a expansão econômica e cultural. Neste sentido para os autores:

A fronteira é, portanto, concebida como o traço definidor de poderes territorialmente instituído, ou seja, das divisões político-administrativas entre Estados, mas, também, como zona de interação, como parte constitutiva da vida regional transfronteiriça, se apresenta uma porosidade de múltiplas relações e fluxos econômicos e de mobilidade humana (PAULA; MORAIS, 2010, apud MORAIS *et al.*, 2020, p. 1275).

A questão das fronteiras internacionais deixou de fazer parte do campo especificamente político e jurídico-administrativo para integrar a esfera cultural e econômica. Neste sentido, na opinião de Becker (1988), a fronteira contém os elementos fundamentais do modo de produção dominante e da formação econômica e social em que está inserida; mas é um espaço não plenamente constituído, dinâmico, onde as relações e práticas não são solidificadas, gerando assim novas realidades e alto potencial político.

Ainda há, por parte de alguns, o entendimento de que fronteiras e limites são sinônimos, porém, há uma distinção entre ambos. Ghetti (2006) lembra que enquanto a fronteira se apresenta como uma faixa habitável, estabelecendo assim uma área em que há expressivo intercâmbio de pessoas e produtos, existindo nas regiões mais populosas, intenso contrabando de mercadorias, algo semelhante não ocorre com o limite, uma vez que consiste em apenas uma linha fictícia, sem possibilidade de ser habitada. O limite cria uma barreira entre duas áreas que, apesar de terem estilos de vida semelhantes, são governadas por diferentes Estados que as administram e impõem leis diferentes de cada lado.

Cada país define a extensão de sua zona de fronteira. A Constituição brasileira de 1937 definiu sua faixa de fronteira em 150 quilômetros, sendo considerada uma das mais extensas do mundo. Peru e Bolívia garantem apenas 50 quilômetros, enquanto outros países da América do Sul não especificam largura ou não têm essa área garantida em sua constituição (STEIMAN, 2002).

Sobre as faixas de fronteiras, Haesbaert (1998) afirmam que estas são zonas especiais, cujos limites territoriais são ampliados para zonas de fronteiras, havendo nesses espaços, interações entre os países, mas também diferenças oriundas dos limites internacionais, cuja territorialidade evolui para cidades-gêmeas.

Sendo assim, fronteira e limites são conceitos interligados. Os limites sempre estão contidos na fronteira. Porém, o limite é uma linha, uma costura simbólica de onde termina o

domínio de um e começa o do outro; ao passo que a fronteira é zona de complementação, de circulação, por onde vidas que se colocam como diferentes se encontram, se relacionam e fazem aparecer um espaço produzido híbrido em que se completam na cotidianidade vivida. Nesta compreensão as cidades gêmeas, são expressões maiores desta cumplicidade no movimento que dinamiza o espaço vivido/produzido em zonas limítrofes.

3. AS CIDADES GÊMEAS: BREVE HISTÓRICO

Segundo o Ministério da Integração¹ (2014), o termo “cidades gêmeas” está associado às cidades fronteiriças separadas por linha seca ou rios, integradas ou não por obras de infraestrutura, que apresentam grande potencial de relação econômica e cultural. Esta definição se aplica a cidades com uma população de mais de 2.000 habitantes (IDESF, 2018).

Na percepção de Karla Coelho as “cidades gêmeas são espaços conurbados transfronteiriços que envolvem duas ou mais cidades. Formam por meio de um espaço conturbado uma região híbrida composta por elementos nacionais e internacionais, guardando para si características particulares” (COELHO, 2013, p.2).

A região onde se desenvolveu o Estado do Acre (Brasil) e o Departamento de Pando (Bolívia) teve no seu processo de formação a presença de diferentes povos indígenas, os primeiros habitantes. Posteriormente a região veio a ser ocupada por migrantes brasileiros, peruanos e bolivianos que passaram a expulsar e explorar as populações nativas (LUCENA et al. 2009). Para Moraes et al (2020), essa região da tríplice fronteira (Brasil, Peru e Bolívia) por séculos não despertou interesse dos países, era um território desconhecido e inexplorado, habitado por populações indígenas. Para eles o interesse por essa região foi despertado em virtude:

[...] da frente de expansão das gomas elásticas e o jogo de interesse dos padrões da goma, o movimento expansionista obrigou, no final do século XIX, os governos do Brasil, Bolívia e Peru a tomarem decisões para consolidar a soberania naqueles territórios, para assegurar suas fronteiras políticas e, assim, atender também aos interesses dos donos [...] dos seringais (MORAIS *et al.* 2020, p. 1270).

De acordo com Lucena *et al.* (2009), o processo de ocupação por povos não indígenas (brasileiros, bolivianos e peruanos) que chegaram ao vale do Rio Acre, onde fica a tríplice

¹O referido ministério, no governo Bolsonaro (2019-2022), passou a integrar a Superintendência do Desenvolvimento Regional

fronteira é semelhante, ambos vieram para a região atraídos inicialmente, pela exploração das drogas do sertão e, posteriormente, pelo extrativismo da borracha. Neste sentido, a economia da borracha foi definidora na formação fronteiriça entre os países.

Ainda para Lucena et al. (2009), nesse primeiro processo de ocupação, os milhares de nordestinos que aqui chegaram, vieram expulsos pela seca ou atraídos pelo desejo de fazerem fortunas. Já para os bolivianos e peruanos, a ocupação ocorreu um pouco mais tardia, o motivo foi o conflito internacional com o Chile durante a chamada Guerra do Pacífico, ocorrida de 1879 a 1881. Logo, a população dessa fronteira se desenvolveu no contexto da extração do látex, denominado de “ouro verde”, que prevalecia na região. Assim foram sendo formados os seringais, em meados do sec. XIX e, com o passar dos tempos surgiram às primeiras aldeias e cidades. Assim, a maior parte da população que aqui chegava era originária da atual região nordeste do Brasil; e, sendo que apenas com a visão da ameaça territorial, a Bolívia se voltou para ocupar sua fronteira. Isto levou ao conflito (“revolução acreana” – para os brasileiros; “guerra do Acre” - para os bolivianos) que resultou na anexação do território do Acre pelo Brasil.

A conurbação formada pelas cidades fronteiriças Brasiléia (Acre-Brasil), Epitaciolândia (Acre-Brasil) e Cobija (Departamento de Pando-Bolívia) leva tais aglomerados urbanos à condição de cidades gêmeas (tri-gêmeas). O processo de formação dessas cidades será descrito nas seções 3.1, 3.2 e 3.3.

3.1. O processo de formação de Cobija

A Bolívia está dividida em nove grandes departamentos. O Departamento de Pando foi criado por lei em 1938. Sua capital, Cobija, foi fundada em fevereiro de 1906 com o nome de “*Puerto Bahia*” e está localizado na margem direita do rio Acre (BOLÍVIA, 2012).

Desde 1874, os centros de extração de borracha foram implantados e os primeiros colonos se estabeleceram no seu entorno. O auge da borracha na região é caracterizado pelo conflito entre Bolívia, Brasil e Peru, motivado pela demarcação de suas fronteiras e com base nos interesses da exploração da borracha (PNUMA, 2008). Naquela época, as pessoas começaram a procurar áreas com maior capacidade de produção gomífera e os quartéis eram os centros de desenvolvimento desse produto, especialmente ao longo dos principais rios.

Entre 1895 e 1900, a borracha teve uma grande valorização e os conflitos entre Bolívia, Brasil e Peru também se intensificaram, levando a confrontos militares entre Brasil e Bolívia

pelas terras do Acre. Cobija se originou da propriedade de Nicolás Suárez Callaú, um empresário boliviano que, para expandir seu comércio, comprou o seringal Bahia, na margem do rio Acre e construiu um posto para comercialização da sua produção, passando a exportar para Europa e Estados Unidos (PNUMA, 2008).

No final do século XIX e no início do século XX, os seringueiros bolivianos se agruparam e fizeram da propriedade uma espécie de quartel de resistência às lutas que estavam travando com os brasileiros na disputa pelas terras do Acre. As disputas armadas entre o Brasil e a Bolívia se encerram com a assinatura do Tratado de Petrópolis no ano de 1903.

Três anos após a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 09 de fevereiro de 1906, por ordem do General José Manuel Pando, o Porto da Bahia foi instalado. Em 1908, em homenagem ao antigo porto boliviano confiscado pelo Chile durante a Guerra do Pacífico, o Puerto Bahía passou a se chamar Cobija (LARA, 2011).

Em 1910, devido à crise da borracha, a Casa Suárez diversificou a produção e passou a explorar a castanha. Naquela época, houve significativo êxodo de população rural para as cidades com seus hábitos e costumes; e então, sob regime de trabalho compulsório os residentes eram amplamente usados como mão de obra sem remuneração (PNUMA, 2008), pois pelo sistema de aviamento, esses trabalhadores sempre estavam com débitos para com o patrão, sendo forçado a trabalhar mais para quitar uma dívida que se renovava constantemente.

Em 1915, a cidade começou a exercer as suas primeiras funções administrativas, passando a ser capital da Província de Pando no ano de 1939. Naquela época, Cobija era a cidade mais organizada da região amazônica e contava com todos os serviços e instalações modernas: eletricidade, água potável em canos, fábricas de gelo, ruas bem definidas e calçadas de tijolos, hotéis de luxo, cassinos, jornais, cinemas etc. (PNUMA, 2008).

Em 1960, com a invenção da borracha sintética e a retirada do mercado de borracha elástica da Amazônia, Cobija caiu em uma crise econômica e social, essa crise se estendeu também as cidades brasileiras que tinham na produção da borracha a base de sua economia. Com isso, em 1983, com o estabelecimento da zona de livre comércio e sua condição de capital Departamental de Pando, trouxe uma nova vitalidade para Cobija. Sob a lógica da acumulação, capitalista, os agentes do comércio de importação começaram a importar bens de outras zonas de livre comércio e até de outros países (CARLO, 2013). Com isso, Cobija passou a ser vista como um local de oportunidade econômica para os bolivianos, atraindo imigrantes de diversos departamentos do país e áreas de fronteira que já mantinham relações comerciais. O

crescimento natural da população e essa migração fizeram de Cobija a cidade que mais cresce na Bolívia.

A partir de 1998, os brasileiros passaram a se beneficiar da Zona Franca de Cobija, abriram seus próprios negócios e aproveitaram os benefícios da legislação boliviana para abertura de filial, a exemplo da loja de material de construção Ronsy com matriz em Rio Branco, estando presente no município de Eptaciolândia e instalação também na Cobija; o mesmo ocorre com a loja Halley que vende equipamentos e outros produtos importados.

É interessante destacar que os principais frequentadores da Zona Franca de Cobija são brasileiros, principalmente os rio-branquenses e turistas vindos de outros estados. Com isso não só o comércio boliviano fica aquecido, como também há um maior movimento na rede hoteleira de Brasília e Eptaciolândia.

3.2. O processo de formação de Brasília e Eptaciolândia

A sociedade acreana se originou do conflito entre grupos indígenas e imigrantes nordestinos. O processo de ocupação do atual território do Estado do Acre tem por base o processo migratório ocasionado pelos “ciclos da borracha” ocorrido no final do século XIX e início do século XX. Esse processo de ocupação está relacionado aos eventos iniciais da história do Acre, quando o seu território, que até então pertencia à Bolívia, é incorporado ao Brasil. A expansão da Companhia Brasileira de Borracha para o território boliviano foi o propulsor das disputas armadas e diplomáticas, que se encerram com o Tratado de Petrópolis (1903). Nos dois períodos áureos da borracha os nordestinos foram os responsáveis pelo processo de ocupação do território, sendo estes motivados pelos incentivos do governo federal e pela severa seca que historicamente atingia o Nordeste do Brasil, forçando sua população a migrar (ACRE, 2010).

A cidade de Brasília foi fundada pelo Dr. Luiz Barreto de Menezes, em 03 de julho de 1910, no seringal Carmen nas terras indígenas de Catianas e Maitenecas, como fruto das relações sociais dos seringalistas detentores da riqueza oriundas do extrativismo da borracha. A localidade se situa à margem esquerda do Rio Acre, em frente à cidade boliviana de Cobija, fundada quatro anos antes e onde residiam muitos brasileiros. Inicialmente, a cidade recebeu o nome de Brasília. Em 09 de maio de 1911, foi reconhecida como distrito. Em 21 de dezembro de 1938, através do Decreto-Lei Federal nº 968 foi desmembrado dos municípios de Xapuri e Sena Madureira e elevado à categoria de município (ACRE, 2007).

Enquanto unidade territorial, Brasiléia surgiu em decorrência de um desentendimento ocorrido entre o juiz do 3º Termo de Judiciário da Comarca de Xapuri e o arrendatário do seringal Nazaré, o Sr. João Pereira de Pinho. Este obrigou o juiz Fulgêncio de Paiva a se retirar do local:

Fulgêncio de Paiva, com o auxiliar conduziu às costas todo o material e o arquivo do juizado numa peregrinação de seringal em seringal sem o devido acolhimento. A peregrinação terminou em Cobija, na Bolívia, onde o juiz e o auxiliar ficaram em casa de brasileiros, residentes em Cobija, feridos em seus sentimentos decidiram-se a fazer alguma coisa em favor da justiça ambulante. Organizou-se então, uma comissão composta de Luís Barreto Correia de Meneses, Reinaldo Melo, José Cordeiro Barbosa e Fulgêncio de Paiva, para escolher e adquirir o local para a fundação de uma vila, onde se ergueria o prédio da Justiça. Cogitou-se do local onde hoje é Eptaciolândia, mas o proprietário Hermano Juarez, alcançou a Comissão de demanda judicial. Finalmente, outra área surgiu: uma pequena faixa de terra do seringal Carmem frente à cidade boliviana de Cobija (ACRE, 2007, p. 165).

Em 1943, pelo Decreto Lei 6.163/31/12/43, o Governo Federal mudaria nome da cidade de Brasília (inclusive, do município) para Brasiléia. Com isto procura-se evitar a confusão no sistema de comunicação dado a existência de outra cidade com nome semelhante em Minas Gerais, além de que conforme expresso pela Professora Gislene Salvatierra, moradora tradicional desta fronteira, o nome nova da cidade viria a dar mais significado às características regionais a que pertence – isto é, no termo “Brasiléia” unia os signos “Brasil” com “Hiléia”, representando as riquezas naturais da Amazônia (SILVA, 2003)

Em 28 de abril de 1992, Brasiléia desmembrou parte de seu território por meio da Lei Estadual nº 1.026 e do plebiscito que legitimou a criação do município de Eptaciolândia, ex Vila Eptácio (MDA, 2010). O primeiro ponto de ocupação do atual território de Eptaciolândia se deu em 1917, ainda no primeiro ciclo da borracha quando se formou o Seringal Quixadá. Grandes ondas de imigrantes nordestinos vieram principalmente do Ceará e se estabeleceram ali para a extração do látex (ACRE, 2009)

No segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial (1945), vieram mais imigrantes. Outro momento importante da ocupação veio a partir de 1972, com a introdução dos projetos de colonização do INCRA, uma estratégia utilizada pelos governos militares para a ocupação da Amazônia.

Foi no período de 1972-1978, quando migrantes mato-grossenses, instalaram-se no antigo seringal Bela Flor, dedicando-se à atividade agrícola do arroz, feijão e à pecuária, que ocorreu o maior fluxo de ocupação. A política de incentivo à ocupação da Amazônia propagada

pelos governos militares a partir de 1970, também atraiu a vinda de fazendeiros para região, eles ocuparam terras de antigos seringais, o que resultou em diversos conflitos com seringueiros, índios e posseiros que já moravam e trabalhavam ali (ACRE, 2009).

O nome Eptaciolândia vem das palavras Eptácio em homenagem ao ex-presidente da República Eptácio Pessoa e Lândia, que se referem à grande expansão campestre. No início, era apenas uma pequena comunidade. Aos poucos, essa comunidade se desenvolveu em um pequeno vilarejo e tornou-se um bairro do município de Brasília (MDA, 2010).

Eptaciolândia passou para a categoria de Vila em 1958, passando a se chamar "Vila Eptácio Pessoa". Seu desenvolvimento social, político e econômico ocorreu de forma gradual. Foram criadas escolas e outras instituições como Subdelegacia, Subprefeitura, instalação da 4.^a Companhia Especial de Fronteira, Fundação do Campo de Aviação, Posto de Fiscalização na Fronteira. Antes de ser classificado como cidade, era apenas um distrito de Brasília (ACRE, 2009).

A emancipação de Eptaciolândia ocorreu em 28 de abril de 1992 por meio da Lei nº 1.026 / 92. Cabe lembrar que parte do seu território foi desmembrado do município de Xapuri. A cidade de Eptácio é separada de Brasília pelo Rio Acre e de Cobija pelo Igarapé Bahia, sendo as mesmas ligadas pela Ponte Internacional da Amizade (Eptaciolândia/Cobija) e Ponte José Augusto de Araújo (Eptaciolândia/Brasília). Pela sua proximidade e expansão, são consideradas cidades conurbadas.

Em 1994, Brasília e Eptaciolândia começaram a ganhar benefícios fiscais a partir da implantação da Área de Livre Comércio – ALC, cujo principal benefício é a liberação para a importação de produtos livres de taxas, garantindo o dinamismo econômico para elas.

Relações Fronteiriças

Cada lado da “fronteira apresenta estruturas culturais, sociais, econômicas, políticas e demográficas diferenciadas” (BECKER, 2006, p. 57), mas que se complementam nas inter-relações que se travam no convívio soco espacial estabelecido.

Na conurbação formada por Eptaciolândia, Brasília e Cobija, notou-se que a cidade boliviana apresenta maior desenvolvimento, portanto, tornou-se referência urbana para essas cidades tri-gêmeas fronteiriças. Apesar do maior desenvolvimento de Cobija, as três cidades ainda mantêm uma relação de cooperação, mas também existem conflitos que restringem o processo de integração da região. Nesse sentido, a seguir, serão tratadas as relações de

integração referentes à interculturalidade, saúde, educação, comercialização e relações conflitantes existentes.

i. Cultura

Para pensar o atual processo de interculturalidade de Brasiléia, Eptaciolândia e Cobija é necessário recorrer à historiografia dessas cidades. No caso de Cobija, as interações socioculturais são um reflexo tanto da ausência do Estado boliviano na região, tornando-a mais dependente do Brasil ao longo dos anos, quanto da difusão do português e de canais midiáticos brasileiros.

As pessoas costumam assistir novelas e programas brasileiros em Cobija. A falta de cobertura dos canais bolivianos na região até meados da década de 1980 facilitou a penetração da cultura brasileira, principalmente das novelas da Rede Globo e da música popular. Essa penetração da mídia influenciou a cognição da língua portuguesa do lado boliviano, o mesmo não aconteceu do lado brasileiro em relação ao uso do espanhol. A língua espanhola falada em Cobija contém muitos elementos da língua portuguesa, o que pode ser explicado pelas frequentes relações de negócios com turistas brasileiros e pela presença de bolivianos nas escolas de Brasiléia e Eptaciolândia, a exemplo de João Vasques¹ que estudou nos anos de 2015 a 2017 na Escola Kairala José Kairala em Brasiléia.

Em virtude da vida cultural e noturna pouco desenvolvida nas cidades de Brasiléia e Eptaciolândia, Cobija é um espaço alternativo para jovens e turistas devido às inúmeras opções de diversão oferecidas pelos bares e discotecas. Nesses locais o repertório musical é variado, com "reggaetons" e "pops" internacionais contemporâneos e ritmos musicais brasileiros como sertanejo universitário, arroxa e o "funk".

Apesar da intensa relação fronteiriça, existem diferenças culturais entre as duas cidades. Cobija é uma cidade conservadora, que preserva o civismo e se apega a tradições, costumes e o uso de trajes típicos, o mesmo não ocorre nas cidades brasileiras.

ii. Saúde

O município de Brasiléia é o centro de atendimento à saúde no Alto Acre e, em 2015, recebeu um hospital regional que atende a maioria das populações de Assis, Eptaciolândia e

¹João Vasques, aluno do ensino médio, optou por estudar do lado brasileiro por trabalhar em um período em Brasiléia, o que facilitava sua ida à escola em outro período.

Xapuri. Como capital do departamento, Cobija também tem se destacado no setor da saúde nos últimos dez anos, graças às instalações modernas e mais bem estruturadas das várias clínicas privadas e do hospital de referência Roberto Galindo Terán, onde é comum encontrar estudantes brasileiros fazendo estágio médico. Não há hospital em Eptaciolândia, apenas postos de saúde.

O sistema de saúde boliviano não é totalmente gratuito, porém, sabe-se que um número significativo de brasileiros procura hospitais e clínicas em Cobija para consultas, exames e operações, o que se explica pelo baixo custo e rapidez do atendimento e pelo fácil acesso aos medicamentos sem receita. Isso demonstra claramente a situação mais precária do setor no lado brasileiro.

Apesar da precariedade na saúde brasileira, e dos preços cobrados na rede de saúde de Cobija não serem altos, muitos bolivianos de baixa renda optam por hospitais públicos no Brasil. Entre os atendimentos buscados com mais frequência na cidade de Brasileia destaca-se o serviço de parto. Segundo Oliveira¹ (2021), em 2020, por conta da pandemia do COVID-19, o hospital acolheu muitos bolivianos de Cobija, que ocupavam em média 04 (quatro) dos 12 (doze) leitos disponíveis para internação. Apesar de serem poucos os leitos, em caso de emergência, o hospital é obrigado a fazer o atendimento e acolhimento aos bolivianos. Cabe ressaltar que os partos de bolivianas no Brasil, também é uma forma que muitas famílias procuram para que os filhos nascidos nas cidades, neste caso de Eptaciolândia ou Brasileia, possam ter nacionalidade brasileira. Esta situação também pode acontecer com mulheres brasileiras que buscam as maternidades bolivianas com finalidades semelhantes.

Os serviços de saúde nas três cidades são complementares, todavia existe um entrave significativo na fronteira acreana que impede o deslocamento de ambulâncias bolivianas para o lado brasileiro. Segundo Ferraro Jr (2020), em entrevista, médicos bolivianos disseram que os pacientes brasileiros têm que ser transportados para Rio Branco em determinadas situações, contudo as autoridades regulatórias brasileiras restringem o acesso às ambulâncias e que apesar da existência de acordos com o estado do Acre, as autoridades aduaneiras só reconhecem convênios na esfera federal. Assim, o transporte é feito à noite, após o fechamento da aduana.

¹ Willian Oliveira - bioquímico e farmacêutico do Hospital Regional do Alto Acre – em entrevista concedida por meio de telefone em 18/01/2021.

iii. Educação

A integração no componente educação das cidades gêmeas é muito desigual. Brasiléia e Eptaciolândia podem ser consideradas centros de oferta da educação básica, com escolas nas áreas urbana e rural. Ele não se aplica ao ensino superior, o que se explica pela oferta deste serviço na cidade de Cobija. Nas cidades brasileiras, o Ensino Básico tem recebido poucos estudantes bolivianos. No entanto, do lado boliviano, Cobija, devido às suas grandes instituições de ensino superior, incluindo a Universidade Amazônica de Pando (UAP) e a Universidade Técnica Privada Cosmos (UNITEPC), acolhe muitos brasileiros no ensino superior, em especial na área da saúde (medicina).

Do lado brasileiro a maior instituição de ensino superior em Brasiléia e Eptaciolândia é a UNOPAR, uma instituição particular que funciona de forma presencial e em sistema de Educação à Distância (EaD). A Universidade Federal do Acre – UFAC, instituição pública, localizada em Brasiléia, possui apenas uma pequena instalação de duas salas. Segundo Silva (2016), não houve registro de alunos bolivianos ingressando nas universidades brasileiras em 2015. Por outro lado, em Cobija, muitos brasileiros de diferentes origens buscam o ensino superior. Em Brasiléia, 238 residentes estudavam no país vizinho, enquanto em Eptaciolândia, o número era de 343 (BRASIL, 2010).

Segundo Andrade¹ (2021) atualmente, são mais de 1000 brasileiros que estudam nas universidades de medicina em Cobija, deste total em torno de 600 são de jovens do Alto Acre, principalmente de Brasiléia e de Eptaciolândia. Os cursos mais procurados são da área de saúde: medicina, enfermagem e odontologia, sendo a medicina o curso mais buscado. De acordo com Silva (2016), no primeiro semestre de 2015, dos 5.853 alunos matriculados na Universidade Amazônica de Pando (UAP), 492 eram brasileiros, atualmente este número aumentou em mais de 100%.

iv. Comercialização

O setor de comércio e serviços é o maior impulsionador da integração nas cidades gêmeas de fronteira, visto que brasileiros e bolivianos cruzam constantemente a fronteira para realizarem suas compras.

¹ Almir Andrade – repórter do Jornal e TV A Gazeta na Regional do Alto Acre – entrevista concedida por meio de telefone em 14 de janeiro de 2021.

O novo impulso socioeconômico na fronteira foi causado por diversos fatores, surgido nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência, principalmente dos intensos fluxos de comércio, incentivados pela entrada de produtos chineses; pelas melhorias na infraestrutura, como a conclusão da estrada La Paz-Cobija; pela reaproximação ideológica entre governantes brasileiros e bolivianos desde 2000, manifestada em projetos multilaterais de integração sul-americana; pela construção da Ponte Wilson Pinheiro, inaugurada em 2004 sob a epígrafe de um “novo momento da história de integração dos países da América do Sul”; pela criação de uma Zona Franca em uma cidade boliviana e pela construção da estrada do Pacífico. Todos esses fatores contribuíram de diferentes formas para a intensificação das interações comerciais e para a retirada das fronteiras da situação de marginalidade.

É na comercialização que as relações de integração são mais fortes e apresentam certo grau de interdependência. Com o aumento das iterações comerciais as cidades brasileiras passaram a consumir produtos eletrônicos, eletrodomésticos, perfumes e roupas de marcas internacionais que chegam a Cobija sem impostos de importação adicionais, alavancando assim as vendas do comércio local. Por sua vez, os bolivianos compram alimentos nas cidades de Brasília e Eptaciolândia nos supermercados e nas feiras de produtores rurais (banana, mamão, mandioca, hortaliças, principalmente aves e suínos). Observa-se que devido às relações comerciais e ao grande fluxo de turistas nos estabelecimentos, há um grau significativo de aceitação das moedas de ambos os países.

Segundo Andrade (2021), com o fechamento das fronteiras devido à pandemia da COVID-19, o lado boliviano foi mais afetado pela dependência de alimentos e turistas brasileiros que compram produtos importados. As cidades de Eptaciolândia e Brasília viram suas vendas caírem, mas sofreram perdas menores na comercialização de seus produtos.

v. Conflitos

O estado do Acre tem 85,39% de seu território inserido na faixa de fronteira, o que torna imprescindível à segurança nacional e a anuência do Conselho de Segurança Nacional nas decisões sobre seu uso (UNODC, 2017). As cidades tri-gêmeas de Brasília, Cobija e Eptaciolândia estão inseridas nas fronteiras de seus países e localizadas em regiões periféricas que inspiram preocupações quanto a segurança, proteção e soberania nacional. Os conflitos das fronteiras nacionais estão mais relacionados a questões sociais e ambientais.

Em questões ambientais, é certo que o Brasil possui leis mais rígidas que a Bolívia. Essas leis visam garantir a preservação de seu ecossistema e recursos naturais. No entanto, devido à falta de fiscalização nas linhas de fronteira por parte dos órgãos brasileiros competentes, muitos eventos ilícitos ocorrem, sendo os mais frequentes: desmatamentos em áreas de preservação permanente, lançamento de mercúrio em rios, extração ilegal de madeira e de outros produtos florestais.

Em Cobija, a ausência de controle estatal efetivo, com instituições formais ativas, favoreceu o desenvolvimento de redes informais baseadas não na legitimidade política, mas no poder econômico: “a tradição de transgredir as leis é tão forte que se converteu em um “*habitus* fronteiriço”, ao qual os brasileiros denominam de “corrupção boliviana” (BRUSLÉ, 2012, p. 55).

A falta de clareza de suas leis para os estrangeiros (especialmente nos procedimentos de trânsito e migração) leva a prática de extorsão por parte de policiais locais e guardas de trânsito, bem como a violação dos direitos humanos. Para Andrade (2021) uma extorsão amplamente praticada e sofrida pelos pais de brasileiros que moram e estudam na Bolívia diz respeito ao chamado “visto de estudante”, um pagamento semestral obrigatório para os brasileiros continuarem estudando. Existem dois tipos de vistos: o visto fronteiriço (que não precisa residir em território boliviano para poder ter) e o visto do MERCOSUL onde é cobrado em torno de 1.000 bolivianos. Este visto é válido por dois anos e é cobrado de estudantes que moram em território boliviano.

Do lado brasileiro, a prática de extorsão contra bolivianos não é comum, porém, segundo Andrade (2021), a delinquência juvenil e a prática de furtos e assaltos são mais praticadas por brasileiros.

De acordo com o relatório da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE) a Bolívia compartilha com o Brasil a maior extensão de fronteira terrestre. Por ser considerado o terceiro maior produtor mundial de cocaína, tem no Brasil um dos principais destinatários das drogas que vão para outros países e o principal mercado consumidor da cocaína boliviana (UNODC, 2017). Neste contexto as cidades fronteiriças brasileiras servem de porta de entrada para o narcotráfico e prática de outros ilícitos.

Para Gayoso (2013) as pontes de integração entre os municípios de Eptaciolândia, Brasília e Cobija, além da sua função integradora é utilizada também para práticas disfuncionais, como uso de drogas e assaltos principalmente no horário noturno. Associado a

este fato, a falta de segurança e policiamento geram a prática da biopirataria, o contrabando de mercadorias, exploração sexual e diferentes formas de violência.

4. INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

O Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) através da Portaria nº 3.227, de 28 de dezembro de 2020, instituiu o Programa Fronteira Integrada (PFI), como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O Programa visa reduzir a desigualdade econômica e social em cidades localizadas na faixa de fronteira por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda, melhoria da infraestrutura urbana e qualidade de vida da população.

Com o Programa será dada prioridade às 32 cidades gêmeas reconhecidas pelo MDR nas áreas de fronteira Norte, Centro-Oeste e Sul, aos municípios classificados como polos nas regiões intermediárias priorizadas pelos Planos de Desenvolvimento Regional da Amazônia (PRDA) e Centro-Oeste (PRDCO) e localidades classificadas como de baixa renda pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (MDR, 2020).

A implementação do PFI será baseada em quatro linhas de ação: desenvolvimento produtivo, infraestrutura econômica e urbana, desenvolvimento social, acesso a serviços públicos essenciais e fortalecimento da capacidade governamental dos entes federados. Prevê-se que em 2021 seja lançado um edital sobre a implementação de projetos nestas áreas. Para o efeito, podem ser celebrados convênios, acordos de cooperação, ajustamentos ou outros instrumentos com entidades públicas e privadas, além de consórcios públicos (MDR, 2020).

Para apoiá-los, o Ministério do Desenvolvimento Regional concentra-se em quatro eixos prioritários para o seu trabalho com os NEF: a) fortalecimento institucional; b) desenvolvimento econômico integrado; c) cidadania; e d) marcos regulatórios. Além disso, o MDR incentiva e colabora para o fortalecimento institucional dos NEF, estimulando-os principalmente em ações relacionadas às áreas de educação, saúde, infraestrutura, segurança pública e mobilidade.

Essas atividades podem ser custeadas com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Constituição do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO); do Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Centro-Oeste (FDCO); e outras fontes nacionais e internacionais (MDR, 2020). Nisto reside possibilidades de aprofundamento da integração entre as três cidades, em especial, com ações que forja novas formas de cooperação entre setores públicos e empresas geradoras de empregos de ambos os lados da fronteira.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora vivamos na era da Globalização, em que as nações se aproximam e as distâncias são reduzidas, facilitando os deslocamentos e a comunicação entre países, ainda existem muitos muros que dividem os territórios nas fronteiras para impedir a entrada de estrangeiros. Historicamente, as fronteiras têm sido objeto de constante preocupação dos chefes de Estado devido a inexpressiva segurança nacional, a falta de controle sobre os fluxos de imigração e os vários tipos de tráfico.

A formação da fronteira Brasil-Bolívia foi marcada pela expulsão de povos indígenas e intensas disputas que culminaram em conflitos armados pelas terras que hoje pertence ao Acre. A disputa pela faixa de terra surgiu a partir da descoberta de uma floresta rica em seringueiras, que produz látex, conhecida como "ouro negro", que era o principal recurso da indústria pneumática. Logo essa fronteira se configurou no contexto da extração da borracha, motivada pelo processo de ocupação econômica da extração do látex que prevaleceu na região na virada dos séculos XIX para XX.

A história das origens das cidades de Cobija e Brasiléia está intimamente relacionada à extração da borracha, que se instalou às margens do rio Acre. Cobija foi fundada quatro anos antes de Brasiléia (1906), nas áreas de ex-seringais. Epitaciolândia foi fundada em 1992 como resultado do desmembramento do território de Brasiléia. Essas cidades fronteiriças, apesar de suas semelhanças e complementaridades, também são caracterizadas por desigualdades econômicas, sociais e culturais. O número de bolivianos nas escolas do Brasil é muito baixo, enquanto nas universidades bolivianas a matrícula de estudantes brasileiros é expressiva, principalmente nas áreas de medicina, odontologia e enfermagem. Em termos de saúde, a cidade boliviana de Cobija também cresceu muito, tornando-se um ponto de referência para muitos acreanos.

Embora Brasiléia seja referência de atendimento à saúde da população dos municípios de Xapuri, Epitaciolândia e Assis Brasil, graças à instalação do Hospital Regional do Alto Acre, o acolhimento aos bolivianos que buscam esse serviço público é pequeno em comparação ao número de brasileiros que procuram clínicas e hospitais em Cobija. Epitaciolândia não avançou nessa área e busca serviços em Brasiléia e na Bolívia.

É na área do comércio que as cidades têm maior integração e interação. Também nesta área ocorrem migrações pendulares motivadas pela oferta de emprego. Muitos jovens das cidades de Epitaciolândia e Brasiléia cruzam a fronteira todos os dias em direção ao trabalho,

principalmente no setor de comércio de Cobija. Por outro lado, bolivianos cruzam a fronteira transportando passageiros (taxis e moto taxis) e como vendedores ambulantes.

Quanto aos conflitos, às cidades gêmeas estão inseridas nas fronteiras dos seus países, em regiões periféricas que inspiram preocupação com a segurança, proteção e soberania nacional. Os dois países em questão, são muito divergentes em termos de leis, principalmente ambientais. O Brasil tem leis mais rígidas, enquanto o lado boliviano banaliza a aplicabilidade e cumprimento de leis que visam garantir a preservação do ecossistema e dos recursos naturais. Porém, o maior problema enfrentado na fronteira, está relacionado ao narcotráfico, ao contrabando e furto de veículos.

A região de fronteira das cidades tri-gêmeas, devido à sua proximidade facilita o fluxo do tráfico, servindo de rotas de trânsito para entrada e saída das drogas ilícitas. E apesar dos investimentos e ações do governo brasileiro na área de fronteira terem se intensificado nos últimos dez anos e a cooperação firmada entre os dois países, a repressão ao narcotráfico e prática de outros ilícitos ainda está longe de ser superada.

As desigualdades socioeconômicas entre os dois países se tornam mais visíveis nas cidades gêmeas. A cidade de Cobija, capital do Departamento de Pando, devido ao alto fluxo de consumidores brasileiros, impulsionou seu crescimento comercial, porém não avançou na prestação de serviços públicos e sua população busca do lado brasileiro a oferta dos serviços disponíveis, aumentando a demanda das cidades de Brasiléia e Epitaciolândia.

Diante do exposto, entende-se que há necessidade de estudos mais aprofundados para um maior conhecimento das interações e desigualdades nas cidades tri-gêmeas de Brasiléia-Cobija-Epitaciolândia, bem como a implementação do Programa Integrado de Fronteira (PFI), elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Isso se apresenta como uma possível solução para os problemas elencados, na medida em que institucionaliza os mecanismos e ferramentas necessários à consolidação da inserção social e econômica, valorização do potencial endógeno e desenvolvimento regional almejado.

O desenvolvimento regional é fator decisivo para o fortalecimento de políticas públicas voltadas para o empoderamento da população a partir de uma força de dentro para fora. A novidade dessa forma de política está na sua abordagem, pois visa promover o desenvolvimento econômico, prover infraestrutura logística adequada, promover melhorias sociais e de cidadania, fortalecer os atores e preservar as características locais.

A vista de tudo que foi exposto sobre as zonas de fronteira e considerando também às ações de contravenção fiscal e do narcotráfico, fica claro o papel de complementariedade e integração de políticas públicas que as cidades, situadas nestas localizações, desempenham. Portanto, não há como conceber qualquer medida eficiente, no que tange ao desenvolvimento regional e fronteiriço, se não considerarmos a completividade e integridade das ações realizadas nas cidades gêmeas.

6. REFERÊNCIAS

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema. **Ordenamento Territorial Local do Município de Brasiléia**. Rio Branco, 2007.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais - Sema. **Ordenamento Territorial Local do Município de Epitaciolândia**. Rio Branco, 2009.

ACRE. Governo do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000): **Documento Síntese**. 2 ed. Rio Branco: SEMA, 2010. 356 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 168 p.

BECKER, Bertha Koiffmann. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, Catharine. **Fronteiras**. Brasília: Editora da Unb, 1988. p. 60-89. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exldoc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37776.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

BOLÍVIA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Censo de Población y Vivienda 2012**: características de población y vivienda. 2015. Disponível em: <https://www.ine.gob.bo/index.php/publicaciones/censo-de-poblacion-y-vivienda-2012-caracteristicas-de-la-poblacion/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: território do alto acre e capixaba. Brasília. 2010. 102 p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio004.pdf. Acesso em: 21 jan. 2021.

BRUSLE, Laetitia Perrier. Frontera Bolivia con Brasil, nuevos esquemas fronterizos marco de integración continental y de la integración nacional: el ejemplo de pando. **Revista Estudios Fronterizos**, La Paz, v. 1, n. 1, p. 47-67, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265080567_Frontera_Bolivia_con_Brazil_nuevos_esquemas_fronterizos_en_el_marco_de_la_integracion_continental_y_nacional_el_ejemplo_de_Pando. Acesso em: 21 jan. 2021.

CARLO, Carol. Grupos econômicos no comércio de importação: Cobija, migração e zona franca. **Tinkazos**, La Paz, v. 16, n. 33, pág. 47-66, junho. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S199074512013000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2021.

COELHO, Karla Nunes de Barros. O planejamento urbano regional e a sua importância para as cidades de fronteira. In: XV ENANPUR, Recife, 2013, **Anais do XV ENANPUR** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Recife, 2013, v. XV, p.1-12.

FERRARO JÚNIOR, Vicente Giaccagliani. Desigualdades e Relações Socioeconômicas nas Cidades-Gêmeas da Fronteira Brasil-Bolívia. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 117-135, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341502677_Desigualdades_e_Relacoes_Socioeconomicas_nas_Cidades-Gemeas_da_Fronteira_Brasil-Bolivia_Inequalities_and_Socioeconomic_Relations_in_the_Twin_Cities_of_the_Brazilian-Bolivian_Border. Acesso em: 21 jan. 2021.

GAYOSO, Celso Francisco. **Espaços latino-americanos: comunicação, interculturalidade e cidades da fronteira Brasil-Bolívia**. Rio de Janeiro, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/30/teses/819022.pdf> Acesso em: 18 fev. 2021.

GHETTI, Isabella Benini Lolli. Barreiras urbanas em cidades de fronteira: análise das cidades gêmeas Ponta Porã/ BR e Pedro Juan Caballero / Py (1). In: ENCONTROINTERNACIONAL DA ANPHLAC, 2006, Campinas. **Anais do VII Encontro da ANPHLAC**. Campinas: Anphlac, 2006. p. 1-14. Disponível em: <http://antigo.anphlac.org/vii encontro>. Acesso em: 21 jan. 2021.

HAESBAERT, Rogério. Região e Redes Transfronteiriças em Áreas de Migração Brasileira nos Vizinhos do Mercosul. Porto Alegre, AGB-seção Porto Alegre: 1998.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FRONTEIRAS - IDESF. **Diagnóstico do Desenvolvimento das Cidades Gêmeas do Brasil**. Foz do Iguaçu. 2018 Disponível em: <https://www.idesf.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Diagn%C3%B3sticosdo-desenvolvimento-das-cidades-gemeas-do-Brasil-internet.pdf> Acesso em: 21 jan. 2021.

LARA, Carlos G. Zambrana. História Fotográfica do Porto de Cobija: 1908. **Fuentes**: Revista Biblioteca e Arquivo Histórico da Assembleia Legislativa Plurinacional, La Paz, v. 5, n. 12, p. 5-13, 12 fev. 2011. Disponível em: http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19974485201100010003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 21 jan. 2021.

LUCENA, Célia; BARBOSA, Cleto; FUNES, Eurípedes; VALCUENDE, José Maria; CARDIA, Laís; PANDO, Oscar Paredes; ARRUDA, Rinaldo. **História e Memória das Três Fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia**. São Paulo: Educ, 2009.

MACHADO, Lia Osorio. Estado, territorialidade, redes.: cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana. In: SILVEIRA, Maria Laura. **Continente em chamas: globalização e território na América latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 246-284. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/382286121/MACHADO-LO-2005-Estado-TerritorialidadesRedes-Cidades-gemeas-Na-Fronteira-Sul-Americana>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MACHADO, Lia Osorio. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 7-23, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323548220_Limites_e_fronteras_da_alta_diplomacia_aos_circuitos_da_ilegalidade. Acesso em: 21 jan. 2021.

MORAIS, Maria de Jesus; ALVES, José; BONFANT, Dhuliani Cristina. Dinâmicas fronteiriças: o estado do acre como corredor da migração internacional. **Revista Ciência Geográfica: Dossiê Amazônia II**, [s. l], - Vol. XXIV- (3), p. 1269-1285, 24 nov. 2020. Anual. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_3/agb_xxiv_3_web/agb_xxiv_3-completa.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

PAULA, Elder Andrade de; MORAIS, Maria de Jesus. Nos Labirintos das Fronteiras Amazônicas. In: VALENCIO, Norma; PAULA, Elder Andrade de; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Processos de territorialização e identidades sociais**. São Carlos: Rima, 2010. p. 41-60.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE - PNUMA. **Perspectivas do Meio Ambiente Urbano**: GEO Cobija. La Paz: Herencia, 2008. 120 p. Disponível em: <https://www.herencia.org.bo/webdocs/publicaciones/geocobija.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, Silvio Simione da. **Na fronteira Agropecuária acreana**. Presidente Prudente: Gráfica Dipierri; Rio Branco: Lepaug/Degeo-UFAC, 2003.

SILVA, Leonardo Luiz Silveira da. As redes e as interdependências assimétricas: a análise das relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija. **Revista Formação**: (Online), Presidente Prudente, v. 2, n. 23, p. 175-203, abr. 2016.

Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/3912/3349>. Acesso em: 21 jan. 2021.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/06/2002-geografia-das-cidades-de-fronteira-RST.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME - UNODC (Brasil). Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes. **Informe de la Junta Internacional de Fiscalización de Estupefacientes correspondiente a 2017**. 2018. Disponível em: https://www.incb.org/documents/Publications/AnnualReports/AR2017/Annual_Report/S_2017_AR_e-book.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.



O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO ACRE COM O MERCADO ANDINO: IDENTIFICANDO PROBLEMAS

Dr. Carlos Estevão Ferreira Castelo^{1*}, Bel. Ravela de Souza Marinho²
<https://orcid.org/0000-0002-4694-9639>; <https://orcid.org/0000-0002-1616-884X>

¹ Professor, da Universidade Federal do Acre, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil,

² Mestranda da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*carlos.castelo@ufac.br

Recebido em: 31/08/2021. Aceito em: 22/09/2021. Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-3>

RESUMO

Neste artigo apresentam-se os principais problemas que dificultam o crescimento do comércio internacional do Acre, principalmente com o mercado andino. A principal estratégia metodológica utilizada foi a técnica “painel de especialistas”. Além dos dois painéis realizados, os autores participaram do “Encontro internacional de Assis Brasil - relações Brasil (Acre) com o Peru” e do “Encontro com representantes da agência nacional de transportes terrestres - ANTT”, onde também coletaram informações. Observaram-se problemas relacionados com logística e infraestrutura, problemas de ordem econômica, e algumas questões legais.

Palavras-chave: Acre; comércio internacional; problemas.

ACRE'S INTERNATIONAL TRADE WITH THE ANDEAN MARKET: IDENTIFYING PROBLEMS

ABSTRACT

This article presents the main problems that hinder the growth of international trade in Acre, especially with the Andean market. The main methodological strategy used was the “expert panel” technique. In addition to the two panels held, the authors participated in the “International Meeting of Assis Brasil - Brazil (Acre) relations with Peru” and the “Meeting with representatives of the national land transport agency - ANTT”, where they also collected information. Problems related to logistics and infrastructure, economic problems, and some legal issues were observed.

Keywords: Acre; international trade; problems.

COMERCIO INTERNACIONAL DE ACRE CON EL MERCADO ANDINO: IDENTIFICACIÓN DE PROBLEMAS

RESUMEN

Este artículo presenta los principales problemas que dificultan el crecimiento del comercio internacional en Acre, especialmente con el mercado andino. La principal estrategia metodológica utilizada fue la técnica del “panel de expertos”. Además de los dos paneles realizados, los autores participaron del “Encuentro Internacional de Relaciones Assis Brasil - Brasil (Acre) con Perú” y el “Encuentro con representantes de la Agencia Nacional de Transporte Terrestre - ANTT”, donde también recabaron información. Se observaron problemas relacionados con la logística y la infraestructura, problemas económicos y algunos aspectos legales.

Palabras clave: Acre; comercio internacional; problemas.

1. INTRODUÇÃO

Brasil é uma das doze maiores economias globais e possui uma indústria diversificada. Apesar disso, seu percentual de exportações em relação ao PIB ainda é considerado baixo, principalmente se comparado a outros países. De acordo com dados do Banco Mundial, as exportações brasileiras de bens e serviços estão abaixo da média mundial, que é de 30%. Nos últimos anos, essa situação vem se mantendo semelhante. Além disso, o Brasil contribui com apenas 1,2% do volume mundial de exportações de bens, valor que cai para 0,7% se apenas os manufaturados forem considerados.

Esse cenário pode ser explicado, em grande parte, pela falta de competitividade das empresas exportadoras brasileiras, que precisam superar diversos desafios para vender seus produtos no mercado internacional. Burocracia, excesso de leis e tarifas, demora na liberação de mercadorias e dificuldade de escoamento que tornam o processo de exportação caro e lento, o que provoca aumentos dos preços das mercadorias e reduz a competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional.

De acordo com Leite da Silva (2019, p.9):

Até início do ano de 1999 o Brasil adotava um regime de taxas fixas de câmbio. Fixas no sentido que era determinada pelas autoridades monetárias, mas reajustadas com frequência. Nesta data adotou-se o regime de metas para inflação – o governo passaria a controlar a taxa de juros e o câmbio seria flutuante. Mesmo com essa mudança no regime cambial, nota-se que desde a implantação do Plano Real (1994) há uma tendência de apreciação da moeda nacional, o que, em tese, não favorece as exportações. No início dos anos 1990 o saldo da balança comercial brasileira foi sistematicamente negativo, até 2000. Os saldos positivos, registrados desde então, foram alcançados graças ao expressivo crescimento das exportações de produtos agrícolas. Desde 2008 o saldo comercial das manufaturas foi crescentemente negativo.

No caso do Estado do Acre, apesar da existência de um mercado potencial com cerca de 30 milhões de consumidores em um raio de 750 km da capital Rio Branco (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2010), as trocas internacionais oscilam muito e ainda podem ser consideradas pequenas para o mercado potencial existente. Inclusive, o peso relativo das vendas do Acre no total de exportações brasileiras tem permanecido baixo ao longo das duas últimas décadas.

De acordo com IPE (2021, p.13):

[...] nos dois últimos decênios, o comércio internacional do Acre foi marcado por significativas oscilações. Algumas das variações podem ser interpretadas a partir de fenômenos naturais que assolaram o estado. A histórica cheia do rio Madeira, em 2014, por exemplo, teve entre suas principais consequências o isolamento do Acre, em razão da inundação de trechos da BR-364, rodovia federal que conecta o estado a Rondônia e ao restante do Brasil. Atualmente, o Acre passa por uma situação mais complexa do que naquele momento. A crise do início de 2021 é resultado de mais uma cheia das três bacias hidrográficas do estado (Acre, Amazonas e Madeira), que alagou quase a metade das cidades acreanas e desabrigou a população local em grande escala. Estima-se que algo em torno de 130 mil pessoas (cerca de 15% dos habitantes) tenham sido impactadas diretamente pelas chuvas no estado. Para agravar a situação, a crise no Acre segue sendo potencializada por fenômenos não apenas pluviométricos. A escalada nos números de infectados pela covid-19 e nos casos de dengue aponta para o colapso da saúde pública no estado. Não menos importantes são os crescentes problemas migratórios, sobretudo na região fronteira com o Peru.

Os produtos exportados são predominantemente extrativistas (madeira e castanha-do-pará). Nos últimos anos, as carnes e derivados (bovinos e suínos) começaram a aparecer na pauta, mas os volumes ainda são pequenos. Produtos manufaturados são inexpressivos na pauta. De acordo com IPEA (2021), no ano de 2020, os principais produtos vendidos pelo estado para o mundo foram: madeiras (US\$ 13,1 milhões, equivalentes a 38,7% do total), miudezas comestíveis de animais (US\$ 8,91 milhões, 26,2%), castanha-do-pará (US\$ 3,6 milhões, 10,6%), couros e peles de bovino (US\$ 2,3 milhões, 6,7%), milho (US\$ 1,5 milhão, 4,5%) e soja (US\$ 1,2 milhão, 3,6%).

Em julho de 2021, os produtos exportados e respectivos valores em US\$ não podem ser visualizados na figura 01.

Figura 01- ACRE: Principais produtos exportados em julho de 2021 (em US\$)



Fonte: COMEX-MDIC

Esperava-se que com a inauguração da "Estrada do Pacífico", pavimentada desde 2011, os indicadores sobre o comércio do Acre com o exterior (Peru e Bolívia, principalmente) apresentassem aumentos consideráveis e sustentáveis. Avanços foram observados, entretanto não corresponderam às expectativas criadas.

Sobre a "Rodovia do Pacífico", informa-se que faz parte de um projeto territorial de âmbito continental. Segundo Melo Bicalho (2019, p.191), esse projeto abrange:

[...] todos os doze países sul-americanos, discutido na Reunião de Presidentes da América do Sul em 2000 e formalizado no documento denominado "Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana - IIRSA". Em 2011, o IIRSA passou a ser coordenado pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN - da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL –, esta criada em 2008. Desde as primeiras discussões, o IIRSA se propôs à integração física dos países com projetos conjuntos de infraestrutura, transporte, energia e telecomunicações, promovendo integração econômica e sociocultural.

No ano de 2012 o Governo estadual dizendo que inseriria o Acre no comércio internacional em definitivo alfandegou uma Zona de Processamento de Exportação – ZPE nas imediações do município de Senador Guiomard, disponibilizando infraestrutura para a alocação de empresas exportadoras. Entretanto, até hoje nenhuma indústria foi implantada no local. Devido o insucesso desta ZPE, explicado por diferentes causas, inclusive pela crise estrutural do capital que explodiu em 2007/2008, o empreendimento encontra-se atualmente abandonado e em processo de venda.

De acordo com a FAZCOMEX (2021):

Uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) é uma área de livre comércio com o exterior, destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo considerada zona primária para efeito de controle aduaneiro. As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos específicos do regime. As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nascem a partir da ideia de se promover nas regiões menos desenvolvidas a redução dos desequilíbrios, de fortalecer o balanço de pagamentos, assim como da ideia de promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do país. Instrumento consagrado há décadas em outras nações, a exemplo dos Estados Unidos e de diversos países asiáticos. O regime aduaneiro especial das ZPE foi instituído no país pelo Decreto-Lei nº 2.452/88).

Nesse escopo, o propósito deste artigo, que faz parte de uma pesquisa de maior folego, é de examinar quais os principais problemas e/ou gargalos que ainda dificultam o crescimento do comércio internacional do Acre, principalmente com o mercado andino, utilizando a “Interoceânica” (“Estrada do Pacífico”).

Observa-se que tal conhecimento pode servir de base para estratégias e políticas de melhoria, de forma a contribuir para que, no futuro, o Estado do Acre possa aumentar a presença dos produtos fabricados em seu território no comércio mundial, melhorando a balança comercial e provocando, como consequência, impactos positivos no processo de desenvolvimento econômico e social.

2. METODOLOGIA

As problematizações e inferências contidas nesse texto resultam da coleta e sistematização de dados e informações secundárias (anúários estatísticos, internet, publicações oficiais, etc.), bem como de informações e dados primários obtidos através da técnica “painel de especialistas”. Segundo Queiroz Pinheiro et al. (2013, p.144) a técnica do “painel de especialistas”:

[...] pode fazer parte de um projeto de pesquisa em dois momentos distintos: (1) como parte de uma fase preliminar, em que contribui para o estabelecimento de bases para a investigação; ou (2) como parte da coleta de dados propriamente dita, seja como estratégia única de investigação, ou, como é cada vez mais comum, combinada com outras técnicas.

Na visão de Nogueira (2017, p.12):

Painel de Especialistas (workshops ou seminários com especialistas) é um método de coleta de dados exploratório, qualitativo, amplamente utilizado, com o objetivo de estimular o compartilhamento de ideias e conhecimentos. Durante um curto período de tempo, ele produz uma reflexão estratégica a respeito de um determinado tema, considerando o momento atual e as

oportunidades futuras de um setor. Geralmente são organizados painéis com 10 a 20 especialistas, porém é possível viabilizar painéis com muito mais participantes, desde que as apresentações e discussões estejam bem estruturadas. Habitualmente os painéis são precedidos da apresentação de painelistas de renome, que sintetizam os principais destaques sobre o estudo em questão. As apresentações servem como aquecimento para o debate posterior, com os demais especialistas participantes. Os painéis promovem o debate de ideias sobre o futuro, baseadas em informações do presente, bem como os resultados e dados já consolidados, podendo envolver especialistas das mais diversas áreas de conhecimento ou de atuação (governo, academia, sociedade, organizações de pesquisa, tecnologia e inovação, etc.) relacionadas à questão a ser debatida.

Foram realizados nos anos de 2017 e 2019 dois painéis, a saber:

1) "I Encontro com Especialistas em Comércio Internacional"

Esse painel, ocorrido na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC ("Casa da Indústria"), no dia 22/05/2017, teve como objetivo a apresentação de experiências das relações comerciais do Acre com o Peru (e com outros países andinos), bem como identificação de gargalos e oportunidades relacionados com o intercâmbio comercial. Durante o encontro aconteceram quatro (04) exposições orais. Duas (02) proferidas por técnicos especialistas em comércio internacional, e duas (02) por empresários acreanos com experiências em comercialização com o Peru. Observa-se que após cada uma das exposições, promoveu-se debates entre os especialistas participantes (no total, participaram do painel 30 pessoas).

2) "II Encontro com Especialistas em Comércio Internacional".

Ocorrido na sede da Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC ("Casa da Indústria"), no dia 07/06/2019, cujo objetivo foi semelhante ao "I Encontro", ou seja, a apresentação de experiências das relações comerciais do Acre com o Peru e com outros países andinos, bem como identificação de gargalos e oportunidades relacionados com o intercâmbio comercial entre os dois países. No painel II, participaram 25 especialistas.

Além dos painéis, dados e informações relevantes foram obtidos através da participação dos autores em dois outros encontros, a saber:

1) "Encontro internacional de Assis Brasil - relações Brasil (Acre) com o Peru"

Encontro acontecido em 02/06/2017, na cidade de Assis Brasil-AC. Nesse encontro, a proposta foi identificar os principais entraves que naquele momento dificultavam as relações comerciais entre Brasil (Acre) e Peru, assim como promover a observação *in loco* das condições de infraestrutura da alfândega instalada na região da fronteira acreana com o Peru. Destaca-se que esse evento foi promovido por iniciativa da Prefeitura de Assis Brasil e Federação das

Indústrias do Estado do Acre - FIEAC, em parceria com o Comitê Gestor Estadual do Plano Nacional de Cultura Exportadora (PACE/ACRE). O encontro reuniu empresários, políticos e autoridades. Tanto do Brasil como do Peru.

2) “Encontro com representantes da agência nacional de transportes terrestres – ANTT”.

Este encontro, ocorrido no dia 09/06/2017 em Rio Branco/AC, contou com a presença de dois (02) representantes da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Luciano Rodrigues e Wilbert Junquilha). No evento, empresários, técnicos de instituições diversas e sociedade em geral, debateram a situação do comércio internacional realizado através das fronteiras de Epitaciolândia/AC e Assis Brasil/AC.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir desse ponto colocamos em evidência os principais gargalos/problemas que dificultam de maneira importante o crescimento do comércio internacional do Acre (e pelo Acre) utilizando a “Estrada Interoceânica” (“Estrada do Pacífico”). Destaca-se que esses problemas/gargalos foram identificados por um conjunto bastante heterógeno de participantes nos quatro eventos listados anteriormente (empresários, especialistas em comércio internacional, despachantes aduaneiros, membros do executivo estadual e federal, auditores da Receita Federal, pesquisadores, e demais interessados no tema).

A inexistência de um "Porto Seco"/EADI no território acreano, para facilitar o desembarço aduaneiro, foi um dos itens mais citados nos quatro encontros. Observa-se que “Porto Seco”, ou Estação Aduaneira do Interior (EADI), nada mais é do que uma área alfandegada de uso público localizada em uma zona secundária. Ou seja, fora dos portos principais e próxima de regiões com grande volume de produtos a serem comercializados, tanto para importação de mercadorias como exportação. Nesse local, segundo a literatura especializada, é possível realizar todos os serviços aduaneiros. As cargas vindas de outros países, por exemplo, podem ser recebidas e nacionalizadas. O local também pode armazenar a mercadoria do importador, em regime de suspensão de impostos, e fazer a nacionalização por partes.

Deve-se notar que o Governo do Acre, nas gestões de Jorge Viana (1999-2006) e Binho Marques (2007 – 2010), por vários momentos sinalizou intenções claras de viabilizar um “Porto Seco” no território acreano. Inclusive, segundo informações de empresários participantes do “II Encontro com Especialistas em Comércio Internacional”, o governador Binho Marques chegou

a iniciar a construção das instalações de um “Porto Seco” no município de Senador Guimard, entretanto, antes mesmo da obra ser finalizada, o projeto foi alterado para Zona de Processamento de Exportações - ZPE.

A inexistência de vôos internacionais, especificamente entre Rio Branco-Acre/Lima-Peru, foi outro problema identificado pelos especialistas. Além disso, alguns relataram que os dois principais aeroportos existentes (Rio Branco e Cruzeiro do Sul) não possuem alfandegamento da Receita Federal¹. Alfandegamento esse que poderia dinamizar o intercâmbio de mercadorias e pessoas entre o Brasil e o Peru.

Observa-se que segundo a Portaria RFB Nº 3518, de 30 de setembro de 2011 o alfandegamento é a autorização da administração aduaneira, em que se inclui a Receita Federal, para possibilitar o estacionamento ou trânsito de veículos procedentes do exterior ou a ele destinados; permitir o embarque, desembarque ou trânsito de viajantes procedentes do exterior ou a ele destinos; viabilizar a movimentação, armazenagem, e submissão a despacho aduaneiro de mercadorias procedentes do exterior ou a ele destinado.

A infraestrutura para viabilizar o desembaraço aduaneiro existente atualmente na fronteira do Acre/Brasil com o Peru e Bolívia foi apontada como bastante precária. As instalações prediais e de apoio aos usuários das alfândegas nos municípios de Epiaciolândia e Assis Brasil, segundo o que se pode observar durante o “Encontro internacional de Assis Brasil - relações Brasil (acre) com o Peru” é realmente de péssima qualidade. Inclusive, a visita realizada no local confirmou vários depoimentos de empresários de que, por exemplo, “... não existe espaço adequado nem para os caminhões”.

Esses problemas de infraestrutura são agravados pela funcionalidade deficiente dos serviços de telecomunicações, em especial nos municípios de Brasiléia, Epiaciolândia, Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, e, ainda, pela qualidade de energia ofertada nos municípios de Assis Brasil e Epiaciolândia.

A falta de um “Anel Viário” e de uma “Ponte” na cidade de Brasiléia, no Acre, também foi apontado como um gargalo estrutural importante. Da mesma forma a manutenção no “lado brasileiro da Rodovia do Pacífico” (BR - 317). Segundo representantes de transportadoras, o “lado brasileiro da BR 317 carece sistematicamente de manutenção”.

1 Através do Ato Declaratório Executivo DRF/RBO Nº 01 de 04 de fevereiro de 2020, publicado no DOU de 06/02/2020, seção 1, página 61, o Aeroporto de Cruzeiro do Sul Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul - Marmud Cameli (SBCZ), localizado em Cruzeiro do Sul/AC, foi alfandegado em caráter eventual e temporário.

A inexistência de unidade para credenciamento na ANTT em Rio Branco (AC) foi outro problema identificado. Todas essas questões, segundo os participantes dos painéis, contribuem para explicar o porquê do frete cobrado pelas empresas transportadoras estrangeiras ser tão elevado.

Os problemas de infraestrutura e logística provocam impactos no volume de transações que, por sua vez, reflete nos preços do frete. O custo de logística elevado, portanto, é função da inexistência de carga de retorno (volume de compras pequeno - escala); das baixíssimas opções de transportadoras (empresas de transporte internacional terrestre); do custo dia parado nas Aduanas (inspeção sanitária, aduanas não integradas, poucos auditores, etc.), e das péssimas estradas do lado brasileiro.

As variações cambiais também foram bastante citadas, principalmente por empresários interessados em importação. Segundo eles, "... quando o dólar americano aumenta - moeda padrão das trocas internacionais - comparativamente ao real, implica em desestímulo para importar".

Além de questões relacionadas com a eficiência baixa nos processos aduaneiros (custo e tempo), a atuação dos auditores com visão restritiva às importações foi apontada por empresários como algo que desestimula a comercialização de mercadorias, principalmente com o Peru e a Bolívia.

Com relação às questões de ordem tributária, alguns relataram que o regime de pagamentos antecipados dos tributos estaduais (Acre/ICMS) desestimula. Mas o principal problema nesse campo é a não integração com o sistema "Siscomex" (que causa retardamento no processo de liberação das cargas).

Com respeito aos aspectos legais, os participantes dos painéis destacaram a insegurança jurídica nas relações do Brasil com outros países. Segundo eles, o Itamarati não prioriza as relações do Brasil/Acre com o Peru e com os demais países Andinos. A solução para esse problema, pelo que se pode constatar nos debates, seria melhorar os acordos bilaterais em Brasília.

No caso das empresas de pequena dimensão (quase a totalidade das empresas acreanas), a inexistência de uma trading e a baixa cultura de negociação com o exterior também dificulta a atuação no comércio exterior.

Outro problema relaciona-se com a baixa quantidade e qualidade da mão-de-obra especializada em desembarço aduaneiro. Segundo o que pode-se constatar, existe uma carência grande no Acre por esse tipo de profissional.

3.1. Sobre a “ponte do Abunã”

Foi unanimidade entre os participantes dos painéis o destaque dado à importância da conclusão da “ponte do Abunã” (“Ponte do Rio Madeira”). A conclusão da infraestrutura rodoviária bioceânica, de acordo com os relatos, dependia dessa obra. Em 2021, finalmente a ponte foi inaugurada¹, e se as expectativas se confirmarem, o Acre poderá se transformar em um hub logístico e produtivo do Arco Norte, exercendo uma função muito além de mera passagem de cargas.

Na ocasião da realização dos dois painéis, a não conclusão da “ponte do Abunã” era sempre colocada como um problema importante pelos especialistas. Com sua conclusão, a tendência é que possa dar novo fôlego à dinâmica econômica da região.

Essa possível nova dinâmica é confirmada por estudo recente do IPEA (2021), onde se afirma que as obras de integração (ponte do Abunã, ponte Brasileia e Cobija, na Bolívia, e ponte entre Assis Brasil e Iñapari) poderão possibilitar que os volumes de produção e de comércio do Acre, junto aos dos estados vizinhos, acumulem ganhos de escala, fator fundamental para tornar viável a rota interoceânica rumo aos mercados regionais e da Ásia-Pacífico. A saída pelo Peru vai permitir, segundo o IPEA (2021), dinamismo no comércio internacional do Acre.

4. CONCLUSÃO

Como visto, são vários os problemas que atualmente dificultam uma maior inserção de empresas acreanas no comércio internacional. Problemas relacionados com infraestrutura e logística, questões econômicas, e questões de cunho fiscal. Mas é preciso pontuar outro aspecto percebido na investigação realizada: os empresários acreanos de médio e pequeno porte (que representam cerca de 90% do total) não possuem uma cultura de exportação. As ações de comércio exterior feita por eles quase sempre acontecem de forma passiva, para atender demandas específicas surgida ao acaso.

¹ Em 7 de maio de 2021, foi inaugurada pelo presidente da república a ponte do Abunã, em Rondônia. A obra de 1,9 km sobre o rio Madeira conectou pela primeira vez a capital do Acre a outras capitais do país sem a necessidade de balsa.

Essa dificuldade cultural remete a uma necessidade, ou seja: realização de um planejamento visando alavancar a cultura exportadora no Acre que contemple diversas ações. Sugere-se que essas ações sejam organizadas nos seguintes eixos: relacionamento e promoção de negócios; logística e infraestrutura do comércio exterior; barreiras em mercados externos; inteligência comercial; assessoramento e capacitação; estímulo e apoio a negócios acreanos para exportação; facilitação e desburocratização do comércio exterior.

Implantar o funcionamento contínuo das instituições presentes nas alfândegas, como Polícia Federal, Receita Federal, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), permitindo seus atendimentos de forma imediata com a necessidade, é algo imprescindível no sentido de dinamizar as trocas internacionais de empresas do Acre. Da mesma forma, é importante uma estruturação das instalações físicas da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), nos municípios de Eitaciolândia/Brasileia e Cruzeiro do Sul.

Uma questão específica que também deveria merecer atenção das autoridades responsáveis relaciona-se com a existência de apenas uma (01) empresa que realiza o serviço de fumigação de cereais com fins de exportação (observa-se que fumigação é um tipo de controle de pragas através do tratamento realizado com compostos químicos ou formulações pesticidas). De acordo com o que se pode observar, a implantação de um centro de fumigação próximo às zonas produtoras poderia reduzir o tempo e o custo, gerando com isso mais eficiência e competitividade nos processos.

Observou-se, segundo os relatos, que no caso de importações de trigo do Peru, realizada por empresários acreanos, o produto precisa de laudos técnicos (testes) que são realizados apenas em Goiânia, o que implica em perda significativas de eficiência no processo (custos e tempo).

Como medida para minimizar esse problema, teríamos o laboratório da unidade de tecnologia de alimentos da Universidade Federal do Acre (UTAL/UFAC). Segundo os especialistas presentes nos painéis, essa unidade possui as devidas instalações para realizar o processo de inspeção técnica de farinha trigo, somente precisaria de uma habilitação do MAPA para realizar a referida ação.

4. REFERÊNCIAS

AGENCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/lula-assina-decreto-da-zpe-do-acre/>. Acesso em: 24 agosto 2021.

CASTELO, C. E. F. Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias. Tese (Doutorado em História Social). São Paulo: USP, 2014.

FAZCOMEX. ZPE: o que é. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/zpe-o-que-e/>. Acesso em 24 de agosto 2021.

IPEA. A ponte do Abunã e a integração da Amacro ao Pacífico. **Nota Técnica 35.** Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, 2021.

LEITE DA SILVA, C. R. Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico: uma análise a partir da Complexidade Econômica. Revista Economistas, Ano X - Nº 34 - Outubro a dezembro de 2019.

MELO BICALHO, A. M. de S.. Estrada do Pacífico na Integração Sul-Americana e o Acre. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 185-208, 2013.

NOGUEIRA, V. G. C. Painel de especialistas e Delphi: métodos complementares na elaboração de estudos de futuro. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

QUEIROZ PINHEIRO, J. ; FARIAS, T. M. ; ABE-LIMA, J. Y. Painel de Especialistas e Estratégia Multimétodos: Reflexões, Exemplos, Perspectivas. **Psico.** v. 44, n. 2, pp. 184-192, abr./jun. 2013.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Portaria RFB Nº 3518, de 30 de setembro de 2011.

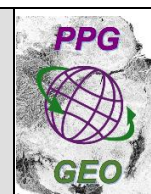
RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Ato Declaratório Executivo DRF/RBO Nº 01, de 04 de fevereiro de 2020.



UÁQUIRI

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia
UÁQUIRI - PPGGEO, v. 03, n. 02, p. 64-77, ano 2021

Home page: <http://revistas.ufac.br/revista/index.php/SciNat>



ISSN: 2675-4088

A GEOGRAFIA E A CRISE PARADIGMÁTICA: APONTAMENTOS E CONTRIBUIÇÕES

Esp. Francisca da Silva Reis^{1*}, Bac. Juliana Santos de Souza Cunha^{1*}, Esp. Ravela de Souza Marinho^{1*}

<https://orcid.org/0000-0002-8627-6045>; <https://orcid.org/0000-0002-6980-3114>;
<https://orcid.org/0000-0002-1616-884X>

¹Mestrandas da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

*silvia_reis5@hotmail.com

Recebido em: 13/09/2021 Aceito em 26/11/2021 Publicado em: 20/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-4>

RESUMO

O presente artigo busca evidenciar alguns motivos sobre a crise paradigmática da Geografia, e explicar as causas e seus principais problemas para a ciência geográfica em explicar o seu objeto de estudo a partir de outras ciências, essa reflexão é baseada em alguns autores que fazem uma discussão sobre o assunto. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo analítico tendo em vista a fundamentação teórica e metodológica para aquisição de informações e interpretações do tema.

Palavras-chave: Crise paradigmática; Geografia; Ciência geográfica.

GEOGRAPHY AND THE PARADIGMATIC CRISIS: APPOINTMENTS AND CONTRIBUTIONS

ABSTRACT

This article seeks to highlight some reasons about the paradigmatic crisis in Geography, and to explain the causes and their main problems for geographic science, this discourse is based on some authors who make a discourse on the subject. This is bibliographic research of an analytical descriptive character, in view of the theoretical and methodological basis for the acquisition of information and interpretations of the theme.

Keywords: Paradigmatic crisis; Geography; Geographic science.

GEOGRAFÍA Y CRISIS PARADIGMÁTICA: NOTAS Y CONTRIBUCIONES

RESUMEN

Este artículo busca resaltar algunas de las causas de la crisis paradigmática en Geografía, y explicar las causas y sus principales problemas para la ciencia geográfica, esta reflexión se basa en algunos autores que discuten el tema. Se trata de una investigación bibliográfica de carácter analítico descriptivo, en vista del fundamento teórico y metodológico para la adquisición de información e interpretaciones del tema.

Palabras clave: Crisis paradigmática; Geografía; Ciencia geográfica.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a ciência geográfica ao longo do seu desenvolvimento passou por muitas mudanças no seu paradigma, o que resultou na construção do pensamento geográfico. Visto que, não se tem definida questões do ponto de vista do seu objeto e método. Ainda hoje observamos discussões sobre a construção do pensamento geográfico, muitos trabalhos discutem a razão de como a geografia se situa na sociedade. Porém poucos abordam as causas que sucedem essa questão.

Para Andrade (1987), as ciências sociais, possuem dificuldades em definir seu objeto de estudo, visto que ela possui como campo de atuação a sociedade e as interações junto ao meio em que vive, diante disso, podemos verificar que a Geografia, não foge à regra, pois utilizam várias outras ciências para explicar o seu objeto, o que pode ser caracterizado como um dos problemas que a Geografia enfrenta na definição do seu objeto de estudo, gerando consequentemente sua crise paradigmática.

Ou seja, a Geografia utiliza-se da biologia, sociologia, filosofia, geologia, economia, entre outras para explicar o seu objeto de estudo que é o homem em interação com o meio.

Ainda segundo o autor citado, ele levanta outra hipótese a respeito da crise paradigma das ciências humanas, que está no fato, dessas em especial a Geografia, precisar dos conhecimentos das outras ciências para explicar o seu objeto, portanto a sua crise não está apenas na questão do método, mais também na definição do seu objeto de estudo. Durante o estudo, ficará esclarecido os reais motivos da crise paradigmática da geografia.

O objetivo desse artigo é trazer abordagens que irão apontar os motivos da crise paradigmática que permeia a geografia e refletir a luz de alguns autores as causas dessa crise.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Durante muitos anos, a Geografia é questionada sobre o seu objeto de estudo e seu papel na sociedade, onde muitos geógrafos se sentem desconfortáveis em debater tal assunto.

Por esse motivo, essa investigação é baseada nesses questionamentos, e em tentar encontrar a resposta para essas indagações. Definido o objetivo de investigação, inicia-se a pesquisa em diferentes referências sobre o assunto, encontra-se poucos autores que abordam sobre essa temática, e principalmente sobre a resposta da investigação, que está relacionada com a crise paradigmática da Geografia.

No entendimento dos autores a crise nada mais é do que parâmetros anteriores discutidos na Geografia, mas que na pós-modernidade essa encontra dificuldades em explicar, pois esbarra em barreiras relacionadas muito além do pensamento geográfico.

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo analítico tendo em vista a fundamentação teórica e metodológica para aquisição de informações e interpretações sobre o tema. É uma pesquisa de cunho qualitativo, pois expõem as concepções e ideias dos principais autores: Sposito (2004), Andrade (1987), Oliveira (1989), Gonçalves (1978), e a julgar pelo objeto de pesquisa, a resposta desses sobre a problemática, são opostas uns dos outros, ou durante as leituras, alguns autores, não encontraram a resposta para essa questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrarmos ao principal assunto do trabalho, faremos algumas definições que nos ajudarão a entender os motivos da crise, iniciaremos pelo primeiro conceito referente ao conhecimento científico, ou seja, como as ciências explicam e entendem a realidade, assim também a partir de qual conceito elas elaboram o seu raciocínio que é feito com base no método que auxilia nessa função. Para então partimos ao contexto da geografia e suas implicações.

O conhecimento científico pode ser caracterizado como aquele conhecimento específico sobre determinado objeto ou disciplina, adquirido ao longo dos anos na academia ou na vida. E tratando-se das formas de conhecimento Sposito (2004), expõe os níveis de conhecimento os definindo como o senso comum, a filosofia, a ciência e a religião. Caracteriza os níveis filosóficos e o científico dos quais concerne à teoria do conhecimento.

O nível filosófico é altamente abstrato. Pode-se referir tanto a fenômenos observáveis, da realidade, como também de ideias, conceitos, teorias etc. produzidos racionalmente. O nível científico baseia-se na descrição minuciosa, na localização dos fenômenos dentro de categorias específicas conceitos e classes características, considerando-se o conhecimento já produzido anteriormente [...]. (SPOSITO, 2004, p. 75).

Ocorrem variações no que se refere à condução da produção do conhecimento diferindo da base doutrinária utilizada como, por exemplo, para as correntes positivistas e neopositivistas, para o materialismo histórico, para as correntes fenomenológicas. Para ele “a produção do conhecimento é mediada pela linguagem e por todos os elementos que a constituem”. (SPOSITO, 2004, p.76).

Inclinando o conhecimento para a concepção da geografia, segundo o mesmo autor “o conhecimento refere-se à produção intelectual dos geógrafos em suas mais diferentes investigações, na busca de realizar uma leitura da realidade objetiva”. (SPOSITO, 2004, p.15). Diferenciando-o de pensamento no qual a construção dele remete ao “trabalho epistemológico de discussão e reflexão daquilo que é acumulado pelas leituras da realidade”. (SPOSITO, 2004, p.15), ou seja, a produção de novos conhecimentos pelos geógrafos. Essa distinção entre conhecimento e pensamento serve como base para entender as teorias, as doutrinas, os conceitos e os métodos.

3.1. O método

Deve ser entendido como um “[...] instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva do investigador [...]”. (SPOSITO, 2004, p. 23), portanto o método não deve ser confundido como uma disciplina, mais uma ferramenta que o investigador irá utilizar para analisar o seu objeto, a fim de que as suas indagações sejam solucionadas.

Esse, pode ser considerado como uma das hipóteses, para explicar a crise paradigmática da geografia, visto que, primeiro temos a confusão entre o método e metodologia; segundo que a geografia não aceita o método como derivado da filosofia, pois muitas ciências não querem beber da filosofia para explicar o seu objeto.

Outra crise identitária vivida pelo método é que o mesmo não é visto como único diante da ciência segundo Sposito (2004). O método é abordado dentro da ciência de acordo com a tendência doutrinária que cada pesquisador carrega. Essa possibilidade de poder verificar a realidade de diferentes perspectivas pode contribuir para crise paradigmática da geografia, nesse sentido “O cuidado necessário é, antes de mais nada, saber do que estamos tratando e conhecer os componentes e as características de cada método”. (SPOSITO, 2004, p. 51).

Corroborando com essa ideia, Sposito (2004, p.23) acredita que “[...] a fusão simplificadora entre método e disciplina que foi provocando a crise paradigmática que atualmente se vive [...]”. nesse sentido, é desvincular esses dois conceitos, e explicar cada um separadamente, a fim de que essa dúvida seja sanada. Ainda segundo Sposito (2004) a questão do método não pode ser de maneira alguma abandonada dentro dessa discussão geográfica, visto aos fatores que podem influenciar nas diversas leituras da realidade ao longo de sua evolução histórica.

O desenvolvimento do conhecimento geográfico e suas formas de abordagens são diferentes do método, pois os métodos precisam ser coerentes filosoficamente. Sposito (2004, p. 25) define “a palavra método que deriva do grego, que é formada por meta (por, através de) e *hodos* (caminho)”, reconhecendo apenas três métodos que têm orientado e servido de suporte para a produção do conhecimento na ciência: hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico, os demais considerados como fruto da fragmentação científica. Portanto, o método a grosso modo consiste no caminho que o pesquisador irá escolher para estudar ou analisar seu objeto de estudo.

De acordo com Sposito (2004), o método é aplicado de acordo com a visão de mundo que cada cientista possui para analisar a realidade a sua volta, portanto a aplicação do método envolve tanta polêmica, pois a partir de cada visão individual, teremos conflitos na utilização do mesmo. “O método não existe com uma entidade simples e desconectada da realidade científica. Ele comporta, ao ser internalizado e utilizado pelo pesquisador, outros elementos (SPOSITO, 2004, p. 55)”.

Ainda conforme Sposito (2004), os geógrafos e demais cientistas geográficos, não tem se preocupado com a “reflexão epistemológica da geografia”, ou seja, do “como fazer ciência”, essa reflexão está relacionada com a aplicação do método e suas diferentes metodologias, gerando grande conflito de conhecimento na hora de aplicar o método adequado ao estudo, pois muitos ainda têm a confusão mental entre metodologia sendo considerado método.

3.2. Definição da Geografia como ciência

A Geografia perpassou ao longo de sua história por várias visões de estudiosos e pesquisadores até chegar a ser intitulada como ciência. Segundo (PÁDUA; CAMPOS, 2009, p.2), “ao longo dos séculos a geografia passou por grandes e importantes transformações, certamente acompanhando as mudanças ocorridas na sociedade e objetivando suprir os anseios desta ciência, ao longo dos anos”.

Segundo (CHRISTOFOLETTI, 1976 *apud* SANTOS, 1996, p. 157).

[...] no desenvolvimento das ciências, cada fase é caracterizada pelo predomínio das ciências, cada fase é caracterizada pelo predomínio de um paradigma que expressa a concepção teórica para explicar e ordenar os fatos da ciência, orientando a formulação de problemas e pesquisas. [...] Com a apresentação desses novos problemas, surge pouco a pouco a formalização de uma nova teoria para abranger e incluir esse novo setor, resolvendo os desafios que a sociedade vai oferecendo. A nova teoria substitui a antiga, reformulando a ordenação e a explicação dos fatos assim como a escala de valor.

De acordo com Pádua e Campos (2009, p. 3) “Apesar dos diversos trabalhos geográficos elaborados ao longo de séculos, somente no século XIX a geografia ganhou reconhecimento e passou a ser considerada como ciência e ser estudada nas universidades”. É somente no século XIX com as importantes transformações por que passou a educação brasileira, entre elas à criação do colégio Pedro II, em 1837, que se fala da institucionalização da disciplina Geografia (ROCHA, 1996). Corroborando com essa ideia (COSTA; ROCHA, 2010, p. 5) afirma que “Foi na Alemanha que se encontraram as condições teóricas para a organização da geografia como ciência”.

[...] somente nos meados do século XIX, na Alemanha, com A. Von Humboldt, K. Ritter e F. Ratzel, que ela passou a ter status de ciência, sendo, a partir dessa época, ensinada e praticada nas universidades. Formou-se então uma corrente de pensamento no seio da geografia que ficou conhecida como “escola alemã”, cuja característica central era o fato de ser iminentemente determinista e naturalista (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p. 83).

Porém, antes disso contamos com os conhecimentos geográficos e sua aplicação nas sociedades pré-históricas. À medida que a sociedade se desenvolvia esses conhecimentos e aplicações iam alcançando níveis de complexidade.

Acreditamos e procuramos demonstrar que a concepção da Geografia como ciência e como ação está estreitamente ligada e depende das relações sociais, ao mesmo tempo em que o pensamento geográfico não tem forma isolada, mas se interpenetra com o pensamento das demais ciências, tanto sociais como naturais. (ANDRADE, 1987, p. 9).

Com o fortalecimento da centralização do poder, a Geografia moderna passa a servir ao Estado como instrumento da consciência nacional (GEIGER, 1988, p. 61). Segundo Andrade (1987, p. 49) A geografia moderna expunha o pensamento do século XIX, com viés positivista de Augusto Comte que se desenvolveu com “As condições culturais, econômicas e políticas do início do século propiciaram as diretrizes intelectuais e científicas que mudariam o pensamento do século XIX e levariam as ideias ao positivismo, estruturado por Augusto Comte [...]”.

Ainda segundo o autor a: “Preocupação com o controle da natureza provocou uma expansão das ciências da observação e da experimentação do domínio da razão prático, como diria Kant.” O expansionismo alavancou o desenvolvimento da ciência “patrocinando as expedições científicas” (ANDRADE, 1987, p. 50).

Com isso, “refletiu sobre a relação do homem com o meio, admitindo que o meio influencia o Homem, mas ao mesmo tempo, de acordo com o gênero de vida, que envolve

aspectos históricos, sociais e ambientais o Homem pode exercer influência / resistência ao meio”. (Andrade, 1987, p. 66). A Geografia como ciência, possibilitou-nos uma **análise mais crítica a respeito da relação entre a sociedade e a natureza e, conseqüentemente, das formas de produção do espaço geográfico.**

A fim de nortearmos a compreensão do pensamento geográfico, traçamos os caminhos percorrido por ele, seguindo uma análise periódica da geografia que estão distribuídos em quatro momentos que são: o período dos pontificadores e institucionalizadores, o período clássico, o período moderno e o período de renovação, que darão suporte ao entendimento do desenvolvimento da Geografia como ciência.

3.3. Período dos pontificadores e institucionalizadores da geografia

Nesse período os geógrafos Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter tem grande importância no desenvolvimento da geografia moderna. Humboldt um naturalista prussiano realizou estudos das ciências naturais tendo viajado boa parte dos continentes. Já Karl Ritter um filósofo, historiador e professor em Berlim, teve formação na área das ciências humanas. Humboldt influenciou nas ideias racionalistas Francesas e do idealismo alemão, preocupava-se em estabelecer leis gerais, contudo a relação do homem com o meio ambiente. Tendo utilizando-se bastante da Cartografia, desenvolveu as isotermas, o princípio da causalidade. Os escritos desses autores recebiam influência da conjuntura em que estavam inseridas a expansão do capitalismo e a estruturação da Alemanha.

Desse modo, consolidou-se a ciência geográfica antiga hoje conhecida como determinismo de Ratzel e o possibilismo de La Blache. Friedrich Ratzel, influenciado pelo expansionismo, desenvolveu estudos nas ciências naturais. Formulando suas ideias a partir dos escritos de Darwin, considerou o homem como um produto do meio. “A obra de Ratzel, [...] teve grande influência no desenvolvimento da Geografia, salientando o papel do homem e demonstrando claramente o caráter político e social desta ciência”. (ANDRADE, 1987, p. 56).

Para Bernardes (1982, p. 9) diferentemente do determinismo o possibilismo considera os elementos do meio natural como condicionantes e não como fator: [...] são “condições que pesam ora mais ora menos poderosamente, pautando os resultados de outras forças, estas sim, originárias da ação humana”. Para ele “o homem não é um mero elemento passivo” (BERNARDES, 1982, p. 9).

Como se percebe não se trata de negar a influência do meio, que é, muitas vezes, influência poderosa, mas sim de enfatizar como os grupos humanos e o meio interagem mutuamente, produzindo uma resultante geográfica entre meio natural e meio cultural. Como lembrava em suas aulas e conferências o nosso saudoso colega Fábio M. S. Guimarães (1906-1979), uma simples frase sintetiza a ideia central dos possibilistas: "A natureza dá as cartas, o homem faz o jogo". (BERNARDES, 1982, p. 9).

Período clássico, conhecido como a etapa de consolidação e de difusão do conhecimento geográfico denominado como Geografia Tradicional. Esse período do pensamento geográfico marca o momento em que:

Os geógrafos impossibilitados de aplicar as leis físicas ao processo de produção do espaço pelo homem tenderam a abandonar a geografia humana, considerando a geografia como uma ciência apenas física, como aconteceu na Alemanha com Oscar Peschel e Fernando Richthofen, ou a procurar fazer estudos corológicos, de caracterização e explicação de paisagens e de tipos de relação entre o homem e o meio, em determinadas áreas, sem maiores preocupações com a generalização para toda a superfície da terra. (ANDRADE, 1987, p.64).

A Geografia clássica se difundiu por ser uma geografia regional com característica ideográfica, corológica e descritiva com destaque no método indutivo. Na perspectiva alemã os estudos eram voltados nas "análises da paisagem em suas características naturais" (ANDRADE, 1987, p. 64). Já para os franceses difundiram a geografia da paisagem considerada uma ciência de síntese.

Os estudos regionais provocaram uma separação entre a geografia geral ou sistemática e a geografia regional. [...] essa desintegração também contribuiu para que houvesse uma especialização maior entre os geógrafos, estabelecendo áreas de investigação separadas entre a Geografia física e biológica de um lado e a geografia humana do outro. Linhas de separação que se adensaram cada vez mais, fazendo com que se desenvolvessem como verdadeiros campos autônomos do conhecimento científico tanto capítulos da geografia física- geomorfologia, climatologia, hidrografia, como da geografia humana- geografia da população, agrária da indústria, da circulação [...]. Estas subdivisões puseram em risco a própria existência da geografia, como ciência [...] está geografia dividida compartimentada tanto na direção horizontal como na vertical, veio empobrecer epistemológica e metodologicamente a ciência geográfica (ANDRADE, 1987, p. 65).

Com isso, praticamente preocupou-se em compreender e explicar “[...] a estrutura geológica, as rochas, o solo, as influências climáticas [...]”. (ANDRADE, 1987, p. 65).

[...] sentiu então o geógrafo a necessidade de ampliar sua área de conhecimento e de ir buscar em outras ciências, a que chamou de auxiliares, os conhecimentos necessários à explicação da paisagem e a interpretação da realidade regional. Daí a acusação de enciclopedismo que recaiu sobre os geógrafos. ANDRADE, 1987, p. 65).

As ideias dividiam-se entre os geógrafos que consideravam a geografia como uma ciência natural e outros que a conceituam como uma ciência social. Em síntese, a geografia clássica fragmentou-se em escolas, Alemã, Francesa, Britânica, Soviética, Americana, etc:

[...] mesmo Vidal de La Blache, admitia que a geografia era uma ciência dos lugares e não do homem. Só posteriormente com os estudos de Pierre George e de Paul Claval, é que se generalizou a opinião de que a geografia é uma ciência social, do homem, e não uma ciência da natureza. Como ciência, humana, a geografia tem responsabilidade de analisar a própria sociedade, as relações que influem no tipo de espaço produzido e explicar a razão de ser da ação da sociedade sobre esse espaço. (ANDRADE, 1987, p. 66).

O período moderno originado no momento histórico do Pós Guerra, conhecido como o período de renovação da geografia. Em decorrência das intensas mudanças que o mundo sofria influenciou na forma de compreendê-lo e explicá-lo. Dessa maneira a geografia irá se preocupar em seus estudos com fins de explicar essas transformações que aconteciam na sociedade.

Geógrafos, que vinham trabalhando isoladamente ou no ensino universitário, teriam de se adaptar a um sistema de trabalho realizado em comum e em colaboração com outros especialistas, procurando atingir fins pragmáticos. Daí o crescimento e até o surgimento de disciplinas do conhecimento geográfico que se interpunham entre a Geografia e a Economia, a Sociologia ou Antropologia, e se passou a falar em uma Geografia Aplicada e em uma Geografia Ativa. (ANDRADE, 1987, p. 95).

A geografia clássica que se propunha em dar diagnóstico, exigia dela a partir de então a preocupação em participar dos prognósticos. Por tanto:

“[...] a geografia que se limitava a observar, a descrever e a explicar a paisagem, utilizando o “olho clínico”, não usava técnicas que a levassem a ver o que se fazia, de forma invisível, na elaboração da paisagem. Ela não poderia continuar a ser apenas ideográfica, corológica. Passaram então a intensificar as pesquisas em dados estatísticos até desprezados ou poucos utilizados a desenvolver a cartografia com elaboração de mapas temáticos, e a sentir a sedução de fazer projeções para o futuro”. (ANDRADE, 1987, p.96).

A partir desse período, do ponto de vista das correntes teórico-metodológicas podemos distingui-la em três correntes que se desenvolveram: Corrente teórico-quantitativa, a corrente da geografia do comportamento e da percepção, a corrente ecológica e corrente radical, em grande parte marxista (Geografia Crítica). Correntes essas que contribuíram para o reconhecimento e institucionalização da Geografia como ciência e disciplina a ser ministrada nas escolas e universidades.

3.4. As raízes da crise paradigmática

A história do desenvolvimento da geografia se constitui em um vasto debate quanto às suas teorias e conceitos, por isso muitos autores abordam sobre os motivos da crise que passa essa ciência, expressando suas contribuições em razão de responder a essa problemática, se enveredando por explicações no âmbito do método e ou das discussões epistemológicas.

Segundo Oliveira (1989) a geografia se ateve puramente ao debate entre possibilismo e determinismo o que refletiu e reflete em muito na geografia que é ensinada. Portanto, o debate se ateve praticamente aos limites da teoria, em que os avanços tecnológicos e as condições dominantes da época foram responsáveis pelo momento que podemos chamar de “*new geography*”, ou seja, geografia quantitativa, teórica, geografia moderna, geografia pragmática.

Essa nova análise demonstrou principalmente “ao uso de conceitos superados pelo próprio desenvolvimento do capitalismo (conceitos econômicos próprios da etapa concorrencial do capitalismo e praticamente julgados impróprios para a compreensão da etapa monopolista deste modo de produção”. Buscou também a inserção de “instrumental metodológico tecnicista que revolucionou os métodos empiristas e experimentais” (OLIVEIRA, 1989, p. 26).

O conhecimento produzido até então pelos seus principais autores, David Harvey e William Bunge fundamentada na filosofia, e no materialismo histórico buscou-se compreender e explicar as mudanças do mundo.

Já com o fortalecimento desse movimento na França com Pierre George, Lacoste, Kayser, Guglielmo, Tricart, Dresch, contribuiu para a aproximação da geografia ao materialismo histórico e dialético. Nesse momento os principais pensadores da nova geografia faziam reluzir uma geografia buscada por Reclus. A geografia defendida por Reclus não foi aceita devido a constituição política e econômica dominante da época, pois ela se posicionou

contrário a construção de uma geografia que servia como respaldo científico ao poderio estabelecido, conforme cita Cirqueira (2016, p.6):

O que não foi aceito na geografia do século XIX, não foi aceito também até meados do século XX. [...] Reclus visualizou a necessidade de a geografia intervir na organização dos sujeitos na sociedade e no meio em que vivem, pois era a ciência capaz de promover a ação direta e solavancar as forças políticas ameadadas. Assim, foi inovador e pioneiro, descortinando uma geografia retrógrada, ultrapassada e conservadora, que vivia seus dias de glória, por ser o campo científico auxiliar do expansionismo imperialista e da colonização. Reclus almejava uma revolução no pensamento geográfico às avessas daquela que estava acontecendo. A excentricidade de seu pensamento repousa no embate contra essa racionalidade científica opressora.

Para Oliveira (1989, p. 27), utilizando-se do materialismo histórico e dialético como aporte teórico e metodológico permite “[...] ultrapassar a questão na qual a geografia se envolveu desde o seu surgimento, a questão do determinismo e do possibilismo”, ou “a questão do homem e a natureza [...]”.

A adoção do materialismo histórico e dialético como corpo teórico e metodológico de investigação da realidade resgata para a geografia a teoria e o método que vence esse embate entre determinismo e possibilismo. Visto que esse dualismo não ajuda em solucionar a confusão que se expressa hoje em muitas análises geográficas, porém resumindo-se em apenas discussões entre correntes, teoria e métodos utilizados.

Já para Gonçalves (1978), a Geografia da crise, está no fato dos geógrafos, terem que dá respostas à sociedade em que vive respostas que decorrem de desequilíbrios ambientais, poluição, segregação sócio espacial, desemprego, guerras, epidemias, crise do capitalismo, entre outros assuntos que fazem parte de nosso cotidiano, tudo isso está inserido dentro do espaço geográfico em que vivemos, diante disso, a crise da Geografia, está intimamente ligada à falta de compreensão do geógrafo sobre o seu objeto de estudo, portanto, este entra em crise pelo fato de não saber dar respostas concretas a sociedade, pois o método de análise que será escolhido vai de acordo com o pesquisador e sua vivência de mundo, tudo deriva do objeto analisado e o método empregado.

Segundo Gonçalves (1978, p. 11) a crise decorre do fato da:

[...] não resposta de uma dada “visão” a uma realidade historicamente determinada e, portanto, não satisfatoriamente explicada, segundo as necessidades daqueles que controlam as instituições. A “nova visão” que

substitui a anterior somente será válida, igualmente, enquanto atender aos interesses dos que a tornaram hegemônica, garantindo para ela um lugar acadêmico e o *status* de “científica”.

Para esse autor, a ciência adquire junto ao capitalismo um novo sentido, não apenas de desvendar segredos ou mistérios, mais também vira uma mercadoria, que passa a ser manipulada para privilegiar os interesses da classe dominante. Nesse sentido a Geografia, deixa de responder as indagações que a sociedade anseia por saber, para mostrar apenas as respostas que a classe dominante quer que a grande massa saiba, portanto Gonçalves (1978, p. 9), afirma:

A partir da crescente concentração dos meios de produção do conhecimento nas mãos de algumas poucas corporações e do Estado, a tendência que observamos se faz no sentido da monopolização do saber. Não é fortuito que a tecnocracia se afirme cada vez mais e uma nova ideologia se consolide: o cientificismo. Isto porque sendo a acumulação de capital, baseada na extração de mais – valia o motor propulsor do modo capitalista de produção, tem este a necessidade de estar munido dos conhecimentos que lhe permitam uma forma superior de extrair valor excedente, qual seja a mais – valia relativa.

Diante de todos esses fatos, Yves Lacoste, em sua obra *A Geografia serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, já nos explicitou a finalidade da Geografia, onde ela surge para auxiliar o Estado, na consolidação dos seus domínios hegemônicos, e a revelar os recursos naturais a serem explorados, povos a serem conquistados, e o tipo de tecnologia irá desenvolver para explorar determinada região ainda não conhecida.

Nesse sentido a Geografia, já nasce em crise, tanto do seu objeto de estudo, quanto a sua finalidade, a quem irá servir a sociedade ou a classe dominante.

Já Sposito, (2004, p. 121) defende que se trata de “[...] uma crise filosófica na produção do conhecimento pela qual se buscam novas referências para a sua própria compreensão”. Demonstra abordagem semelhante à de Gonçalves ao reconhecer que a produção do conhecimento atualmente está vinculada a atingir um objetivo prático e:

[...] que transcende a reflexão epistemológica do conhecimento. Essa transcendência pode emergir, por um lado, como uma cortina mistificadora, de um conhecimento que não se compreende e que não pode ser decomposto nem explicado nas escolas e nos grupos de investigação, e, por outro, como um ente superior que aponta suas necessidades e sujeita o ser humano a produzir, cada vez mais, o conhecimento para as finalidades externas à humanidade, ou seja, aquelas voltadas para interesses particulares. (SPOSITO, 2004, pág.122).

Além disso, tem como enfoque o estudo dos conceitos de modernidade e globalização muito debatidos por geógrafos e também por outros cientistas que mantêm diálogos que

apresentam pontos de vista diferentes como, por exemplo, o conceito de modernidade encontra limitação em sua especificação temporal e espacial, esclarece que “[...] é só estabelecer alguns parâmetros para a discussão do pensamento geográfico e depararmos com o seu aspecto contraditório em seguida”. (SPOSITO, 2004, p.134).

Diante dessa afirmação, compreendemos que as raízes das crises paradigmáticas estão envoltas por diversas vertentes de pensadores que nortearão os estudos do discurso geográfico para a formação de um novo diálogo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

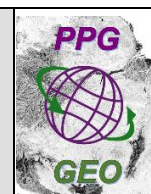
As exposições apresentadas acerca das questões que permeiam o pensamento geográfico têm em vista a reflexão sobre o assunto em meio acadêmico. Visto que durante a vida acadêmica vivenciamos questões que causavam interrogações e necessidade de compressão sobre o desenvolvimento da geografia, e como ela diferia a cada fase histórica, em referência ao conhecimento científico e os meios que o mesmo busca para distinguir o raciocínio, a questão e uso do método pelas ciências e entender a sua finalidade diante de uma proposição da realidade dentre outros assuntos.

Além das afirmativas a respeito da crise e problemas que perpassa essa ciência difundida de um modo geral, atentamos principalmente em expor alguns esclarecimentos que explicassem o motivo da crise vivenciada pela geografia. Entendemos que sempre irão dispor de entendimentos e ideias diversas quando o assunto se referir ao conhecimento geográfico dado a sua dinâmica.

Portanto, este trabalho buscou chegar à compreensão dos motivos que permearam a crise paradigmática da Geografia, tentando explicar as causas e os principais problemas que se evidenciaram através dos apontamentos e contribuições para seu percurso, a fim de entender as várias mudanças paradigmáticas na ciência geográfica ao longo de sua história. Contribuindo para a ampliação do debate e de reflexões dessas proposições, pois elas possuem uma grande necessidade de serem colocadas no meio acadêmico. visto que há grande complexidade na constituição de uma ciência preocupada em atender aos anseios da sociedade moderna.

5. REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia Ciências da Sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. **Revista brasileira de geografia**. Rio de Janeiro: IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. n. 44(3), p.391-413, 1982.
- CAMARGO, José Carlos Godoy; REIS JÚNIOR, Dante Flávio da Costa. A filosofia (neo) positivista e a Geografia Quantitativa. In: VITTE, Antonio Carlos (org.) **Contribuições à História e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CIRQUEIRA, José Vandério. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis** (Nova Série) 7 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1787>>. Acesso em 03 fev. 2020.
- COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: Conceitos e Paradigmas - Apontamentos Preliminares. **Rev. GEOMAE**. Campo Mourão, PR v.1n. 2 p.25 - 56 2ºSem 2010 ISSN 2178-3306.
- GEIGER, Pedro P. Industrialização e urbanização no Brasil. Conhecimento e atuação da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, nº 50, 1.2, p. 59-84. 1988.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A geografia está em crise viva à geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, Fortaleza, n. 55, pág. 5-29, nov., 1978. Disponível em: <file:///E:/artigo%20silvio/a%20geografia%20esta%20em%20crise%20viva%20a%20geografi apdf >. Acesso em 03 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. de, *et al.* **Para onde vai o ensino de geografia**. 1989. Disponível em: < <http://geografiaacademicaownload.blogspot.com/2014/01/livros-academicos-por-autor.html> >. Acesso em 03 fev. 2020.
- PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira, CAMPOS, Ellen Del Biondo. A evolução do Pensamento Geográfico nos livros didáticos. 2009
- ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1839 – 1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - FE – PUC. São Paulo: PUC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.



NEGROS E NEGRAS NO ESPAÇO URBANO ACREANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA RUA ÁFRICA E DOS BAIROS JOÃO EDUARDO, IRINEU SERRA E LAÉLIA ALCÂNTARA NA CIDADE DE RIO BRANCO

Lic. Ângela Maria Bastos de Albuquerque¹; Dr^a. Maria de Jesus Morais²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2472-7664>; <https://orcid.org/0000-0002-8053-3549>

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

² Doutora em Geografia pela UFF, Pós-Doutorado em Geografia Humana pela USP, Professora do curso de Geografia e, dos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Geografia e Mestrado e Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil.

*angela.mbb@gmail.com

Recebido em: 31/08/2021. Aceito em: 22/09/2021. Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-5>

RESUMO

O artigo analisa a participação das pessoas negras homenageadas no processo de formação socioespacial da rua África e dos bairros: João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. O objetivo central foi compreender como se deram as contribuições das pessoas negras identificadas no processo de formação desses espaços. A pesquisa foi realizada com levantamento bibliográfico, de documentos legislativos e históricos, sobre a formação da cidade de Rio Branco, as trajetórias das pessoas negras homenageadas e suas contribuições na formação dos bairros. As bibliografias foram ancoradas nas pesquisas de Ana Fani A. Carlos (1992), no livro: Cidade. A autora contribuiu com a compreensão da formação do espaço urbano em sua pluralidade e singularidades. Nesse contexto utilizamos também as constatações de Morais (2016), ao explicar os movimentos de ocupação do Acre e da cidade de Rio Branco, a partir da década de 1970. Os resultados parciais indicam que nas formações da rua África e dos bairros João Eduardo e Irineu Serra, as ações desses agentes negros incidiram diretamente no processo de espacialização e constituição enquanto o nome do bairro Laélia Alcântara, foi escolhido somente para homenagear a primeira mulher negra senadora do Brasil pelo estado do Acre que, por sua vez, na condição de senadora legislou sobre questões sociais na cidade de Rio Branco.

Palavras-chave: Bairros; pessoas negras; Rio Branco; formação socioespacial.

ABSTRACT

The article analyzes the participation of the black people honored in the socio-spatial formation process of Rua África and the neighborhoods: João Eduardo, Irineu Serra and Laélia Alcântara in the city of Rio Branco, in the state of Acre. The main objective was to understand how the contributions of black people identified in the process of formation of these spaces took place. The research was carried out with a bibliographical survey, of legislative and historical documents, about the formation of the city of Rio Branco, the trajectories of the black people honored and their contributions in the formation of the

neighborhoods. The bibliographies were anchored in the researches of Ana Fani A. Carlos (1992), in the book: *Cidade*, by contributing to the understanding of the formation of urban space in its plurality and singularities. In this context, we also used the findings of Morais (2016), when explaining the occupation movements of Acre and the city of Rio Branco, from the 1970s onwards. Irineu Serra, the actions of these black agents directly impacted the process of spatialization and constitution, while the name of the neighborhood Laélia Alcântara was chosen only to honor the first black woman senator in Brazil from the state of Acre who, in turn, as a senator legislated on social issues in the city of Rio Branco.

Keywords: Neighborhoods; black people; White River; socio-spatial training.

RESUMEN

El artículo analiza la participación de los negros homenajeados en el proceso de formación socioespacial de Rua África y los barrios: João Eduardo, Irineu Serra y Laélia Alcântara en la ciudad de Rio Branco, en el estado de Acre. El objetivo principal fue comprender cómo se dieron los aportes de los negros identificados en el proceso de formación de estos espacios. La investigación se realizó con un relevamiento bibliográfico, de documentos legislativos e históricos, sobre la formación de la ciudad de Rio Branco, las trayectorias de los negros honrados y sus aportes en la formación de los barrios. Las bibliografías se anclaron en las investigaciones de Ana Fani A. Carlos (1992), en el libro: *Cidade*, al contribuir a la comprensión de la formación del espacio urbano en su pluralidad y singularidades. En este contexto, también utilizamos los hallazgos de Morais (2016), al explicar los movimientos de ocupación de Acre y la ciudad de Rio Branco, a partir de la década de 1970. Irineu Serra, las acciones de estos agentes negros impactaron directamente el proceso de espacialización y constitución, mientras que el nombre del barrio Laélia Alcântara fue elegido solo para honrar a la primera senadora negra en Brasil por el estado de Acre quien, a su vez, como senadora legisló en temas sociales en la ciudad de Rio Branco.

Palabras llave: Barrios; personas de raza negra; Río Blanco; formación socioespacial.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa analisamos o processo de formação urbana da rua África e dos bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco. O problema central foi identificar como se deram as participações e as representatividades de negras e negros no processo de produção desses espaços. A intenção foi compreender como aconteceram as transformações urbanísticas ocorridas desde a fundação desses bairros até a contemporaneidade. A metodologia se deu a partir da abordagem qualitativa, pela pesquisa histórica sobre a constituição e desenvolvimento desses lugares em conjunto com fontes documentais sobre a formação e desenvolvimento dos respectivos bairros investigados.

A escolha do tema se justifica pela pesquisa em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre onde analisa-se as trajetórias e metamorfoses de negras e negros na Amazônia acreana. No transcorrer dos registros da dissertação, fui motivada à escrita do presente artigo como componente de avaliação parcial da disciplina Processos de Urbanização na Amazônia. Na implementação da pesquisa foi possível identificar a marcante presença de pessoas negras na geo-historiografia da

rua África e a relevante participação dos(as) personagens homenageados(as) na identificação dos nomes dos bairros: João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara.

Para fundamentar as informações sobre a rua África¹ foram relevantes as contribuições de Bento (2017), Neves (1999) e a história de Irineu Serra foi consubstanciada nas pesquisas de Mendonça e Nascimento (2019), no livro “O Orador do Mestre Irineu Serra” juntamente com o livro “Eu venho de longe” de Moreira (2011), entre outras bibliografias complementares. Para compreensão de algumas das transformações ocorridas na cidade de Rio Branco utilizamos as explicações de Morais (2016), no livro, “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana.

As informações sobre o bairro João Eduardo foram extraídas de um livro de bolso intitulada: “João Eduardo o legado de uma luta popular: em memória aos 28 anos da morte do líder popular João Eduardo”, publicada pela Fundação João Eduardo na cidade de Rio Branco, além dos livros Habitantes e Habitat de Lima e Bonifácio, (2007), abordando analiticamente a formação do terceiro eixo ocupacional da cidade de Rio Branco.

Foi utilizado também, um livro digital com o tema, “Senadoras: dados biográficos 1979-2004”, com informações sobre a trajetória de Laélia Alcântara, enquanto senadora representante do estado acreano. (BRASIL, 2004). Suas atuações enquanto médica e gestora pública também foram identificadas nessa mesma fonte. Sobre a formação e desenvolvimento do bairro foram publicadas legislações municipais específicas que incidiram sobre a distribuição dos títulos definitivos no bairro que leva o seu nome.

A geo-historiografia da cidade de Rio Branco está “primordialmente vinculada à conquista territorial do Acre e aos ciclos econômicos de extrativismo do látex que ocorreram entre os séculos XIX e a segunda metade do século XX”. (BENTO, 2017, p. 116). Seu processo de ocupação não indígena e sua expansão urbanística iniciaram-se aproximadamente há 139² anos com “algumas histórias memoráveis”. (KLEIN, 2009, p. 9). O conceito de espaço urbano situa-se na dimensão fronteira entre a dialética do que seria natural e o que não o é, pois o espaço urbano revela-se como *locus* da diversidade de relações sociais e econômicas, por ser a expressão máxima do trabalho materializado, que emerge através da relação, entre o que, Ana Fani Carlos (1992) identifica como sendo o construído, que seriam as casas, ruas, avenidas

¹ A rua África localiza-se à margem direita do Rio Acre na divisa dos bairros 6 de agosto e centro da cidade de Rio Branco.

² Em referência ao ano 2021.

estradas, edificações, praças etc, e do que a mesma autora considera o não construído ou, que seria o “natural de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias”. (CARLOS, 1992, p. 50).

Para melhor compreensão o texto foi organizado com a primeira seção analisando a formação socioespacial da rua África. A segunda parte versa sobre as trajetórias de João Eduardo e sua contribuição para a formação do bairro que leva o seu nome. A terceira seção analisa a trajetória de Raimundo Irineu Serra vinculada ao processo de criação do bairro onde implementou a doutrina do Santo Daime. A última parte descreve a criação do conjunto habitacional Laélia Alcântara e as características relacionadas à sua ocupação populacional. O trabalho foi encerrado com algumas considerações finais.

2. SOBRE A RUA ÁFRICA NA CIDADE DE RIO BRANCO

Encontramos em Ana Fani Carlos (2007), a rua como ponto de partida para análises do espaço urbano. Mas, por que a rua? A “rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais”. (CARLOS, 2007, p. 51). A rua África na cidade de Rio Branco enfrentou o processo de segregação socioespacial na capital acreana, por localizar-se às margens do rio Acre, em área alagadiça de baixo valor imobiliário. O tema da rua nos coloca diante do fato de que na análise do espaço urbano o lugar aparece com significados múltiplos. A cidade pode ser determinada como lugar há medida que a análise incorpore as dimensões que se referem à constituição, de um lado, do espaço urbano, e de outro aquela da sociedade urbana. Em Carlos (2007) “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”. (CARLOS, 2007, p. 57).

Na primeira década do século XX, logo após a criação do Território Federal do Acre em 1904 e a “elevação a categoria de vila, o povoado Empreza, Villa Rio Branco, já possuía a configuração de um primeiro ordenamento espacial urbano, refletido na organização social com bairros diferenciados”. (LEITE, 2010, p. 19). Como era o povoado mais populoso e importante do vale do Acre, o Volta da Empreza, “foi elevado à condição de sede do governo departamental pelo Decreto Federal n.º 5.188, de 07-04-1904”. (BRASIL, IBGE, 2017). Nesse mesmo ano foi elevado à categoria de vila com a denominação de Volta da Empresa, “pelo Decreto do Prefeito n.º 3, de 22-08-1904. A condição de cidade e sede municipal com a denominação de Rio

Branco, se deu pelo Decreto do Prefeito Departamental n.º 7, de 07-09-1904”. (BRASIL, IBGE, 2017).

Ao ser criada a Vila Rio Branco já era o centro urbano mais consolidado de todo o Território Federal. O relatório do Gen. Cunha Mattos revela que já existiam quatro “bairros”: Bairro África, onde moravam os negros e trabalhadores em geral; Bairro Comercial, constituído pela primeira e mais importante rua, onde se concentravam as casas comerciais; Bairro Canudos, também ocupado por trabalhadores, na área baixa da volta do rio; Bairro Quinze, no outro estirão acima da volta do rio, assim chamado porque ali havia ficado o 15º Batalhão de Infantaria do Exército, durante a ocupação militar de 1903, o que havia atraído diversos comerciantes para se estabelecerem ali. (RIO BRANCO, 2013, p. 28).

De forma rudimentar, entre os quatro bairros mencionados na gênese da cidade de Rio Branco, encontra-se também um, “pequeno bairro de trabalhadores na extensão da única rua da cidade em direção ao igarapé da Judia, formado por precárias casas de palha, denominado bairro África, por abrigar os negros habitantes da cidade”. (LEITE, 2010, p. 19). Um pequeno núcleo embrionário da “pequena África acreana que os relatórios oficiais registraram apenas superficialmente, mas que a memória dos antigos moradores do bairro Seis de Agosto manteve viva”. (NEVES, 1999, p. 13).

O que restou desse imaginário coletivo mencionado por Neves (1999), ainda resiste com o nome de rua África que se inicia no centro da cidade de Rio Branco e adentra parcialmente no Bairro Seis de Agosto. Essa “antiga Rua África é a mesma rua 1º de Maio, traçada ao longo da margem do rio Acre e que ainda resiste à força de sua correnteza no Segundo Distrito da capital acreana”. (NEVES, 1999, p. 13). Entre as muitas mudanças, essa rua também já fora identificada como rua Portugal. A relevância da rua é expressa por seus usos e pelo “entendimento de como se organiza a sociedade em seus hábitos e costumes, pois a rua se liga à ideia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida”. (CARLOS, 2007, p. 52).

Ao identificar as mudanças urbanas, Carlos (2007, p. 51) afirma que “o caminho vira rua, depois se transforma em avenida, e nesse ponto da história das formas de apropriação da cidade”. Nos locais próximos à rua África ocorreram diversas transformações urbanísticas, desde a construção da ponte Coronel Sebastião Dantas na década de 1970, até a inauguração da quarta ponte da cidade, no dia 27 de novembro de 2010 na divisa entre o ramal da Judia e o bairro Seis de Agosto. Na Lei n.º 321, de 01 de abril de 1970, assinada pelo Governador Jorge Kalume, o nome da rua ainda era grafado como rua África. (ACRE, 1970).

A rua África ficou reduzida a um espaço ao final da passarela Joaquim Macedo e tornou-se uma espécie de lugar de encontro principalmente por ocasião das comemorações do vinte de novembro em homenagem ao dia da consciência negra criado pela implementação da Lei nº. 10.639 de 2003. (BRASIL, 2003). Em sua última metamorfose, o nome da rua África foi novamente foi modificado para rua África Advogado Ogan José de Arimatéia. O tempo passa, o espaço permanece, não inalterado em sua natureza rebenta emoldurada pela presença imanente à sua natureza.

Para comunidade de militantes negras e negros acreanos esse lugar tornou-se um símbolo de resistência, de comemorações das conquistas históricas do Movimento Negro Unificado. Transformou-se também em espaço de reflexões sobre questões históricas e conflitos hodiernos e futuros a serem enfrentados. Assim, “a rua é também o lugar da realização da cidadania no modo como pode ser o lugar da reivindicação, das lutas”. (CARLOS, 2007, p. 47).

3. SOBRE OS BAIRROS JOÃO EDUARDO I E II

Com o advento da transformação do Território Federal em Estado do Acre, pela Lei nº. 4.070 em 15 de junho de 1962, Rio Branco passou a ocupar lugar privilegiado de capital do novo estado recém-formado, “promovendo uma onda de migração de pessoas de todas as partes atraídas pela perspectiva de uma melhor condição de vida”. (FRANCA, 2018, p. 132). (BRASIL, 1962). Na década seguinte, de 1970, Morais (2000) identifica que, com a incorporação do Acre “à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, houve um reordenamento das atividades econômicas em todo o estado do Acre”. (MORAIS, 2000, p. 94).

No livro “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana, Morais (2016), identifica como a população reagiu às investidas de transformação dos antigos seringais em áreas agropecuárias:

No contexto do avanço da frente agropecuária, pode-se dizer que houve três tipos de reações por parte dos seringueiros-possesores e índios-possesores: em um primeiro momento, grande parte deles, intimidados pelas pressões, abandonaram suas colocações de seringa e migraram para os seringais da Bolívia, correndo “atrás das seringueiras à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre, outro contingente migrou para as periferias urbanas, principalmente para Rio Branco; e, uma terceira parcela reagiu contra os “paulistas”, iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da terra. (MORAIS, 2016, p. 128-129).

Ao balizar suas afirmações nos jornais da época, a exemplo do Varadouro (set./1978), *apud*. Morais (2016 p. 129), afirma que os paulistas “vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio socioeconômico apoiado no extrativismo da borracha”. De um modo geral, os impactos dessa convulsão social, Morais (2000, p. 100) diz que “até 1970 havia cerca de 20 bairros e uma população de 34.474 habitantes [em Rio Branco], e em 1996 a cidade já possui 133 bairros e 201.347 habitantes”. O que esses novos bairros tinham em comum? Eram habitados por população de baixa renda, “que não tiveram outra alternativa senão a de ocupar os terrenos baldios de particulares ou do Estado”. (MORAIS, 2000, p. 100).

Os bairros João Eduardo I e II¹ fazem parte desse conjunto de bairros, e foi formado pelas ações coletivas das famílias de ex-seringueiros expulsos dos seus lugares de moradia na floresta. Pelas pesquisas de Lima e Bonifácio (2007, p. 66), os nomes desses dois bairros é “uma homenagem ao líder comunitário João Eduardo do Nascimento, que foi assassinado no dia 18 de fevereiro de 1981, num conflito durante o processo de demarcação e distribuição de lotes de terras”. No ano 2016, João Eduardo foi homenageado pela revista Referências Negras do Acre, que apresenta um breve histórico de sua trajetória a partir de sua origem no “Seringal Jurupari, em Feijó” além de destacar sua relevante atuação nos conflitos de terras na cidade de Rio Branco no início da década de 1970 e início de 1980. (RIO BRANCO, 2016, p. 26).

No Acre, o molde de desenvolvimento adotado pelo Governo militar, afetou sobretudo a população que mantinha seu sustento concentrado nas atividades de subsistência e no extrativismo vegetal, em especial, a atividade seringueira - uma das principais fontes de renda da população acriana até então. Em decorrência disto, famílias de seringueiros foram expulsas de suas colocações, indo para os centros urbanos mais próximos, ocupando desordenadamente os espaços da cidade, e ainda, sendo protagonistas de conflitos de terra no processo dessa ocupação desordenada².

A história de João Eduardo faz parte dessa trama que impulsionou sua saída de Feijó para capital Rio Branco, onde inicialmente residiu nas proximidades da rua África, no bairro Seis de agosto no ano de 1967. Naquele primeiro momento de vida cidadina, ocupava-se das atividades laborais de pedreiro e carpinteiro. Por causa de uma alagação ocorrida no ano de 1974, decidiu sair do bairro Seis de agosto para o bairro Bahia. Sua efetiva atuação nas

¹ Os bairros João Eduardo I e II localizam-se entre as regionais da Floresta e Baixada da Sobral. No ano de 2020, os dois bairros juntos contavam com aproximadamente 60 ruas.

² (Fundação João Eduardo, 2009, p. 7).

ocupações das terras improdutivas na região, iniciou-se pela escolha de uma comissão “composta por lideranças das comunidades dos bairros Bahia e Palheiral para que pudesse organizar a ocupação. A comissão era composta por João Eduardo, que foi escolhido para presidente da comissão”. (KLEIN, 2009, p. 85).

Para Klein (2009, p. 82), “o bairro João Eduardo nem existia até 1980, e a história da formação do bairro ‘é uma história que começa com sangue’, segundo o líder comunitário José Granjeiro Mendes”. Na versão investigada por Lima; Bonifácio, (2007), a formação do bairro João Eduardo I se deu, aproximadamente, entre os “anos de 1971 e 1982, sendo que já existiam fazendas e colônias habitadas naquele local, contudo, pode-se afirmar que o grande fluxo ocupacional deste bairro se deu entre 1974 e 1979”. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 66). Os referidos autores afirmam que a formação do bairro João Eduardo II aconteceu entre os anos de 1979 à 1982.

Na concepção de Klein (2009), a comissão organizada apresentava muitas limitações diante do grande desafio de organizar os lotes por conta do grande número de famílias que chegavam dos seringais e de outras partes da cidade. Ainda assim, aquele grupo, juntamente as Comissões Eclesiásticas da Igreja Católica buscavam organizar os lotes de forma que facilitasse no futuro, a abertura de ruas e avenidas sem a necessidade de desapropriação como aconteceu tanto nos bairros Palheiral, Bahia e outros que foram ocupados desordenadamente. Nas considerações de Lima e Bonifácio, (2007), sobre aquele movimento migratório,

a cidade de Rio Branco não estava estruturada para acomodar um contingente tão grande de pessoas em um espaço de tempo tão curto, e paralelas aos conflitos pela posse da terra na zona rural, também começaram a ocorrer, na zona urbana, as ocupações em decorrência das mudanças ocorridas na base econômica extrativista do Acre. Esse processo de urbanização em diversas direções ocasionou a formação e o desenvolvimento de bairros em antigas colônias próximas à área urbana de Rio Branco. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 64).

Para impedir a ação de especuladores que viam naquele movimento a oportunidade de adquirir mais de um lote de terra, com o desenvolvimento do trabalho de demarcação e a tentativa de acabar com a especulação urbana, Lima e Bonifácio, (2007, p. 67), registram que “cada família deveria adquirir apenas um terreno, o que seria suficiente para atender toda a família”. Os autores indicam que havia iniciado alguns desentendimentos entre a comissão e alguns moradores do bairro Bahia Nova. Foi nesse contexto de ânimos exaltados e “mesmo sob ameaças, a comissão realizou essa atividade, até que no dia 18 de fevereiro de 1981, João

Eduardo foi assassinado¹ com um tiro de espingarda calibre 20, atingindo seu peito”. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 67).

A complexa função de João Eduardo e da Comissão de Organização da área ocupada também “era evitar a especulação das terras e o aproveitamento das mesmas por grileiros - a terra era para o povo que realmente necessitava de um lugar para morar²”. Nas palavras do Padre João Carlos, João Eduardo foi um mártir e como tal, continua vivo, diuturnamente ressuscitado na luta do povo, “na consciência do povo que acredita na libertação, que acredita que existe a possibilidade de mudar esta sociedade, de mudar esse mundo para um mundo mais fraterno e mais justo³”. Foi exatamente por esse reconhecimento e por sua vital contribuição nas questões das divisões equitativas das terras para pessoas que realmente dela necessitavam que João Eduardo foi homenageado com o seu nome como patrono do bairro.

Com a reorganização urbana da cidade de Rio Branco, pela Lei nº. 1.424 de 04 de julho de 2001, o poder legislativo autorizou a prefeitura da cidade de Rio Branco, a doar títulos definitivos para ocupantes de imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, localizados nos bairros João Eduardo, além de outros bairros que tiveram ocupações similares, que atendessem os dispositivos legais.

4. SOBRE O BAIRRO IRINEU SERRA

Enquanto o processo de expansão urbana avançava com as instituições dos diversos bairros por ocupações coletivas desordenadas, o bairro Irineu Serra ainda se localizava em um lugar geograficamente afastado das agitações e conflitos inerentes às conturbações na cidade de Rio Branco. Localizado na regional Tancredo Neves no ano de 2020 haviam nesse bairro, aproximadamente 15 ruas originadas da Estrada Raimundo Irineu Serra com subdivisões em paralelas e transversais. O nome do bairro é em homenagem ao Mestre Irineu Serra que ficou nacional e internacionalmente conhecido por ser o originador da Doutrina do Santo Daime na cidade de Rio Branco. No ano 2016, Irineu Serra foi homenageado com seu nome na revista Referências Negras do Acre, com imagens ilustrativas do seu trabalho e sua trajetória até a cidade de Rio Branco. (RIO BRANCO, 2016).

¹ A morte de João Eduardo por causa das questões envolvendo a distribuição de terras no Acre, não foi o único, um ano antes de sua morte, acontecia o assassinato de outro negro conhecido como Wilson de Souza Pinheiro em 21 de julho de 1980, na cidade de Brasília.

² Fundação João Eduardo, 2009, p. 14.

³ Fundação João Eduardo, 2009, p. 15.

No livro, *O orador do Mestre Irineu*, escrito por Mendonça e Nascimento (2019, p. 36), estes descrevem que Raimundo Irineu Serra, “era um homem negro, de quase dois metros de altura” nascido em 15 de dezembro de 1892¹ na cidade de São Vicente Férrer, no estado do Maranhão, era o primogênito do casal Martinho de Mattos e Joana Assunção Serra. Nas constatações de Paulo Moreira (2011, p. 69), “os avôs maternos de Raimundo Irineu de Mattos, André Cursino Serra e Leopoldina Filomena Madeira, eram escravos de Salustiano José Serra”, esse fato traz à compreensão de que o “sobrenome Serra foi repassado para André Cursino, através de seu proprietário, segundo o costume de antigos senhores de escravos no Brasil”. (MOREIRA, 2011, p. 69).

Nas investigações de Moreira (2011, p. 80), indicam que no ano 2009,

Irineu [Serra] saiu de São Luís, estimulado pelos rumores de que, no Amazonas, estavam contratando pessoas para trabalhar na extração da borracha, e de que lá se fazia muito dinheiro. Comprou uma passagem num vapor para Belém, provavelmente em 1909, saindo do Cais da Praia Grande em São Luís, seguindo pela ilha de Marajó e subindo o Rio Amazonas até chegar à capital do estado do Pará. (...) ao chegar ao Acre, Irineu aportou inicialmente em Xapuri, em 1912. Há, porém, uma certa discordância quanto à rota que Irineu tomou em sua viagem. (MOREIRA, 2011, p. 80).

Enquanto Moreira (2011) apresenta essa constatação, Mendonça e Nascimento (2019, p. 36) afirmam que o deslocamento de Irineu Serra se deu “do Maranhão para o Acre no ano de 2012 com a finalidade de trabalhar na extração do látex”, e, antes de fixar residência na cidade de Rio Branco, “nos primeiros anos residiu em Xapuri e, na região fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, a convite de Antônio Costa, conheceu a Ayahuasca com alguns caboclos peruanos”. (MENDONÇA; NASCIMENTO, 2019, p. 36). A referida fonte afirma que sua mudança para cidade de Rio Branco aconteceu no início da década de 1920, quando ingressou na Força Policial do Território Federal do Acre. Na continuidade dos registros, Mendonça e Nascimento, (2019, p. 40), afirmam que Irineu Serra, “em 1930 dá baixa na Força Policial e, na Vila Ivonete, na época bairro rural de Rio Branco, passa a dedicar-se à agricultura e inicia publicamente seus trabalhos com a Ayahuasca”.

Nos registros de Moreira (2011, p. 118), reafirmam essa versão defendida por Mendonça e Nascimento (2019), ao lembrar que, antes de fixar residência na Vila Ivonete, “Irineu tentou,

¹ Conforme registrado por Moreira (2011, p. 401), “na sua certidão de batismo está registrado que ele nasceu no dia 15 de dezembro de 1890, mas na sua carteira de identidade consta que ele nasceu em 15 de dezembro de 1892. Quando perguntado, Mestre Irineu sempre dizia que nascera em 1892.

em janeiro de 1930, se estabelecer numa área de Rio Branco, hoje conhecida como bairro do Bosque”. Nesse período Moreira (2011) afirma que Irineu Serra fez novos discípulos, mas “o terreno pertencia à 4ª Companhia do Exército e, quando esta reclamou as terras, todos os agricultores estabelecidos na localidade tiveram que sair”, fato que o impulsionou a morar na Vila Ivonete. (MOREIRA, 2011, p. 118).

Ao fixar residência entre 1930 a 1945, ou seja, durante um período de 15 anos, na Vila Ivonete teve relativo sossego, mas à medida que novos moradores chegam ao bairro, em função do crescimento populacional da cidade de Rio Branco, a situação mudou. Sobre esse novo período transitivo, Mendonça e Nascimento (2019, p. 42), explicam que nesse mesmo ano, “a Vila Ivonete deixa de ser área rural impulsionando a mudança do Mestre Irineu Serra para uma colocação na colônia chamada Custódio Freire, zona rural de Rio Branco” lugar que amiúde, ficou conhecido como Alto Santo.

Ao mudar-se para a nova morada, trocou de imediato o nome Colocação Espalhado para Alto da Santa Cruz. A sua preocupação inicial foi organizar um espaço para a realização dos trabalhos de sua doutrina espiritual, pois o hinário oficial de São João estava próximo. Apesar da distância da Vila Ivonete para o Alto da Santa Cruz ser de aproximadamente sete quilômetros, a mudança não alterou o ritmo dos trabalhos espirituais. (MOREIRA, 2011, p. 231).

Por ter espaços vazios, mestre Irineu foi alocado em uma área maior, com cerca de 500 hectares. Conforme descrito por Moreira (2011, p. 230), “Mestre Irineu pôde acolher vários novos seguidores que não tinham terra e também se preservar de outro possível aumento populacional em seu entorno”. Referente também a esse período, Resende (2019, p. 2), registra que “na época, com os subsídios agrícolas do governo, mestre Irineu Serra, pôde alocar cerca de 40 famílias na região, mas com a condição de usufruir da terra para plantações e moradia, mas não o título da terra”. Esse fato não impediu o crescimento populacional da região, conforme constatado por Resende (2019, p. 2), sobre muitos dos atuais moradores da região, que “compraram suas terras de terceiros com contrato de compra venda que não garantia de ter o título da propriedade”.

Com a mudança no ano de 1945, os problemas de rejeição social da doutrina do Daime, associadas às investidas policiais, o preconceito e a intolerância com a doutrina foram amenizados pois, “Ele agora tinha também terra suficiente para desenvolver mais livremente seus trabalhos religiosos, que necessitavam de certa privacidade”. (MOREIRA, 2011, p. 230).

Na concepção de Alves Junior (2007, p. 94), apesar de as “perseguições policiais a Irineu nos períodos da Vila Ivonete terem sido neutralizadas, possivelmente devido as amizades com autoridades locais”, aquelas eram incursões que estavam ligadas ao fato de as forças policiais associarem a doutrina do Daime “às manifestações religiosas do universo afro”. (ALVES JUNIOR, 2007, p. 94).

Com maior liberdade às práticas dos cultos e com a ampliação da irmandade, no novo endereço que se tornaria definitivo, essa informação encontrada em Mendonça e Nascimento (2019, p. 42), indica ainda que o documento oficial da instituição foi registrado “com o nome de Centro de Iluminação Cristã Luz Universal - CICLU, em 23 de janeiro de 1971. Em 6 de julho do mesmo ano, Mestre Irineu vem a falecer”. Por meio da assinatura do Decreto Municipal de nº. 500, datado de 07 de junho de 2005, foi criada a Unidade de Conservação, denominada: Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS¹, que a princípio tenciona proteger e resguardar as tradições culturais do local, onde nasceu a Doutrina do Santo Daime. Com a Lei Municipal nº. 292 de 13 de junho de 1980, o Centro Eclético de Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra, foi considerado espaço de utilidade pública.

A escola rural municipal, localizada no antigo ramal de difícil acesso, foi categorizada como escola urbana após a pavimentação e o revestimento de asfalto, juntamente com um projeto de ampliação de rodovias que faz ligação com a BR-364, na região da região do Alto Santo ao bairro Custódio Freire. Antes desses investimentos a instituição educacional que carregava o *status* de escola rural, foi definitivamente regulamentada como escola urbana pelo Decreto nº. 949 de 03 de dezembro de 2020, “concernente a classificação das unidades educativas municipais de acordo com sua localização em zona rural ou urbana”, de acordo com o mesmo documento, no anexo I p. 2, estabelece que a Escola Mestre Irineu Serra fica localizada na Colônia Aquiles Peret, Km 04 Zona Urbana da cidade de Rio Branco”. (RIO BRANCO, 2020).

Em que pese o fato de Raimundo Irineu Serra ter buscado um espaço rural mais distante do perímetro urbano, para realização dos trabalhos espirituais de forma mais tranquila ainda no ano de 1945, sem os importunos do avanço no processo de construção de novas frentes de urbanidades, essa distância mostrou-se insatisfatória com a criação dos novos bairros e a

¹ Anteriormente essa era uma Área de Proteção Ambiental - APA, essa mudança passou a ser identificada como Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS, para incluir o nome de Raimundo Irineu Serra.

consequente ampliação populacional. Em que pese a criação da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra, instituída pelo Decreto Municipal de nº. 500, datado de 07 de junho de 2005, o lugar que era considerado zona rural vem sendo incorporada ao perímetro urbano por novos reordenamentos residenciais pela expansão dos recém-criados bairros em seu entorno.

5. SOBRE BAIRRO LAÉLIA ALCÂNTARA

Como parte dos novos reordenamentos populacionais, o bairro Laélia Alcântara tem sua designação como Conjunto Habitacional e fica localizado na regional do Calafate na cidade de Rio Branco. Até o ano 2021, sua área geográfica fica circunscrita nos limites entre a área urbana e rural dessa regional. A Associação de Moradores do Conjunto Laélia Alcântara, foi criada em 19 de abril do ano 2000. O nome do conjunto foi escolhido em homenagem a Laélia Contreiras Agra de Alcântara, que nasceu em 07 de julho de 1923 na cidade de Salvador, Bahia. Era formada em medicina e administração hospitalar, foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira de senadora da República no Congresso Nacional nos períodos entre “03/04/1981 a 29/07/1981” e, de “02/03/1982 a 31/01/1983” representando o estado do Acre, pelo partido PMDB. (BRASIL, 2004, p. 285).

Sua atuação no Congresso Nacional indica sua preocupação com as questões sociais registradas no discurso realizado em 13 de maio de 1981, ao congratular-se com a comunidade negra pelo transcurso da data alusiva a “Abolição da Escravatura, no país”, além de apoiar no mesmo discurso, um “protesto contra discriminação racial havida em uma casa noturna de Curitiba/PR¹”. (BRASIL, 2004, p. 285). Em outros dois momentos Laélia Alcântara discursou no dia 16 de setembro de 1982 contra a “procrastinação que estaria ocorrendo por parte da Funai, na demarcação da reserva indígena do Estado do Acre²” e, outro também na forma de “protesto contra atentado a dignidade humana que teria sido praticado por policiais do Estado do Rio de Janeiro³”. (BRASIL, 2004, p. 288-289).

Em 17 de março de 1982, apoiou um “Manifesto do Movimento em Defesa da Vida em favor da adoção da criança desamparada⁴” (BRASIL, 2004, p. 287) e, em 19 de abril de 1982, acrescentou um artigo “a Lei nº. 6.168, de 09 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAZ”. (BRASIL, 2004, p. 289). A mesma fonte indica que, no

¹ Publicado no DCN2 14/05/1981 p 1724. (BRASIL, 2004, p. 285).

² Publicado no DCN2 17/09/1982 p. 3498. (BRASIL, 2004, p. 288).

³ Publicado no DCN2 01/10/1982 p. 3797. (BRASIL, 2004, p. 289).

⁴ Publicado no DCN2 18/03/1982 p. 585. (BRASIL, 2004, p. 288-287).

Estado do Acre, Laélia Alcântara atuou como Secretária de Estado de Saúde do Serviço Social, no ano 1987, além de trabalhar como médica no hospital Santa Juliana e exercer contundentes ações políticas no estado acreano. (BRASIL, 2004).

Essas atuações sociais e políticas contribuíram para que seu nome fosse contemplado como pessoa homenageada no Bairro Conjunto Laélia Alacântara na cidade de Rio Branco. Com a Lei municipal nº. 1592 de 05 de junho de 2006, foi regulamentada a desapropriação das terras dos seus antigos colonos, para entrega dos títulos definitivos aos moradores que atendem os requisitos da legislação até aquela data. (RIO BRANCO, 2006). No Art. 2º dessa lei, justifica esse ato ao mencionar os reais motivos que levaram àquela distribuição, “razão das características sub-normais da ocupação dos bairros (...), Laélia Alcântara e considerando seus aspectos físicos e ambientais, fica permitida a sua urbanização, bem como o uso e ocupação do solo”. (RIO BRANCO, 2006).

A partir do processo de regulamentação de uso do lugar, ampliou-se tanto o contingente habitacional, como o processo de ocupação empresarial estimulado pelas excessivas especulações imobiliárias. “Existem no bairro Conjunto Laélia Alcântara aproximadamente 339 estabelecimentos comerciais distribuídos entre vários segmentos da cadeia do comércio, serviço e indústrias, dentre outros¹”. Para Ana Fani A. Carlos (2007), o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido “o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é a aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida”. (CARLOS, 2007, p. 22).

A formação e constituição da rua África e dos três bairros investigados foram resultados de mobilidades populacionais originados pela segregação socioespacial advinda de suas localizações periféricas no contexto geo-históricográfico da cidade de Rio Branco. Ainda que a rua África esteja situada nas proximidades da área central da cidade, o lugar é periodicamente atingido no processo de tranbordamento resultante das cheias do rio Acre nos períodos das chuvas amazônicas. Além disso, a rua está situada parcialmente no início do bairro 6 de agosto que igualmente carece de melhores condições de infraestrutura em função de sua posição geográfica e do processo de ocupação desordenada.

¹ Informações extraídas do AppLocal.com.br, Disponível em: <https://applocal.com.br/bairro/conjunto-laelia-alcantara/rio-branco/ac> acesso em: 31 dezembro de 2020.

Similarmente, a formação dos bairros João Eduardo I e II originado em regime de mutirão ocupacional continua dependendo do poder público na forma de distribuição de títulos definitivos e na contenção da violência e criminalidade que faz parte do cotidiano das famílias que o habitam. Em suas origens, a formação da rua África, dos bairros João Eduardo I e II, Irineu Serra e Laélia Alcântara apresentam como características o acolhimento de pessoas pobres que buscavam um lugar onde pudessem morar. Por se encontrarem privadas do direito à terra foram necessárias várias mobilizações coletivas na conquista desse intento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar neste artigo, como se deram as influências das pessoas negras no processo de formação da rua África, dos Bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. A organização dos registros foram sequenciadas pelas informações sobre as origens, as constituições e transformações urbanísticas da rua África, dos bairros João Eduardo I e II, bairro Irineu Serra, e Laélia Alcântara, destacando como as pessoas negras homenageadas com os nomes desses lugares influenciaram em seus processos formativos.

Foram investigados e caracterizados elementos de interseção entre as formações da rua África, dos Bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara com o processo de produção e reprodução do espaço urbano da cidade de Rio Branco, a partir das influências das pessoas negras que participaram da formação socioespacial desses bairros. Ficou evidente uma ampla quantidade de pesquisas e registros tanto sobre Irineu Serra, quanto sobre João Eduardo, entretanto, em que pese o fato de Laélia Alcântara ter atuado como médica e como Senadora da República pelo estado do Acre, as informações sobre sua trajetória e os motivos pelos quais seu nome foi registrado como patrona do Conjunto Laélia Alcântara ainda evidenciam margens para futuras pesquisas. A rua África sofreu transformações que a reduziram a um pequeno espaço cultural, recentemente denominada como rua África Advogado Ogan José de Arimatéia.

Foi possível constatar que as pessoas negras exerceram papéis sociais relevantes, tanto na constituição e formação desses bairros na cidade de Rio Branco, como para o crescimento populacional do município. Independente da escassez de informações sobre o processo de transformação da rua África foram registradas as informações disponíveis e identificadas no processo da presente pesquisa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, **lei nº 321, de 01 de abril de 1970** Rio Branco: Secretaria de Estado da Casa Civil. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/1259> acesso em 17 de janeiro de 2021.

ALVES JUNIOR, Antônio Marques. **Tambores para a rainha da floresta: a inserção da umbanda no Santo Daime**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAIRRO. **Minidicionário Geográfico. Geografesron**. 2017. Acesso em 17 janeiro de 2021. Disponível em: <https://geografesron.wordpress.com/2017/04/12/mini-dicionario-geografico/#:~:text=Bairro%3A%20Resultado%20de%20um%20conjunto,de%20pertencer%20a%20uma%20localidade.>

BENTO, Victor Régio da Silva. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco - Acre**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRASIL, Rio Branco, Acre, panorama. **IBGE, 2017, v4.4.15**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama> acesso em: 30 dez 2020.

BRASIL, Senadoras: dados biográficos 1979-2004. Brasília. **Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo**, 2004. 461 p. Acesso em 31 dezembro de 2020. Disponível em: http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/senadoras_brasileiras_1979-2004.pdf

BRASIL, Rio Branco, Acre, histórico. **IBGE, 2017, v4.4.15**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/historico>. Acesso em: 30 dez 2020.

BRASIL, **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003. Acesso em: 26 maio de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

BRASIL, **Lei no 4.070, de 15 de junho de 1962**. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. Brasília, 1962. Acesso em: 18 janeiro de 20215. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85p

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007a, 123p.

FRANCA, Soad Farias, et.al. Problemas urbanos e conflitos sociais: os conflitos causados pelos agentes promotores do espaço urbano na cidade de Rio Branco (Ac) e Porto Velho (Ro). **DêCiência em Foco**. 2018. P. 127-140. Disponível em:

<http://revistas.uninorteac.com.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/216> acesso em 01 de janeiro de 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO EDUARDO. **João Eduardo o legado de uma luta popular**: em memória aos 28 anos da morte do líder popular João Eduardo. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2009.

KLEIN, Daniel da Silva. **A conquista de Rio Branco**: movimentos comunitários e direitos humanos na capital acreana de 1970 a 2000. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LEITE, Ary Pinheiro. **A evolução urbana de Rio Branco (Ac)**: de Seringal a capital. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LIMA, Reginâmio B. de; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. Cavalcante, (orgs.). **Habitantes e Habitat**. 2. ed. Rio Branco: Boni, 2007.

MENDONÇA, Fernanda Cougo; NASCIMENTO, Luiz Mendes. **O Orador do Mestre Raimundo Irineu Serra**: diálogos, memórias e artes verbais. 1. ed., Rio Branco: Nepan Editora, 2019.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana – Rio Branco: Edufac, 2016.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira**: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MOREIRA, Paulo; MACRAE, Edward. **Eu venho de longe**: mestre Irineu e seus companheiros [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 592p. SciELO Books. <http://books.scielo.org>

NEVES. Marcos Vinícius. **Negros no Acre**. Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares. Rio Branco, 1999.

RESENDE, Mireilly Marques, et al. Perfil socioeconômico de moradores na APA Raimundo Irineu Serra em Rio Branco, Acre-Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological v.6 n.2**, p. 751-761, 2019. Edição ago/dez. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC. Acesso em: 30 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT>

RIO BRANCO, **Decreto nº 949 de 03 de dezembro de 2020**. “Regulamenta o Disposto na Seção III da Lei nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016 e seus anexos VI, VII, e XVI, concernente a classificação das unidades educativas municipais de acordo com sua localização em zona rural ou urbana”. Rio Branco: 2020.

RIO BRANCO, **Lei nº 1592 de 05 de junho de 2006**, "Dispõe sobre a doação de títulos definitivos para imóveis localizados na área de abrangência dos bairros (...) Laélia Alcântara.

Rio Branco: 2020. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa> acesso em: 30 dezembro de 2020.

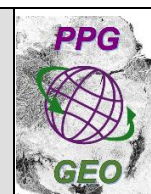
RIO BRANCO, **Lei 1.424 de 04 de julho de 2001** Autoriza O Poder Executivo Municipal A Doar Títulos Definitivos Para Ocupantes De Imóveis Pertencentes Ao Patrimônio Municipal. Rio Branco: Prefeitura Municipal, 2001. Acesso em: 30 dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa>

RIO BRANCO, **A Rio Branco que vivemos**. Registro histórico dos 100 anos de Prefeitura 1913-2013. Rio Branco: Prefeitura de Rio Branco, 2013, Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil.

RIO BRANCO, **Referências negras do Acre**. Secretária Adjunta de Promoção da Igualdade Racial. Rio Branco: 2016.

RIO BRANCO, **Lei Municipal nº 292 de 13 de junho de 1980**. Considera de utilidade pública o Centro Eclético de Fluente Luz universal Raimundo Irineu Serra. Rio Branco, 1980. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa> acesso em 20 janeiro de 2021.

RIO BRANCO, **Decreto Municipal de nº 500, datado de 07 de junho de 2005** criação da Unidade de Conservação, denominada: Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS. Rio Branco, 2005. Acesso em: 20 junho de 2021. Disponível em: <http://sema.acre.gov.br/apa-irineu-serra/>



INTERPRETANDO A DIVERSIDADE CLIMÁTICA DO ACRE ATRAVÉS DA LEITURA DE CLIMOGRAMAS

Dr. Victor Régio da Silva Bento^{1*}; Lic. Elayne Vanessa Lima Jucá², Rayane Santos de Menezes³; Bruno Campos de Lima⁴, Nikaele Mota Veras³, Salomão Silva Moura⁴

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5167-3964>; <https://orcid.org/0000-0002-6284-0748>; <https://orcid.org/0000-0002-8989-7883>; <https://orcid.org/0000-0001-6076-8132>; <https://orcid.org/0000-0001-9946-7863>; <https://orcid.org/0000-0003-0255-2936>

¹Doutor em Geografia – Propgeo/UECE, professor adjunto CFCH/UFAC; ²Licenciada em Geografia, professora da educação básica SEE-ACRE, ³Licencianda em Geografia, UFAC; ⁴Licenciando em Geografia, UFAC.

*victor.bento@ufac.br

Recebido em: 14/07/2021; Aceito em: 19/11/2021; Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-6>

RESUMO

O clima é um dos conteúdos mais significativos para o ensino de Geografia, pois está vinculado com as condições naturais dos diferentes lugares e incide diretamente nas atividades humanas. Essa pesquisa é derivada de atividades práticas realizadas no Programa Residência Pedagógica de Universidade Federal do Acre – Subprojeto Licenciatura em Geografia. A partir desse programa de iniciação à docência surgiu necessidade de entender a diversidade climática dos municípios do Acre mediante a produção de gráficos denominados climogramas. Como metodologia foi realizada a extração de informações sobre temperatura média em graus Celsius e precipitação disponíveis no Climate-Data.org. Os dados foram transportados para o software EXCEL e convertidos em climogramas que representassem os três subtipos do clima Equatorial que atuam sobre o território acreano. A partir desses gráficos observou-se as especificidades do clima nesse estado amazônico, entendendo as oscilações da temperatura e os períodos de maior precipitação e de estiagem.

Palavras-chave: Clima; tempo; climograma; Acre.

INTERPRETING ACRE'S CLIMATE DIVERSITY THROUGH CLIMOGRAM READING

ABSTRACT

The climate is one of the most significant contents for teaching Geography, as it is linked to the natural conditions of different places and directly affects human activities. This research is derived from practical activities carried out in the Pedagogical Residency Program of the Federal University of Acre – Subproject Degree in Geography. From this teaching initiation program, there was a need to understand the climatic diversity of the municipalities of Acre through the production of graphics called climograms. The methodology used was to extract information on average temperature in degrees Celsius and precipitation available on Climate-Data.org. The data were transported to the EXCEL software and converted into climograms representing the three subtypes of the Equatorial climate that affect the Acre territory. From these graphs, the specifics of the climate in this Amazonian state were observed, understanding temperature fluctuations and periods of greater precipitation and drought.

Keywords: Climate; weather; climogram; Acre.

INTERPRETANDO LA DIVERSIDAD CLIMÁTICA DE ACRE A TRAVÉS DE LA LECTURA DE CLIMOGRAMAS

RESUMEN

El clima es uno de los contenidos más significativos para la enseñanza de la Geografía, ya que está ligado a las condiciones naturales de diferentes lugares y afecta directamente a las actividades humanas. Esta investigación se deriva de las actividades prácticas realizadas en el Programa de Residencia Pedagógica de la Universidad Federal de Acre - Subproyecto de Grado en Geografía. A partir de este programa de iniciación a la enseñanza, surgió la necesidad de comprender la diversidad climática de los municipios de Acre a través de la producción de gráficos llamados climogramas. La metodología utilizada fue extraer información sobre la temperatura promedio en grados Celsius y la precipitación disponible en Climate-Data.org. Los datos se transportaron al software EXCEL y se convirtieron en climogramas que representan los tres subtipos del clima ecuatorial que afectan el territorio de Acre. A partir de estos gráficos, se observaron las particularidades del clima en este estado amazónico, entendiendo las fluctuaciones de temperatura y los períodos de mayor precipitación y sequía.

Palabras clave: Clima; tiempo; climograma; Acre.

1. INTRODUÇÃO

Entender o clima é essencial para a ciência geográfica, uma vez que ele é composto por diversos fatores e elementos que conferem a sua dinâmica, dentre os quais: temperatura, umidade, pressão atmosférica, latitude, altitude, formas de relevo, continentalidade, maritimidade, massas de ar, vegetação e direção dos ventos.

Esse artigo é resultado do projeto de extensão intitulado: “*A produção de gráficos para o ensino de Geografia*”, o qual foi desenvolvido no programa Residência Pedagógica, subprojeto Licenciatura em Geografia, da Universidade Federal do Acre - Ufac. Através dessa ação foram fornecidos métodos e técnicas para a análise do clima mediante a produção climogramas, um tipo de gráfico que reúne informações sobre precipitação e temperatura.

A partir dessa atividade buscou-se compreender a diversidade climática do Acre. Como metodologia foram selecionados alguns municípios que estão em localizações diferentes desse estado, para verificar a relação entre a temperatura e a pluviosidade no contexto dos três subtipos climáticos que incidem em seu território, a saber: Equatorial superúmido com subseca, Equatorial úmido de 1 a 2 meses secos e o Equatorial úmido de 3 meses secos. Os dados que embasaram a pesquisa foram extraídos do sítio eletrônico Climate-data.org e transportados para o software EXCEL, onde foram organizados e transformados nos climogramas municipais de Rio Branco, Assis Brasil, Sena Madureira, Jordão, Cruzeiro do Sul e Feijó. Como resultado, observou-se a heterogeneidade do clima Equatorial, tanto pela duração da estação seca, quanto pela amplitude térmica e temperatura média anual.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Tempo e clima são elementos indissociáveis e caracterizam estados da atmosfera de curto ou longo período, conforme observado em Ayoade (1996, p. 02) “por tempo (weather) nós entendemos o estado médio da atmosfera numa dada porção de tempo e em determinado lugar. Por outro lado, clima é a síntese do tempo num dado lugar durante um período de aproximadamente 30-35 anos”. Eles são objetos de estudo importantes para os mais variados campos científicos, uma vez que as condições atmosféricas interferem na agricultura, construção civil, transportes, meio ambiente e na saúde humana.

Para compreender o clima de uma determinada localidade é preciso considerar a influência dos elementos e fatores climáticos. Os elementos do clima são grandezas atmosféricas capazes de ser expressas por unidades de medida e configuram-se como principais atributos para definição climática, são elas: radiação, temperatura, pressão e umidade.

A radiação solar é a energia emitida pelo Sol na forma de ondas eletromagnéticas e sua intensidade depende da proximidade entre Terra e Sol ao longo do ano (periélio e afélio) e do horário do dia (mais intenso ao meio-dia). Ela também é influenciada pela nebulosidade da atmosfera assim como pela latitude, a qual atua no ângulo de incidência dos raios solares (perpendiculares na Linha do Equador e inclinados nos polos). O Sol é uma esfera gasosa luminosa que apresenta uma temperatura em sua superfície em torno de 6.000°C. Ele emite energia na forma de ondas eletromagnéticas que se propagam no vácuo, a uma velocidade de aproximadamente 299.300 quilômetros por segundo e fornece 99,97% da energia utilizada pelo sistema Terra-atmosfera (AYOADE, 1996).

A temperatura é definida pelo grau de agitação das moléculas de um corpo e é determinada pelo balanço entre a radiação que chega e que sai, assim como pela sua transformação em calor latente e sensível (TORRES; MACHADO, 2008). No caso do clima, a temperatura está diretamente relacionada com a quantidade de insolação recebida, fator esse que sofre interferência da latitude, nuvens e aerossóis. Ademais, sua variação é influenciada pelo albedo, que é a razão entre a energia recebida e refletida pela superfície e que varia de acordo com o tipo de material, à exemplo: água, floresta, desertos e cidades. A distância dos corpos hídricos tem efeito na amplitude térmica diária, ou seja, na variação entre temperatura mínima e máxima. Já a atitude contribui para a redução da temperatura em cerca de 0,6°C a cada 100 metros de elevação.

A umidade corresponde a quantidade de vapor d'água presente na atmosfera originado pela evaporação das águas e evapotranspiração dos seres vivos. Ela, assim como a temperatura e a radiação, também é uma grandeza que pode ser medida: “uma forma de se expressar a concentração de vapor d'água no ar é através da *Umidade Absoluta*, que é a massa do vapor d'água existente na unidade de volume de ar, sendo expressa em g/m³” (TORRES; MACHADO, 2008, p. 35). Ele é mais intensa na Zona Equatorial, especialmente nos oceanos, faixa litorânea e nas florestas tropicais. Em contrapartida, é menos intensa nas regiões desérticas, semiáridas e na medida em que se desloca para o interior dos continentes. Essa grandeza atua diretamente sobre a sensação térmica e na saúde humana.

A pressão atmosférica é a força exercida pela gravidade sobre o ar. Ela é maior ao nível do mar e reduz gradativamente nas zonas de maior altitude. Cerca de 75% da massa gasosa da atmosfera concentra-se na sua camada mais baixa, a Troposfera (AYOADE, 1996). As massas de ar se deslocam entre os locais de baixa e alta pressão levando consigo suas características específicas quanto à temperatura e umidade.

Os fatores do clima são atributos que interferem nas condições climáticas de um determinado local “trazem alterações, por vezes bastante significativas, no clima e/ou nos seus elementos. São aqueles que produzem alterações e interferências diretas e/ou indiretas nos elementos climáticos e nos tipos climáticos” (TORRES; MACHADO, 2008, p. 05), são eles: latitude, altitude, continentalidade, maritimidade, massas de ar, direção dos ventos, vegetação e relevo.

A latitude interfere no ângulo de incidência dos raios solares, atuando sobre a temperatura e a insolação. As regiões mais próximas à Linha do Equador recebem maior quantidade de quantidades de raios solares e, conseqüentemente, possuem maior temperatura média anual. A latitude é, portanto, o fator que faz a diferenciação das zonas climáticas. A altitude influencia na pressão atmosférica e na diminuição da temperatura. Em regiões montanhosas o ar torna-se rarefeito e, nessas condições, as moléculas de oxigênio possuem baixa concentração dificultando a geração de calor e umidade.

Continentalidade e maritimidade, correspondem à maior ou menor proximidade de grandes massas de água. Além de exercerem variação na umidade, interferem também na temperatura da região. Por exemplo, em lugares que sofrem influência da continentalidade (localizados no interior do continente, distantes dos oceanos) há uma variação maior da temperatura ao longo do dia, com elevada amplitude térmica.

As massas de ar são sistemas produtores de tempo caracterizados como um grande corpo de ar horizontal que se deslocam apresentando condições de temperatura, pressão e umidade relativamente homogêneas. Elas influenciam diretamente os lugares onde passam e sofrem ação das características térmicas da superfície que encontram em seu trajeto (AYOADE, 1996). A vegetação é um fator climático que favorece o aumento da umidade atmosférica devido a evapotranspiração. A floresta e a atmosfera formam um sistema que se retroalimenta, por isso as regiões com densa vegetação como a Amazônia possuem elevados volumes pluviométricos.

O relevo também interfere no clima facilitando ou impedindo o deslocamento das massas e permite a formação de chuvas orográficas. O Planalto Central brasileiro e a Cordilheira dos Andes criam um corredor por onde transita a massa de ar polar em direção a Amazônia e favorece o deslocamento da umidade produzida pela floresta em direção ao sudeste do Brasil. Outro exemplo da ação do relevo é observado na Região Nordeste, dada a interferência do Planalto da Borborema. Essa formação geológica impede a passagem da umidade oriunda do Oceano Atlântico em direção ao Sertão. Assim, as chuvas ficam concentradas na Zona da Mata e o interior da região apresenta escassez pluviométrica, adquirindo um clima semiárido.

A conjunção dos elementos e fatores climáticos criam uma diversidade de climas os quais podem ser classificados das mais diferentes formas, de acordo com as proposições metodológicas dos pesquisadores em Climatologia. Dentre as classificações mais utilizadas, destaca-se a classificação de Koppen-Geiger. Elaborada por Koppen em 1900 e atualizada em 1918, 1927 e 1936, tendo a colaboração de Geiger nas suas últimas atualizações (PEEL et. al., 2007).

Koppen-Geiger, é um dos sistemas de classificação climática global mais utilizados em geografia, na climatologia e na ecologia. Nesse sistema, a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima prevalente nela. Os tipos climáticos de Koppen se baseiam na sazonalidade das estações do ano, nos valores médios (anuais e mensais) da temperatura do ar e da precipitação, estipulando um código de letras maiúsculas e minúsculas cujo agrupamento determina os tipos e subtipos de climas.

A classificação se divide então em cinco grupos grandes (A, B, C, D, E), que denota a característica geral do clima de uma região, acompanhado por letras minúsculas que indicam o comportamento da precipitação, assim como a duração e a sazonalidade da estação seca (de verão ou inverno).

O Brasil, possui uma vasta extensão territorial e, baseado na classificação de Koppen-Geiger, pode-se entender os tipos climáticos brasileiros divididos em 3 grupos: Tropical (A), Semiáridos (B) e Temperados (C) (ALVARES, et. al, 2013).

Os Climas Tropicais (A) são considerados megatérmicos, ou seja, possuem elevada temperatura (médias mensais superiores à 18°C) e elevada precipitação ao longo do ano, superior à evapotranspiração. O Equatorial, o Tropical de Monção e o Tropical de Savana (com seca de verão ou de inverno) são climas classificados nessa tipologia. Eles abrangem a maior parte do território brasileiro.

Os Climas Semiáridos (B) possuem alta temperatura (médias mensais superiores à 18°C) e baixa precipitação. A taxa de evapotranspiração é maior do que a reposição hídrica pela precipitação. Ele encontra-se no sertão nordestino e norte de Minas Gerais.

Os Climas Subtropicais úmidos (C) possuem temperaturas médias mensais mais amenas (abaixo de 18 °C) e são influenciados principalmente pela latitude e altitude. Domina o território brasileiro situado abaixo do Trópico de Capricórnio, as regiões montanhosas da Região Sudeste, Goiás e Distrito Federal, além de pequenos trechos do Norte e Nordeste, mais especificamente no planalto das Guianas, Borborema e chapada Diamantina.

O modelo de Koppen-Geiger serviu de embasamento para a produção de diversas classificações climáticas, dentre estas, destaca-se o modelo de Nimer, com a definição de climas zonais para o Brasil. Em sua metodologia, o autor destaca que: “pode utilizar parcialmente diversos critérios de diferentes autores, naquilo que lhe parece significativo. Por exemplo, no critério classificatório aplicado nesta pesquisa usamos do critério Koppen” (NIMER, 1989, p. 303.)

A classificação climática de Nimer é baseada em três sistemas: Climatologia Dinâmica, Regiões Térmicas e Umidade, os quais “são completamente independentes entre si, e de sua superposição podem resultar, pelo menos teoricamente, mais de 100 combinações diferentes, as quais devem corresponder a regiões, até certo ponto, ecologicamente distintas” (NIMER, 1979, p. 79).

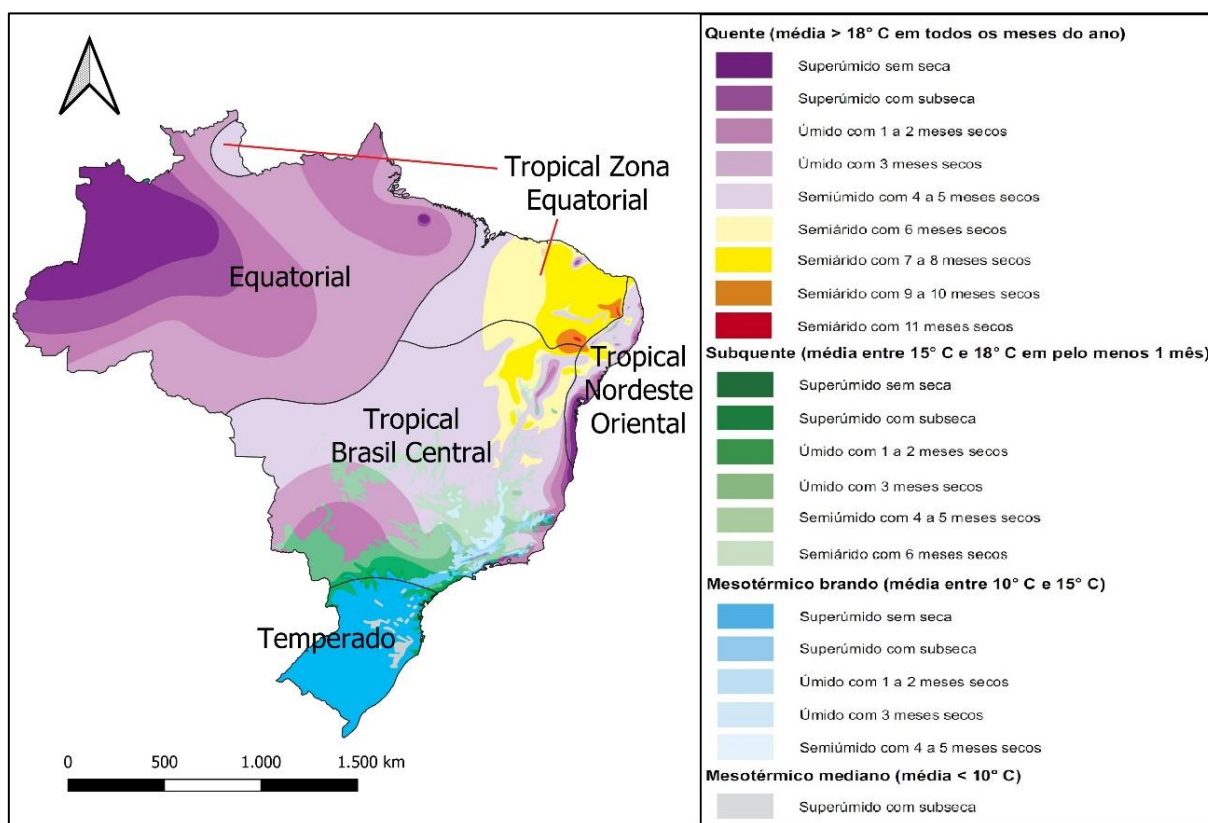
Quanto à Climatologia Dinâmica, Nimer (1979) baseou-se nos padrões de circulação atmosférica, definindo seis climas zonais: Equatorial, Tropical Austral do Brasil Setentrional, Tropical do Nordeste Oriental, Tropical do Brasil Central, Tropical Boreal do Brasil Setentrional e Temperado do Brasil Meridional.

No que concerne às Regiões Térmicas foram delimitadas faixas de temperatura média para o mês mais frio, classificando os climas em: Quentes ($> 18^{\circ}\text{C}$), Subquentes (entre 15° e 18°C), Mesotérmico brando (entre 10° e 15°C) e Mesotérmico mediano (entre 10° e 0°C).

Por fim, o terceiro sistema utiliza a umidade como fator delimitador dos climas, classificando-os em: Superúmidos (sem seca sem seca ou com subseca), Úmidos (com 1 a 2 ou 3 meses secos), Subúmidos (com 4 a 5 meses secos), Semiárido Brando (com 6 meses secos), Semiárido Mediano (com 7 a 8 meses secos), Semiárido Forte (com 9 a 10 meses secos), Semiárido Muito Forte (com 11 meses secos) e Árido ou Desértico (com 12 meses secos).

O IBGE atualizou o estudo de Nimer, considerando cinco climas zonais para o território brasileiro: Equatorial, Tropical Zona Equatorial, Tropical Nordeste Oriental, Tropical Brasil Central e Temperado (Figura 1). Estes climas possuem suas variações internas conforme a combinação ente a temperatura e umidade.

Figura 1: Climas zonais do Brasil e subtipos climáticos por Nimer e adaptado pelo IBGE.



Fonte: IBGE, Geociências, 2019. Elaborado por BENTO, V. R. S.

A Amazônia Brasileira está inserida majoritariamente na Zona Climática Equatorial, apresentando temperaturas médias acima de 18°C em todos os meses do ano e com subtipos

que variam do semiúmido ao superúmido sem seca. A Floresta Amazônica exerce um relevante papel no clima da América do Sul, dada a elevada produção de umidade associada a dinâmica atmosférica.

A elevada taxa de evapotranspiração da Amazônia transpõe o calor latente da superfície terrestre para a atmosfera. Além disso, a densa cobertura vegetal contribui na absorção da radiação solar incidente. A dinâmica atmosférica na Região Amazônica é expressa pela convecção tropical, regulada pelas Zona de Convergência Intertropical – ZCIT, assim como pelas células de Hadley que transporta o ar quente, da Zona Equatorial para latitudes médias. Tal movimento convectivo determina a distribuição das chuvas ao longo do ano, conforme exposto por Fisch (et. al., 1998, p. 104) “O período de chuvas ou forte atividade convectiva na região amazônica é compreendido entre Novembro e Março sendo que o período de seca (sem grande atividade convectiva) ocorre entre os meses de Maio e Setembro”.

Ademais, há a contribuição da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) na formação de precipitações na Região Amazônica. A ZCAS, na perspectiva de Vieira (et. al.) “é uma banda de nebulosidade convectiva que se estende de noroeste a sudeste (NW/SE) sobre a América do Sul (AS), desde o sul da Amazônia até o oceano Atlântico Sul, e é considerada uma interação entre sistemas meteorológicos tropicais e extratropicais”. A intensa evaporação que ocorre nos oceanos na faixa equatorial produz massas de ar carregadas de umidade, as quais são impulsionadas para o interior do continente sul-americano.

A densa evapotranspiração gerada pela Floresta Amazônica promove a sucção dos ventos alísios e faz mover os rios voadores, conceituados como “cursos de água atmosféricos, invisíveis, formados por vapor de água, muitas vezes acompanhados por nuvens, propelidos pelos ventos” (MOSS; MOSS, 2014, p. 06). A umidade carregada pelos rios voadores direciona-se para oeste até encontrar a Cordilheira dos Andes, que auxilia a circulação da umidade em direção ao centro-sul do continente. Além disso, essa barreira orográfica contribui para formar precipitações nas cabeceiras dos rios amazônicos.

Além do padrão mais amplo de circulação atmosférica na Região Amazônica, percebe-se particularidades na escala estadual. Como exemplo, aponta-se as singularidades do Acre, que está totalmente inserido sobre o clima Equatorial, apresentando variações quanto à umidade em seus subtipos climáticos do superúmido com subseca¹ ao úmido com 3 meses secos. Os meses

¹ “Esclarecemos que para a determinação de seca, adotamos o critério de Gausson e Bagnouls (1953) Os referidos autores, com base em trabalhos de ecologia vegetal, consideram seco aquele mês cujo total das precipitações em

de junho a setembro correspondem ao período mais seco do ano nessa unidade federativa, com uma acentuada diminuição das chuvas. É também nesse intervalo que ocorre a redução das temperaturas, dada a influência da Massa Polar Atlântica – MPA, que avança pelo interior da América do Sul. Esse movimento da MPA promove quedas bruscas na temperatura as quais pode ficar abaixo dos 15°C, originando o fenômeno da friagem. Os meses de janeiro a março correspondem ao trimestre mais chuvoso do ano, onde a pluviosidade pode ultrapassar os 300 mm mensais. Nesse período ocorre um aumento expressivo da vazão dos rios, gerando as alagações.

Quanto aos fatores do clima, constata-se que o relevo do Acre é predominantemente plano, com altitudes que raramente ultrapassam os 400 metros. As maiores cotas altimétricas estão situadas no extremo oeste do estado, na Serra do Divisor. Nesse sentido a interferência da altitude se faz pouco expressiva para a definição climática em seu território. Situada em baixas latitudes, essa unidade federativa possui temperatura média elevada durante todos os meses do ano. No tocante à vegetação, nota-se a sua importância para o regime pluviométrico na Amazônia Acreana. O Vale do Juruá, com um clima Equatorial Superúmido e maior preservação florestal possui mais abundância de chuvas que o Vale do Purus, onde estão concentrados os municípios com maior área desmatada e submetidos ao Clima Equatorial Úmido, com 3 meses secos.

Considerando essas variações do Clima Equatorial entende-se que o Acre apresenta especificidades em seu território e que estas necessitam ser compreendidas, tanto para seu conhecimento geográfico quanto para os vieses econômico e ambiental. Para tanto, busca-se analisar a dinâmica da temperatura e da precipitação em seus municípios a partir da construção de climogramas, conforme exposto no próximo tópico.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

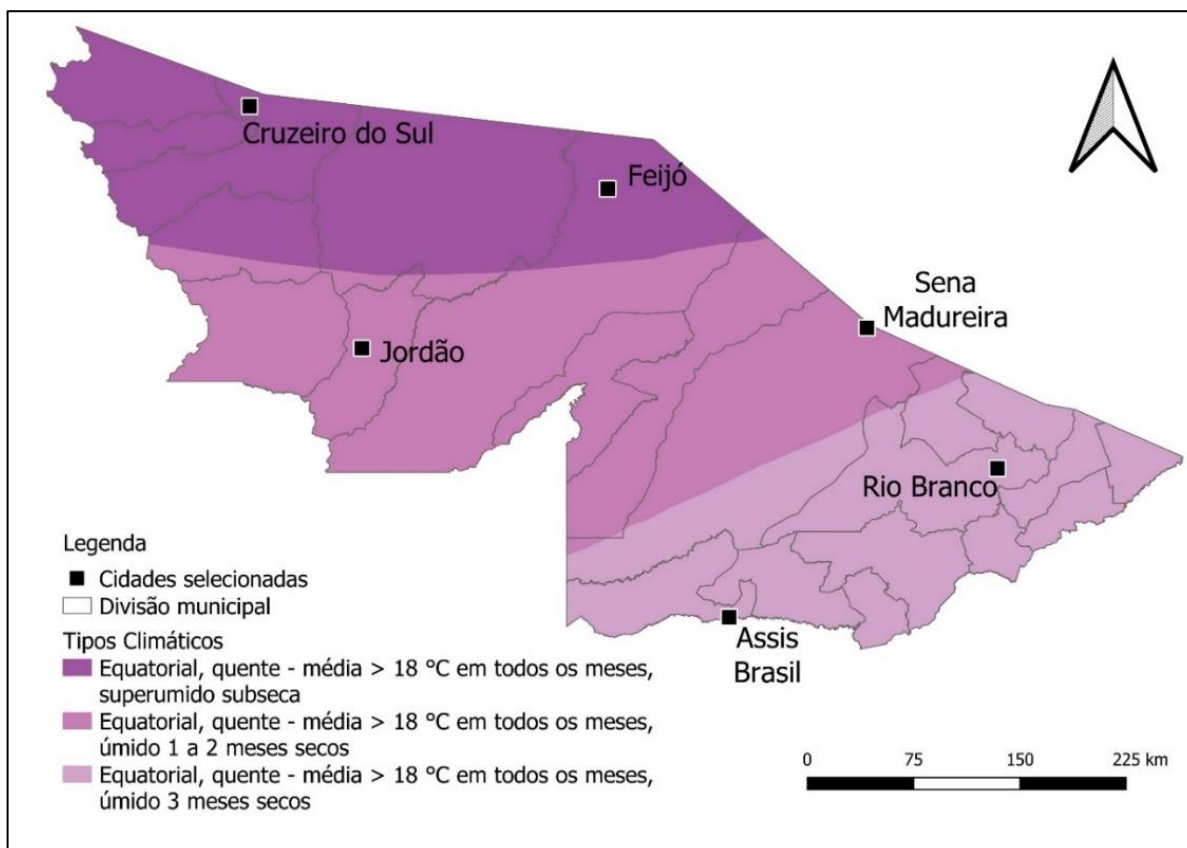
Para entender a variação do Clima Equatorial no estado Acre foram selecionados os municípios de Rio Branco, Assis Brasil, Sena Madureira, Jordão, Cruzeiro do Sul e Feijó, dois representantes para cada subtipo climático, conforme evidenciado na figura 2. A partir dessa

milímetro é igual ou inferior ao dobro da temperatura média em graus Celsius ($P \leq 2T$). Para a determinação de subseca adotamos a fórmula $P \leq 3T$, de Walter e Lieth (1960), aplicável aos locais que não possuem sequer 1 mês seco”. (NIMER, 1989, p. 292)

seleção, elaborou-se climogramas para entender a dinâmica anual da temperatura e da precipitação.

O climograma é uma representação gráfica que auxilia na análise das variações climáticas de uma determinada localidade. Ele é formado por duas modalidades de gráficos: as barras, que representam a distribuição do volume pluviométrico ao longo dos meses de um ano e a linha, que demonstra a oscilação da temperatura média anual. Com o cruzamento dessas duas informações pode-se identificar se o clima é úmido, seco, árido, frio ou quente, se há elevada amplitude térmica, se possui distribuição irregular da pluviosidade e se o verão é chuvoso ou seco. Além disso, pode-se inferir a localização de uma cidade pela curvatura da linha nos meses de menor temperatura, pois o inverno no hemisfério norte ocorre de dezembro a março e no hemisfério sul entre julho e setembro.

Figura 2: Estado do Acre, subtipos do clima Equatorial e municípios selecionados



Fonte: IBGE, Geociências, 2019. Elaborado por BENTO, V. R. S.

A metodologia utilizada para a criação desses climogramas foi desenvolvida com emprego do software EXCEL, utilizado na organização das informações sobre temperatura e

pluviosidade extraídas no sítio eletrônico Climate-Data.Org. Essa plataforma digital reúne informações coletadas do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas, o qual desenvolveu um modelo com mais 1,8 bilhões de pontos de dados, entre 1999 e 2019. Os gráficos e tabelas disponíveis no Climate-Data.org foram construídos com informações do Copernicus Climate Change Service e a localização das cidades foram baseadas no Projeto Open Street Map – OSM (CLIMATE-DATA.ORG, 2021).

Dentre as informações meteorológicas disponíveis o Climate-Data.org expõe as temperaturas mínima, média e máxima em graus Celsius, volume de chuva (mm), umidade (%) e quantidade de dias chuvosos (Figura 3). Além dessas informações, estão podem ser extraídos outros dados relevantes para análise do clima como a posição da cidade quanto a classificação climática Koppen-Geiger, a altitude e horas diárias de Sol.

Figura 3: Dados climatológicos da cidade de Rio Branco, Acre.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novem- bro	Dezembro
Temperatura média (°C)	25.4	25.3	25.3	25	24.4	24.4	25	26.4	27	26.5	25.8	25.5
Temperatura mínima (°C)	22.9	22.9	22.8	22.4	21.6	20.9	20.5	21.5	22.8	23.1	23	23
Temperatura máxima (°C)	29.3	29.2	29.3	29	28.5	29	30.5	32.3	32.7	31.5	30	29.5
Chuva (mm)	262	251	255	166	83	34	23	41	82	146	210	253
Umidade(%)	89%	89%	89%	89%	88%	82%	72%	66%	72%	81%	88%	88%
Dias chuvosos (d)	20	18	20	17	12	5	4	5	9	14	17	19

Fonte: CLIMATE-DATA.ORG. 2021

O segundo passo consistiu em transportar a tabela que contém os dados climatológicos para o Software EXCEL. Em seguida, foi necessário fazer a substituição dos pontos (.) que havia na tabela por virgula (,) para que fosse possível a interpretação pelo programa computacional. Foram retiradas algumas informações que não seriam úteis para elaboração do gráfico, deixando apenas as variáveis sobre temperatura média e pluviosidade de cada município. Outra transformação decorreu da alteração dos nomes dos meses do ano por suas iniciais, para não poluir visualmente a produção gráfica.

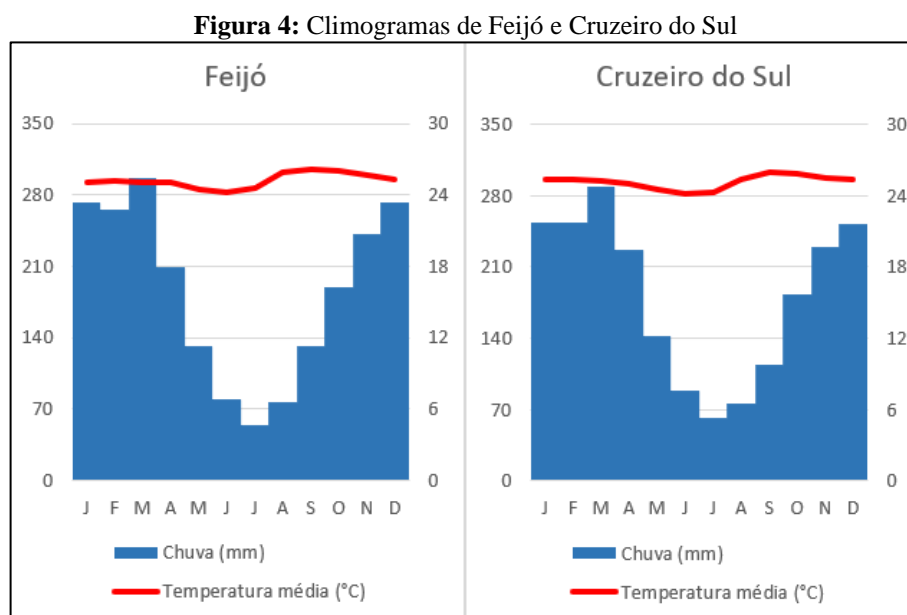
Após a adaptação da tabela, foram selecionadas todas as informações e inserindo o gráfico de coluna agrupada, o qual foi adaptado para o formato do climograma. As adaptações consistiram em clicar nas barras correspondentes à temperatura e colocar como “eixo secundário” e posteriormente alterar o tipo de gráfico para “linha”. Em seguida, formatou-se o

eixo do gráfico de linhas, alternado os limites mínimo e máximo (0 e 30, respectivamente), com cinco unidades de intervalo principal. Na sequência, foi feito o mesmo procedimento para o gráfico de barras (limite mínimo 0 e máximo 350), com 70 unidades de intervalo principal. Quanto ao layout, foi preciso alterar a espessura das barras, modificando a largura do espaçamento para 0%, mudar a cor da linha para vermelho e a cor das barras para azul, assim como inserir o nome da cidade no título. Por fim, esses procedimentos foram padronizados para todas as cidades analisadas, para que os climogramas pudessem ser corretamente comparados.

4. RESULTADOS

A partir da elaboração dos climogramas para os seis municípios selecionados no estado do Acre, entendeu-se que o Clima Equatorial não é homogêneo e que este apresenta variações em seus subtipos climáticos. A diferença entre o volume de precipitação é visivelmente percebida quando comparadas as localidades sobre domínio do subtipo Superúmido com Subseca com as situadas da faixa de atuação do Subtipo Úmido com 3 meses secos

Para o subtipo climático Equatorial Quente, com média superior à 18 °C em todos os meses, superúmido com subseca foram analisados os climogramas das cidades de Cruzeiro de Sul e Feijó.



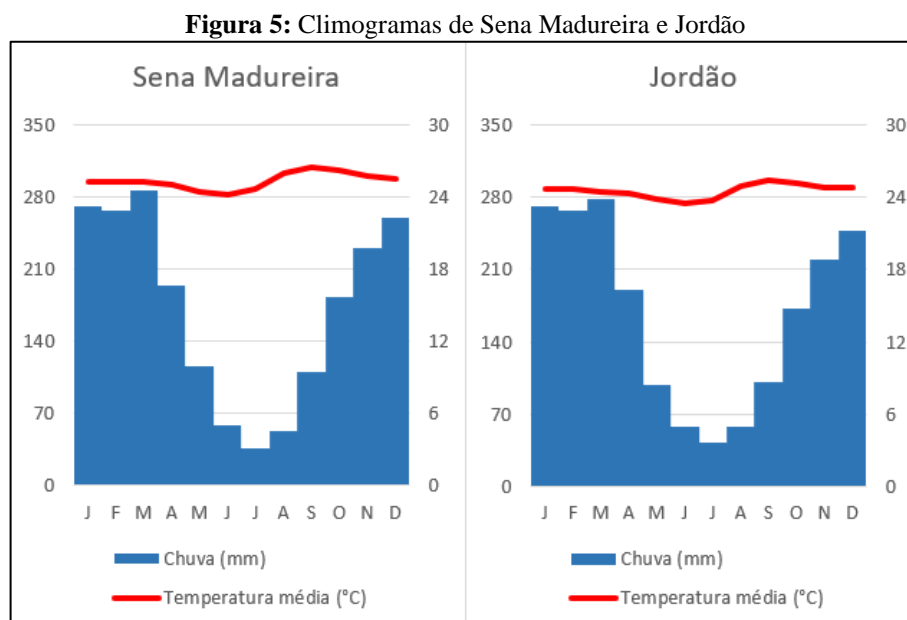
Fonte: Climate Data-org. 2021.

Em relação ao comportamento da precipitação foi constatado um expressivo volume de chuvas (Feijó, 2217 mm e Cruzeiro do Sul, 2169 mm) e que os dois municípios analisados não

possuem nenhum mês seco, ou seja, com precipitação abaixo do dobro da temperatura ($P \leq 2T$, onde P = precipitação e T = Temperatura). A subseca ($P \geq 2T$ e $P \leq 3T$) acontece nos meses de julho e agosto em ambas as cidades, onde o volume pluviométrico alcança seu menor valor (Feijó: 54 mm/JUL e 76 mm/AGO e Cruzeiro do Sul: 61 mm/JUL e 76 mm/AGO). O trimestre mais chuvoso é janeiro-março onde o acumulado de chuvas corresponde à 37,61% do total anual, para Feijó e 36,69%, para Cruzeiro do Sul.

Junho é o mês de menor temperatura média para ambas as cidades e marca o início do período de menor pluviosidade. Todos os meses possuem temperatura média acima dos 24 °C. Analisando a diferença entre a temperatura mínima e a máxima anual para essas cidades, verificou-se uma amplitude térmica de 10,6°C para Feijó e 9,8°C, em Cruzeiro do Sul.

Para o subtipo climático Equatorial Quente, com média superior à 18 °C em todos os meses e úmido (1 a 2 meses secos) foram analisados os climogramas das cidades de Sena Madureira e Jordão.

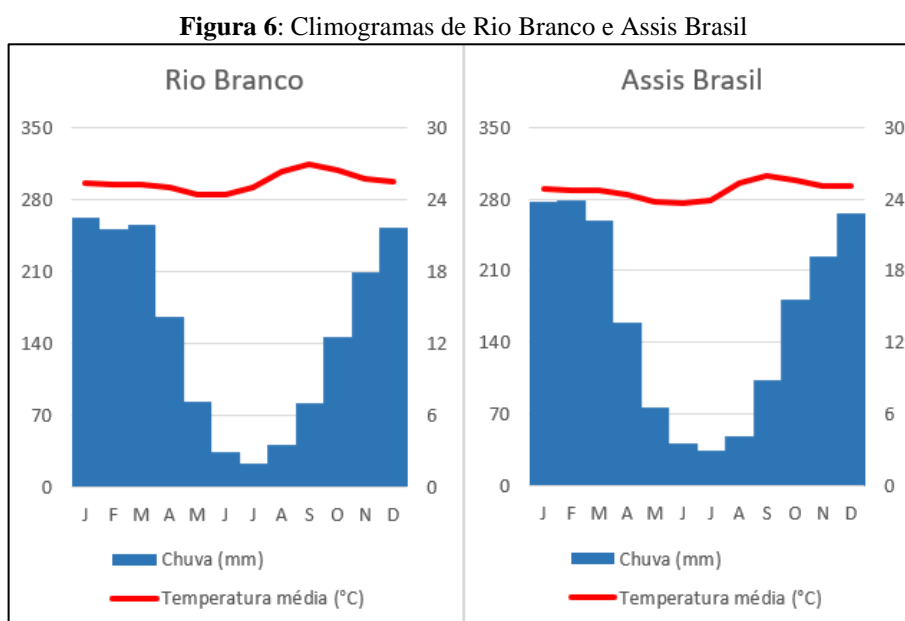


Fonte: Climate Data-org. 2021.

As duas cidades sobre domínio desse subtipo climático possuem menor pluviosidade anual que as registradas no subtipo Superúmido com Subseca (Sena Madureira, 2062 mm e Jordão, 2003 mm). Ambas apresentam julho como único mês seco (Sena Madureira, 36 mm e Jordão, 42 mm) e subseca em junho e agosto. O volume de chuva no trimestre janeiro-março é aproximadamente 40% do total anual, sendo mais concentrado que no primeiro subtipo analisado.

Em Sena Madureira, a temperatura mais alta ocorre no mês de setembro (32°C), a temperatura mínima ocorre no mês de julho (20.6°C). A temperatura média ao longo do ano é de 25.3°C e a amplitude térmica é de 11.4°C. Em Jordão, a temperatura mais alta também ocorre no mês de setembro, alcançando 30.5°C e a temperatura mínima ocorre no mês de julho com 20.1°C. Nessa cidade, a temperatura média ao longo do ano é de 24.5°C e a amplitude térmica alcança 10.4°C. Como Jordão é a sede municipal com maior altitude no do Acre (278 m) e possui altitude média de 342,79 m em seu território, pode-se considerar uma relativa influência do relevo em sua temperatura, que é a de menor média no estado.

Para o subtipo climático Equatorial Quente, com média superior à 18 °C em todos os meses e úmido (3 meses secos) foram selecionadas as cidades de Rio Branco e Assis Brasil.



Fonte: Climate Data-org. 2021.

A precipitações são inferiores à 2000 mm anuais em ambas as cidades. Elas apresentam como trimestre seco o intervalo junho-agosto e registram o mês de julho como o de menor precipitação (Rio Branco, 23 mm e Assis Brasil, 35 mm). Essa estação seca é bem mais acentuada que nos demais subtipos climáticos do Acre, alcançando 26 dias sem chuva no mês de junho, em Rio Branco. Além disso, na capital acreana possui um volume chuvoso oito vezes menor entre junho-agosto, quando comparado ao trimestre janeiro-março (em Cruzeiro do Sul, a intensidade é quatro vezes menor). A participação do trimestre mais chuvoso no total anual é de 40,78% em Assis Brasil e 42,52% em Rio Branco.

A linha da temperatura do climograma de Rio Branco alcança o ápice no mês de setembro, com 32.7° C. Já a temperatura mínima ocorre no mês de julho com 20.5° C e a temperatura média ao longo do ano é de 25.5° C. Assis Brasil segue a mesma tendência, com máxima em setembro a temperatura mais alta ocorre no mês de setembro (31.5 °C) e a temperatura média ao longo do ano é de 24.7 °C. Essa cidade registra os menores valores para temperatura mínima mensal dentre os climogramas analisados, com 19,7 °C em julho.

5. CONCLUSÃO

A partir dessa pesquisa realizada pelo grupo de discentes do Programa Residência Pedagógica da Universidade Federal do Acre constata-se que os climogramas são um recurso metodológico essencial para o ensino de climatologia, pois aborda diversos elementos que fazem parte dos conteúdos da ciência geográfica, como a temperatura, precipitação e umidade.

Toda essa importância se justifica dada a aproximação que os alunos têm desses fenômenos climáticos no cotidiano. Assim, existem diversas propostas de ensino que podem ser efetivadas com o auxílio desse material como a elaboração dos climogramas de sua localidade, comparação dos climas existentes em localidades em latitudes, países e continentes distintos. Essa compreensão da dinâmica climática ao longo dos anos, possibilitará ao aluno um entendimento maior sobre os fenômenos meteorológicos e a importância deles para o espaço geográfico.

Apesar do Acre está inteiramente situado sobre domínio do clima Equatorial, foi perceptível a dinâmica da temperatura (mínima, média e máxima), amplitude térmica, pluviosidade, presença ou não de mês seco/subseca como fatores condicionantes dos três subtipos climáticos que incidem em seu território. A leitura dos climogramas possibilitou essa interpretação, indicando as peculiaridades de cada município analisado.

Por fim, considera-se que este trabalho contribuirá de forma positiva aos professores de geografia e aos demais profissionais que atuam na área, pensando em alternativas para transformar o ensino de Geografia mais lúdico e desafiador.

6. REFERÊNCIAS

ALVARES, Clayton Alcarde et al. Köppen's climate classification map for Brazil. *Meteorologische Zeitschrift*, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2013.

AYOADE, John. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CLIMATE-DATA.ORG. **Dados climáticos para cidades mundiais**. Disponível em: <<https://pt.climate-data.org/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FISCH, Gilberto; MARENGO, José; NOBRE, Carlos. Uma revisão geral sobre o clima da Amazônia. **Acta Amazônica**. Vol. 2, n. 28, 1998, p. 101-126.

MOSS, Gerárd; MOSS, Margi. **Os rios voadores, a Amazônia e o Clima Brasileiro**. Caderno do Professor. São Paulo: Editora Horizonte, 2014.

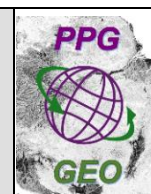
NIMER, Edmon. Um modelo metodológico da classificação de climas. **Revista Brasileira de Geografia**. V. 41, n. 4. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

NIMER, Edmon. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1989. 421p.

PEEL, Murray C.; FINLAYSON, Brian L.; MCMAHON, Thomas A. Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. **Hydrology and earth system sciences**, v. 11, n. 5, p. 1633-1644, 2007.

TORRES, Fillipe Tamiozzo Pereira; MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Introdução à Climatologia**. Ubá: Ed. Geographica, 2008. – (Série Textos Básicos de Geografia) 234p.

VIEIRA, Samuel de Oliveira; SATYAMURTY, Prakki; ANDREOLI, Rita; CÂNDIDO, Luiz Antônio. **Climanalise** (São José dos Campos), v. 4, p. 26-30, 2016



A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO COMO ESTRATÉGIA DO CAPITALISMO NEOLIBERAL NA AMAZÔNIA¹

Esp. Maria da Conceição Marques de Souza^{1*}, Esp. Juliana Santos de Souza Cunha¹
Lic. Iago Sales de Paula¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5738-0636>; <https://orcid.org/0000-0002-6980-3114>;
<https://orcid.org/0000-0002-6380-0289>.

¹Discente da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

* marques.conceicao16@gmail.com

Recebido em: 27/04/2021; Aceito em: 22/11/2021; Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-7>

RESUMO:

O objetivo desse artigo é verificar a ocorrência de casos de exploração do trabalho humano na região Amazônica, de modo a identificar suas causas e os fatores que estimulam e/ou possibilitam tais ocorrências. Para isso foi realizado um estudo sobre o trabalho escravo na atualidade, visto sob a ótica da Geografia do Trabalho. O levantamento de informações foi efetuado através de consultas a duas fontes de dados que constituem a principal forma de conhecimento e mensuração do trabalho escravo no Brasil: a Comissão Pastoral da Terra e o antigo Ministério do Trabalho, atualmente transformado em Secretaria de Trabalho, vinculado ao Ministério da Economia. Outras bases de dados consultadas foram: *Walk Free Foundation*, Organização Internacional do Trabalho. A pesquisa revelou que em pleno século XXI, no Brasil e no mundo, ainda existem muitas pessoas submetidas à variadas formas e práticas de trabalho em condições análogas a de escravo, também conhecida como escravidão contemporânea. Observou-se que o sistema brasileiro de combate ao trabalho escravo, que completou 26 anos em janeiro de 2021, já conseguiu resgatar mais de 54 mil pessoas, estando a maioria na zona rural dos municípios da Amazônia Legal. Por fim, constatou-se que a maioria dos casos identificados na Amazônia estão associados à expansão da fronteira agropecuária sobre a floresta, demonstrando, portanto, uma estreita relação entre devastação e utilização de trabalho escravo.

Palavras-chave: Geografia do Trabalho; Trabalho Escravo; Escravidão Contemporânea; Amazônia.

THE EXPLOITATION OF SLAVE LABOR AS A STRATEGY OF NEOLIBERAL CAPITALISM IN THE AMAZON

¹ Este trabalho faz parte da disciplina Geografia do Trabalho e Conflitos Territoriais na Amazônia, ministrada no curso de mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Acre.

ABSTRACT

The objective of this article is to verify the occurrence of cases of exploitation of human labor in the Amazon region, in order to identify its causes and the factors that stimulate and/or enable such occurrences. To this end, a study was carried out on slave labor today, seen from the perspective of the Geography of Labor. The gathering of information was carried out through consultations with two sources of data that constitute the main form of knowledge and measurement of slave labor in Brazil: the Pastoral Land Commission and the former Ministry of Labor, currently transformed into the Secretariat of Labor, linked to the Ministry of Labor. Ministry of Economy. Other databases consulted were: Walk Free Foundation, International Labor Organization. The research revealed that in the 21st century, in Brazil and in the world, there are still many people subjected to various forms and practices of work in conditions analogous to slavery, also known as contemporary slavery. It was observed that the Brazilian system to combat slave labor, which turned 25 in January 2020, has already managed to rescue more than 54 thousand people, the majority of whom are in the rural areas of the municipalities of the Legal Amazon. Finally, it was found that most of the cases identified in the Amazon are associated with the expansion of the agricultural frontier over the forest, thus demonstrating a close relationship between devastation and the use of slave labor.

Keywords: Geography of Work; Slavery; Contemporary Slavery; Amazon.

LA EXPLOTACIÓN DEL TRABAJO ESCLAVO COMO ESTRATEGIA DEL CAPITALISMO NEOLIBERAL EN LA AMAZONÍA

RESUMEN

El objetivo de este artículo es verificar la ocurrencia de casos de explotación laboral humana en la región amazónica, con el fin de identificar sus causas y los factores que estimulan y/o posibilitan tales ocurrencias. Para ello, se realizó un estudio sobre el trabajo esclavo en la actualidad, visto desde la perspectiva de la Geografía del Trabajo. La recopilación de información se realizó a través de consultas con dos fuentes de datos que constituyen la principal forma de conocimiento y medición del trabajo esclavo en Brasil: la Comisión Pastoral de la Tierra y el que era el antiguo Ministerio de Trabajo, actualmente transformado en Secretaría de Trabajo, vinculado al Ministerio de Economía. Otras bases de datos consultadas fueron: Walk Free Foundation, Organización Internacional del Trabajo. La investigación reveló que en el siglo XXI, en Brasil y en el mundo, todavía hay muchas personas sometidas a diversas formas y prácticas de trabajo en condiciones análogas a la esclavitud, también conocida como esclavitud contemporánea. Se observó que el sistema brasileño de combate al trabajo esclavo, que cumplió 25 años en enero de 2020, ya logró rescatar a más de 54 mil personas, la mayoría de las cuales se encuentran en las zonas rurales de los municipios de la Amazonia Legal. Finalmente, se encontró que la mayoría de los casos identificados en la Amazonía están asociados con la expansión de la frontera agrícola sobre el bosque, demostrando así una estrecha relación entre la devastación y el uso de mano de obra esclava.

Palabras clave: Geografía del trabajo; Trabajo esclavo; Esclavitud contemporánea.

1. INTRODUÇÃO

O mundo vive um momento crítico desde o surgimento da COVID-19¹. A pandemia ocasionada por essa doença vem impactando diversos aspectos da vida das populações, especialmente o trabalho. Em matéria publicada no Uol Notícias, em julho de 2020, Sakamoto informa que desde o dia 26 de fevereiro do referido ano – data em que foi registrado o primeiro caso de COVID-19 no Brasil - 201 pessoas foram resgatadas da escravidão contemporânea. Somente no primeiro semestre de 2020, 231 pessoas foram libertadas em 45 operações promovidas pelo Ministério da Economia, que incorporou a área de fiscalização do extinto Ministério do Trabalho.

De acordo com o artigo 149 do Código Penal, quatro elementos podem definir escravidão contemporânea: trabalho forçado (que envolve cerceamento do direito de ir e vir), servidão por dívida (um cativo atrelado a dívidas, muitas vezes fraudulento), condições degradantes (trabalho que nega a dignidade humana, colocando em risco a saúde e a vida) ou jornada exaustiva (levar ao trabalhador ao completo esgotamento dado à intensidade da exploração, também colocando em risco sua saúde e vida). Trabalhadores têm sido resgatados em fazendas de gado, soja, algodão, café, frutas, erva-mate, batatas, na derrubada de mata nativa, na produção de carvão para a siderurgia, na construção, em oficinas de costura, em bordeis, entre outras atividades. (SAKAMOTO, 2020, sem paginação).

Ainda de acordo com Sakamoto (2020), os mais afetados pelo novo coronavírus são os trabalhadores informais, que não possuem nenhuma garantia ou estabilidade financeira, reflexo da ausência de empregos fixos com toda a estabilidade que lhes são necessárias. Dessa forma, tais laboriosos acabam sendo obrigados a se submeterem a situações desumanas para garantir sua sobrevivência.

Esse é apenas um dos muitos exemplos sobre o modo como a “sociedade do trabalho” (termo utilizado por Ruy Moreira em seu livro “A geografia do espaço mundo: conflitos e superações no espaço do capital”), dentro da lógica capitalista, se apresenta de forma desigual e injusta para os trabalhadores. Mas como podemos definir o trabalho? Segundo Marx (2010, p. 211), “[...] o trabalho é um processo de que participam homem e natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula, e controla seu intercâmbio material com a natureza”.

Para Moreira (2016, p. 53) “o trabalho é a fonte de origem de toda a sociedade”, definindo-o como a troca metabólica entre o homem e a natureza através de um processo de

¹ De acordo com o Ministério da Saúde (2020), trata-se de uma doença causada pelo Corona vírus, comum em diversas espécies de animais, mas que acabou contaminando também os seres humanos.

produção que envolve matéria corpórea e intercâmbio de energia. Ao mesmo tempo em que o homem modifica o meio ambiente natural, o mesmo acaba influenciando-o.

Prieb e Carcanholo (2011) nos explicam que a palavra trabalho se origina do latim *tripalium*, instrumento de tortura utilizado para empalar escravos rebeldes e os prisioneiros de guerra. Tal termo, portanto, carrega consigo uma carga imensa de desprazer, muito adequado a sociedades onde predomina o trabalho forçado em áreas tidas como vergonhosa. Ainda de acordo com os autores, o trabalho é o ato pelo qual os homens transformam conscientemente o meio ambiente (natureza) no qual habitam, retirando dele suas necessidades básicas e supérfluas.

Marx (2010) explica que o homem, ao modificar a natureza e retirar dela aquilo que necessita (ou deseja) acaba por modificar a si mesmo, e é esse fator que diferencia o ser humano dos demais animais. O resultado do seu trabalho é algo que foi previamente pensado, imaginado e, ao final, idealizado, sendo a terra e tudo que ela oferece seu “celeiro natural”.

O trabalho está presente nas sociedades humanas desde os seus primórdios, e objetiva suprir, inicialmente, as necessidades básicas dos seres humanos, mas acaba sempre evoluindo para o desejo de obter riquezas, algo perceptível em todos os modos de produção, como o escravista, o feudal, o capitalista, entre outros. (PRIEB E CARCANHOLO, 2011).

Todas as sociedades necessitam do trabalho. De acordo com Moreira (2016) o valor do trabalho varia de acordo com o tempo. Em sociedades mais antigas, predominava o valor de uso, e quase não se falava em valor de troca. Com o passar do tempo, essa situação se inverte, e o valor de troca do trabalho passa a ser a base das sociedades capitalistas até os dias atuais.

O mesmo acontece com a forma de trabalho. Nas sociedades pré-capitalistas, predomina o trabalho concreto, produtor de valor de uso. Já nas sociedades capitalistas predominam o trabalho abstrato, produtor de valor de troca. A passagem de uma forma de sociedade para outra significa uma inversão na relação entre duas formas de trabalho, assim como acontece com o valor. (MOREIRA, 2016. p. 114).

Portanto, fica claro que o trabalho é necessário para o desenvolvimento de toda e qualquer sociedade, e para que ele ocorra de forma satisfatória, são necessários os *meios* e os *objetos* de trabalho. Os meios são os instrumentos utilizados para executar certas tarefas e ofícios, como maquinário e ferramentas. Já os objetos são os recursos retirados da natureza sem a necessidade prévia de fabricação. Muitos deles acabam sendo denominados de matéria prima (PRIEB E CARCANHOLO, 2011). “Quando seus meios (instrumental) e seu objeto (matérias-

primas etc.) já são produtos, o trabalho consome produtos para criar produtos, ou utiliza-se de produtos como meios de produção de produtos”. (MARX, 2010. p. 217. Grifo do autor).

Na sociedade capitalista, o único meio de trabalho disponível aos trabalhadores é a sua própria força, ou mão de obra, que eles vendem aos donos dos meios de produção por um determinado valor através de um contrato. É justamente o contrato assinado entre o trabalhador e o capitalista que diferencia as modernas sociedades capitalistas do feudalismo ou do escravismo, por exemplo.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar, este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. (MARX, 2010. p. 211)

Outra característica que diferencia as sociedades capitalistas é a alienação. De acordo com Marx (*apud* PRIEB E CARCANHOLO, 2011), a alienação tem dois significados: o primeiro é a relação entre os trabalhadores e o fruto do seu trabalho, que não produz para si, mas para o dono dos meios de produção; e o segundo é a relação interna dos trabalhadores com o processo de valorização, ou seja, eles não encontram prazer ou satisfação no que produzem, e o que trazem é apenas desgaste físico e mental.

Desse modo, o capitalismo sempre consegue obter lucros muito acima do que realmente merece, pois a renda mensal como direitos do trabalhador, acaba sendo privada. Todavia, de acordo com Antunes (2002,) após um longo período próspero de acumulação, advindos principalmente do Fordismo e do Keynesianismo, o capitalismo se viu imerso em uma profunda crise estrutural, evidenciada pelos fatores: queda da taxa de lucro, causada principalmente pelo aumento do preço da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista de produção, incapaz de responder a acentuada queda de consumo; a autonomia da esfera financeira diante dos capitais produtivos; a concentração de capitais ocorrida graças à fusão de grandes empresas; a crise do *welfare state*; e por fim, pelo incremento acentuado das privatizações.

Para responder a essa crise, o capital começa a reorganizar seu sistema ideológico e político, resultando no neoliberalismo, na privatização do Estado, na desregulamentação dos direitos trabalhistas e no desmantelamento do setor produtivo estatal. A principal consequência de todos esses fatores, no entanto, é a redução dos direitos trabalhistas, promovida tanto pelo Estado quanto pelo capital. A isso, soma-se ainda a apropriação e destruição da natureza em um grau elevado. Esse período ficou conhecido como Toyotismo e, segundo Antunes 2002,

Foi no referido contexto que o chamado Toyotismo e a era da acumulação flexível emergiram no Ocidente. O quadro crítico, a partir dos anos 70, expresso no modo contingente como crise do padrão de acumulação taylorista/fordista. Já era expressão de uma crise estrutural do capital que se estendeu até os dias atuais e fez com que entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando recuperar do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho, que, como vimos, questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social. (ANTUNES, 2002. p. 47).

O processo produtivo do capital começa a passar por transformações estruturais por meio de novas formas de acumulação e organização e um intenso processo tecnológico, característico do Toyotismo, tendo seus moldes assentados no modelo japonês. Além disso, torna-se imperioso que as lutas sociais sejam controladas e encerradas. Para isso, optou-se por recuperar a hegemonia do capital sobre as mais diversas esferas da sociedade.

Ainda de acordo com Antunes (2002), entre as mudanças propostas pelo modelo Toyotista está o advento de um novo trabalhador, mais qualificado, participativo, multifuncional, polivalente e dotado de uma maior participação dentro do mercado de trabalho. Tal advento é apenas uma intensificação dos modelos anteriores (Fordismo e Taylorismo) e não uma nova proposta, pois é possível identificar uma paulatina intensificação do sistema *just in time*.

Tomaney (1996 *apud* ANTUNES, 2002) explica que essa nova doutrinação imposta pelo sistema Toyotista nos passa a ideia de que as mudanças técnicas permitem aos trabalhadores serem mais cooperativos com o trabalho. Todavia, a tecnologia computadorizada tem exigido mão de obra cada vez mais qualificada, consolidando a produção em larga escala e formas de acumulação mais intensivas. Ainda de acordo com o autor, a tese de que existe um período “pós-fordista” é uma grande falácia, pois o capitalismo apenas se aprofunda em seu processo produtivo, intensificando cada vez mais o trabalho. Trata-se, portanto, de um processo contínuo de exploração do trabalhador.

Esse regime de acumulação flexível surgido com maior força a partir de 1973 possui como principais características a “divisão de mercados, o desemprego, a divisão global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades e a reorganização financeira e tecnológica” (HARVEY, 1996, p. 363-364 *apud* ANTUNES, 2002. p. 50). Acrescenta-se a essas características o processo de terceirização, tão em voga atualmente.

Outra falácia existente no mundo capitalista do trabalho, é a “qualidade total” dos processos produtivos, ou seja, a ideia de que, quanto maior a qualidade de um produto, menor

o seu tempo de duração, gerando com isso um fluxo constante e contínuo de reposição. Tal fluxo resulta em trabalhadores produzindo cada vez mais produtos, seja para fabricar tais produtos, seja para adquiri-los (ANTUNES, 2002).

Portanto, a “classe-que-vive-do-trabalho” (termo alcunhado por Ricardo Antunes em seu livro “Os Sentidos do Trabalho”, de 2002) remete a todos os trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário aos donos dos meios de produção. Tal classe não envolve apenas trabalhadores manuais, mas todo e qualquer tipo de trabalho, tanto produtivo quanto improdutivo, como aqueles que exercem suas funções apenas na área do serviço.

Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que *vendem sua força de trabalho em troca de salário*, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa porção incorpora o *proletariado precarizado*, o *subproletariado moderno*, *part time*, o novo proletariado dos Mc Donalds, os *trabalhadores hifenizados* de que falou Beynon, os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas *liofilizadas* e que falou Juan José Castillo, os trabalhadores assalariados da camada “economia informal”, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além de trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do *desemprego estrutural*. (ANTUNES, 2002. p. 103-104. Grifo do autor).

Por tanto, após todos esses apontamentos teóricos, a questão que precisa ser discutida é: de que forma o trabalho escravo, após todas essas mudanças ocorridas no seio capitalista, se encontra inserido na sociedade atual?

No ordenamento jurídico brasileiro a definição do trabalho escravo contemporâneo está descrita no art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 do Código Penal, o qual estabelece ser crime:

Reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 2003, página não numerada).

Desse modo, o trabalho análogo ao de escravo acontece quando existe um aproveitamento da circunstância vulnerável a qual o trabalhador está exposto, por meio de ameaças e punições físicas e psicológicas. Sento-Sé (2011) questiona o fato de a legislação usar a denominação condição análoga à escravidão, por entender que esse tipo de trabalho já teria sido extirpado do ordenamento jurídico brasileiro desde 1888, com a Lei Áurea. Na sua visão, o grau de exploração e vilipêndio imposto pelo patrão ao trabalhador é tão agressivo que não é

incorreto utilizar o termo trabalho escravo. O trabalhador que se encontra nesta condição em pouco difere do escravo da Idade Antiga ou do período da colonização portuguesa no Brasil a partir do século XVI.

O autor supracitado lembra ainda que o escravo era parte integrante do patrimônio do seu senhor, representando um alto investimento econômico. Na atualidade, a mão de obra em situação de escravidão é considerada descartável e inutilizável pelo explorador, particularmente quando se encontra idosa, doente ou, por qualquer outra razão, desnecessária para o trabalho. O patrão não tem nenhum tipo de compromisso com esses trabalhadores, uma vez que tem a sua disposição um exército de pessoas prontas para trabalhar em condições semelhantes, por viverem em um quadro de pobreza e miséria (SENTO-SÉ, 2011).

Portanto, utilizaremos o conceito de *trabalho escravo contemporâneo* de forma a abordar a exploração da mão de obra escrava na Amazônia no momento atual. Objetivamos com isso verificar a incidência de casos de exploração do trabalho humano na região, na condição de escravo contemporâneo, conhecer suas causas e os fatores que desencadeiam ou predisõem tais ocorrências, bem como identificar quais os tipos de explorações sofridas e sob quais circunstâncias estão submetidos os trabalhadores. Para tal, foi realizado um estudo sobre o trabalho escravo na atualidade, visto sob a ótica da Geografia do Trabalho, por meio de leituras e debates promovidos na disciplina Geografia do Trabalho e Conflitos Territoriais na Amazônia.

O levantamento de informações foi efetuado através de consulta a duas fontes de dados que constituem a principal forma de conhecimento e mensuração do trabalho escravo no Brasil: a Comissão Pastoral da Terra e o antigo Ministério do Trabalho, atualmente transformado em Secretaria de Trabalho, vinculado ao Ministério da Economia. Outras bases de dados consultadas foram: *Walk Free Foundation*, Organização Internacional de Trabalho e Instituto Nacional. Artigos científicos, dissertações, teses, livros e jornais também compuseram a base de pesquisas bibliografia deste trabalho. Cabe lembrar que os números referentes aos casos de trabalho escravo, aqui considerados até janeiro de 2020, podem apresentar divergências, uma vez que foram utilizadas diferentes fontes, que adotam metodologias distintas. Todavia, os resultados obtidos são coesos com ambos os dados, que mesmo apresentando números diferentes explicitam a mesma realidade ou situação.

Para dissertar sobre o tema, este trabalho foi estruturado em sessões assim organizados: Introdução – onde é apresentada uma breve reflexão sobre o trabalho escravo contemporâneo;

2 – apresenta o panorama sobre o trabalho escravo no mundo e no Brasil destacando os países e estados com maior incidência de trabalho análogo a escravidão; 3 – apresenta uma breve análise do trabalho escravo contemporâneo no Brasil e na Amazônia e, as Considerações Finais.

2. O TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Todas as formas de escravidão são uma agressão aos direitos humanos, pois atingem diretamente a dignidade humana. Logo, a referida prática – que coisifica o ser humano – está vedada, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Tradicionalmente, nos referimos ao trabalho escravo como aquele característico do período colonial. A escravidão histórica - período que vai da metade do século XV ao fim do século XIX - estava baseada na raça e era vista como opção para um uso da terra que favorecesse o enriquecimento dos proprietários nas novas colônias do Novo Mundo (MARRIE, 2019).

A diferença entre a escravidão histórica e a atual é quase imperceptível. Hoje, os escravos têm sua mão de obra explorada, com vistas a gerar lucro para seus senhores, em escala global. Essa escravidão se concentra principalmente no trabalho e no matrimônio forçado, incluindo discriminação por região, faixa etária e gênero. Seu impacto é global e nenhum país está isento dessa prática (*THE MINDEROO FOUNDATION*, 2018).

A escravidão moderna atinge a maioria dos países, independentemente do seu tamanho, população ou riqueza. Esse crime permeia as fronteiras nacionais e as cadeias de suprimentos globais. Mesmo nos países com leis e sistemas aparentemente fortes, existem lacunas críticas, especialmente para os mais vulneráveis. O Índice Global de Escravidão 2018¹ da fundação *Walk Free*, avalia que existem 40,3 milhões de pessoas vítimas de escravidão no mundo. Destas, 71% são mulheres e um número significativo (15 milhões) vivem em casamentos forçados. Aproximadamente 25 milhões de pessoas realizam trabalhos forçados, entre os quais, aproximadamente 16 milhões de pessoas na economia privada (trabalho doméstico, construção ou agricultura). Ressalta-se que, embora exista um número significativo de escravos no setor

¹ O Índice Global de Escravidão é um documento que apresenta informações referentes a escravidão contemporânea e ao tráfico de pessoas desenvolvendo parâmetro histórico destes problemas no Brasil e no mundo. Conforme esse documento, o conceito de escravidão moderna inclui as pessoas que estão presas a um contratante por dívida contraída, ou que são mantidas como trabalhadores domésticos para pagar por um serviço. O referido documento é produzido através de uma parceria da *Walk Free Foundation* com a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a Organização Internacional para as Migrações – OIM. Sua edição mais recente é de julho de 2018

privado, apenas 40 países investigaram as cadeias de suprimentos públicas ou comerciais para combater esse tipo de exploração.

Estudos disponibilizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicam que o trabalho infantil abrange 152 milhões de crianças, a maioria na faixa etária de 5 a 14 anos. Destas, quase a metade realiza trabalhos forçados em atividades perigosas, como exploração sexual comercial, participação em conflitos armados e tráfico de drogas. Cerca de 108 milhões de crianças trabalham na agricultura, 26 milhões no setor de serviços, incluindo trabalho doméstico, e 18 milhões na indústria de transformação. (OIT, 2019).

Outros grupos particularmente vulneráveis ao trabalho escravo são os povos indígenas e os migrantes. Estes últimos, mesmo quando resgatados, não recebem tratamento digno, sofrendo deportações ou sendo detidos por violações de migração em cerca de 60 países.

A maior concentração de população em regime de escravidão está na Ásia, que responde por 62% dos casos. O ranking é liderado Índia com quase 14 milhões de trabalhadores escravizados e pela Coreia do Norte, onde o índice de escravização é de 104 pessoas para cada mil habitantes. Em seguida temos: Eritreia (93/1000), Burundi (40/1000), República Central Africana (22/1000), Afeganistão (22/1000), Mauritânia (21/1000), Sudão do Sul (20,5/1000), Paquistão (17/1000), Camboja (17/1000) e Irã (16/1000). Na América Latina, Venezuela e Haiti são os países que apresentam as maiores taxas, com uma média de 5,6 vítimas para cada mil habitantes (GARCIA, 2018). Os principais produtos cuja produção envolve práticas de escravidão mundialmente importados são: cana-de-açúcar, cacau, peixes, eletrônicos e vestimentas.

Segundo o Índice Global de Escravidão 2018, no Brasil, em 2016, existiam cerca de 369 mil pessoas vivendo em condições de escravidão. Mesmo assim, o país foi classificado com baixa incidência de escravidão e considerado como um dos que mais combatiam esse problema dentro do G20 (grupo dos 20 países mais desenvolvidos e industrializados). No *ranking* geral, a nação recebeu a mesma nota que Canadá, Dinamarca e Finlândia, indicando que esses governos adotaram medidas de combate a escravidão, tais como apoio às vítimas e criação de leis que criminalizam certas formas de escravidão moderna (SINAIT, 2018).

3. UMA BREVE ANÁLISE DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

a. O Trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Após a promulgação da Lei Áurea (1888), no Brasil ratificaram-se diversos tratados internacionais comprometendo-se com o combate à escravidão, tais como as convenções da Organização Internacional do Trabalho e das Nações Unidas (criada em 1919), que tratam desse tema. Do mesmo modo, é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, no ano de 1995 o Brasil foi o primeiro país a reconhecer oficialmente a existência de trabalho forçado em seu território. O então presidente Fernando Henrique Cardoso criou a política de erradicação do trabalho escravo, que foi posteriormente mantida e aperfeiçoada nas gestões dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. A referida ação tornou-se uma política de Estado e não de Governo (REZENDE *et al.*, 2017). Contudo o decreto de número 9.759/2019, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), fragiliza os mecanismos de controle do trabalho análogo à escravidão no país.

Em 2003, no governo do Presidente Lula da Silva, foi criado o Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, com a adesão de centenas de empresas que firmaram compromisso de não cometer tal crime. Desde então, passou a ser divulgado um cadastro público dos empregadores flagrados com mão de obra escrava. Esse cadastro é também denominado Lista Suja do Trabalho Escravo e tem se constituído como uma das principais ferramentas no combate a tal crime. Foi também estabelecido o dia 28 de janeiro como o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, criado através da Lei n.º 12.064, de 29 de outubro de 2009.

Apesar dos esforços empreendidos com vistas a erradicar essa forma desumana de exploração dos trabalhadores, ela ainda persiste e está longe de ser solucionada. Em outubro de 2016, no governo do presidente José Temer, o Brasil foi o primeiro país a ser condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por tolerar a existência de trabalho escravo em seu território. Foi responsabilizado internacionalmente pela violação das garantias trabalhistas dos 85 trabalhadores resgatados de uma fazenda no estado do Pará, no ano 2000 (O GLOBO, 2016; GARCIA, 2018). O governo brasileiro reconheceu a sentença e firmou compromisso em implementar e aprimorar a política nacional de enfrentamento ao trabalho escravo,

principalmente quanto à manutenção do conceito e a investigação, processamento e punição dos responsáveis pelo delito (CONSULTOR JURÍDICO, 2016).

A política nacional de combate ao trabalho escravo sofreu e ainda sofre muitos ataques por parte dos grupos que deixaram de lucrar com essa forma de exploração desumana. O setor ruralista, cuja representação parlamentar surgiu formalmente em 1995, cresceu consideravelmente nas duas últimas eleições (2014 e 2018), vem conseguindo impor suas agendas, pressionado a flexibilização das leis e destruindo os avançados instrumentos que fizeram do Brasil uma referência internacional no combate ao trabalho escravo.

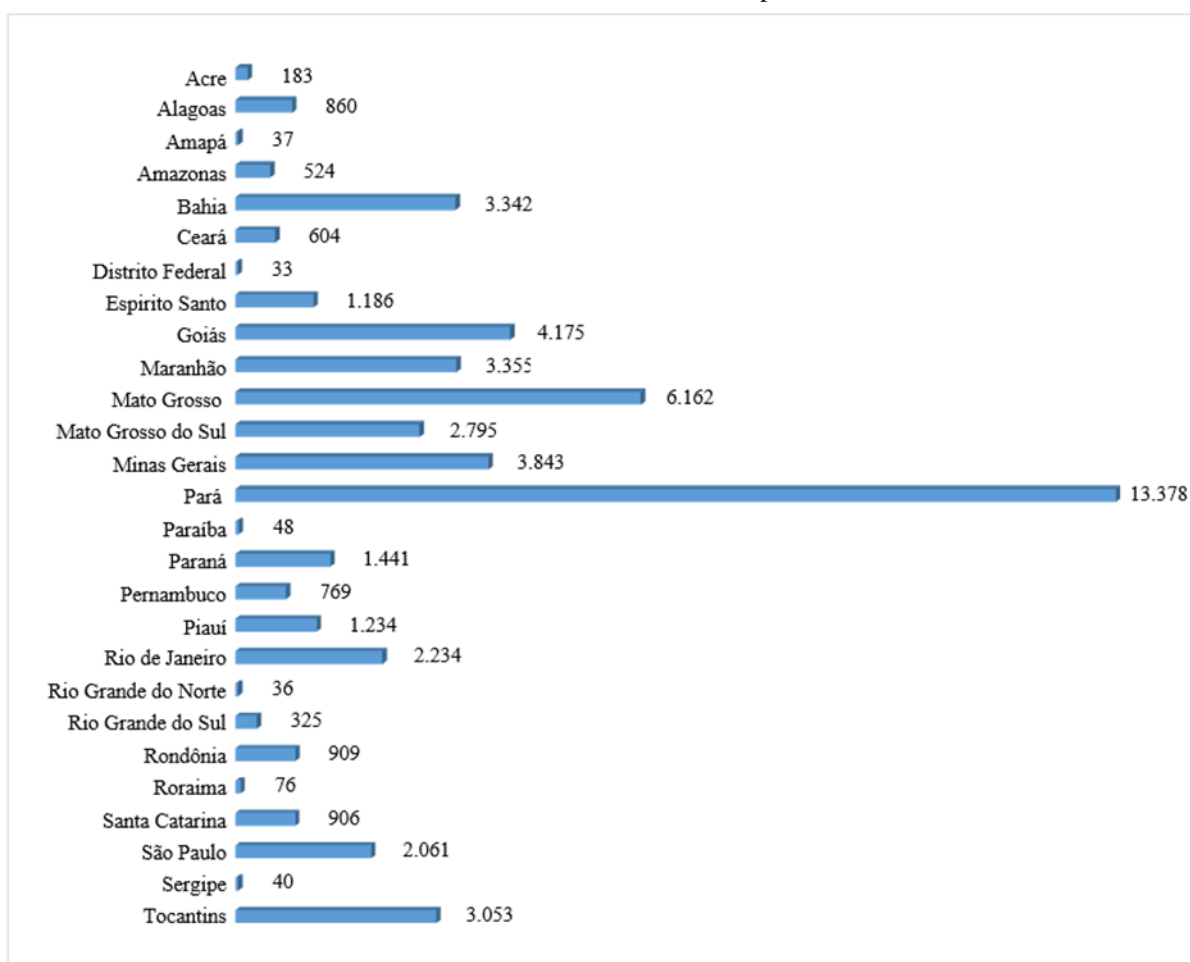
A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1995, atua contra a prática do trabalho escravo. Em 2019, realizou um levantamento dos trabalhadores libertados do trabalho escravo no Brasil no período de 1995 a 2018, conforme consta no Gráfico 1.

Tradicionalmente, o trabalho escravo esteve restrito às regiões de fronteira agropecuária: Amazônia, Cerrado e Pantanal. Concentrava-se em atividades como a pecuária bovina, as carvoarias e os bordéis. Com a intensificação das operações de fiscalização em centros urbanos esse cenário mudou e hoje está presente em metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente nos setores de confecções, trabalhos domésticos e da construção civil (RESENDE *et al.*, 2017).

Quanto à ocorrência de trabalho escravo por atividade econômica, ele pode ser encontrado na siderurgia, mineração, destilarias, usinas de álcool e açúcar, carvoarias, madeireiras, garimpos, olarias, fazendas de café, soja, agropecuárias, produtoras de estanho, citros, sementes de gramíneas, reflorestamento/celulose e plantações de seringas. Conforme citado anteriormente, está presente também na construção civil na confecção de roupas e nos trabalhos domésticos (RADAR SIT, 2020).

As informações da Divisão de Fiscalização do Trabalho Escravo mostram que embora a cor da pele e a etnia já não sejam fatores determinantes para a escravidão contemporânea, a proporção de negros entre as pessoas resgatadas ainda é muito alta, o que demonstra que o processo incompleto de abolição não garantiu a real inclusão aos descendentes dos africanos traficados para o Brasil. Os trabalhadores escravizados são majoritariamente pobres e pretos. E a “pobreza no Brasil tem preferência por cor de pele” (SAKAMOTO, 2020, p. 5).

Gráfico 1 – Trabalhadores libertados do trabalho escravo no período de 1995 a 2018 no Brasil.



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2019.

O Atlas do Trabalho Escravo no Brasil, 2012, apresenta o perfil do trabalhador típico do trabalhador escravo brasileiro na atualidade, como: uma pessoa do sexo masculino, analfabeto funcional, que migra do Maranhão, do Norte de Tocantins ou oeste do Piauí, para municípios de criação recente da Amazônia, onde são utilizados sobretudo em atividades ligadas ao desmatamento. Embora exista um expressivo número de escravos em outras regiões – especialmente no Nordeste e Centro-Oeste – e em outros setores, esse era o perfil predominante (THÉRY, 2012).

Outra forma de escravidão no Brasil refere-se a imigrantes de diferentes nacionalidades que se deslocaram para fugir de crises políticas, econômicas, humanitárias e de catástrofes ambientais em seus países de origem. Entre estes predominam bolivianos, paraguaios, haitianos e venezuelanos. Segundo informações da Secretaria de Inspeção do Trabalho, entre os anos de 2010 e 2019, foram resgatados 723 estrangeiros, procedentes dos países citados, foram

encontrados da escravidão, mais da metade encontrados em São Paulo, trabalhando no setor de confecção e construção civil (RADAR SIT, 2020).

É importante refletir sobre os porquês de, mesmo após um século da abolição, o trabalho escravo ainda permanece no Brasil. Quem lucra com o trabalho escravo? Qual a relação da lógica capitalista atual com esse modo de apropriação de trabalho, tida como arcaica, mas que ainda vigora até os dias de hoje, em especial na Amazônia? Conforme alerta Ricardo Rezende: compreender essas modalidades nefastas de superexploração do trabalho, da qual a escravidão moderna é a sua forma mais abjeta, é um imperativo categórico do nosso tempo (REZENDE *et al.*, 2017).

Sakamoto (2020) informa que o trabalho escravo contemporâneo não representa apenas os vestígios de modos de produção obsoletos que conseguiram sobreviver ao capitalismo. Essa superexploração do trabalho se constitui em ferramenta fundamental empregada pelos empreendimentos para obtenção de lucro fácil, potencializando seus métodos de produção e expandindo sua competitividade na economia globalizada. Ou seja, alguns empregadores utilizam essa alternativa como um meio desleal para ganhar competitividade no mercado ou para aumentar suas margens de lucro.

Rezende *et al.* (2017) consideram essa fase a mais destrutiva de que se tem notícia na história do capitalismo, desde a Revolução Industrial. Os mecanismos criados ao longo de décadas com vistas a garantir um mínimo de direitos e dignidade aos trabalhadores estão sendo gradualmente desmontados. Conforme afirmação da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2020), os empregadores se uniram com vistas a aprovar políticas públicas liberalizantes que reduzem direitos e desmontam os mecanismos de controle social e de fiscalização pública aprofundando as desigualdades sociais. Essa situação tem se intensificado na gestão do governo Bolsonaro, a partir de janeiro de 2019.

A transformação do Ministério do Trabalho em Secretaria Especial, vinculada ao Ministério da Economia, evidencia uma política que visa atender aos interesses de grandes empresas em detrimento dos anseios e necessidades da classe trabalhadora. A Secretaria criada não tem peso político e nem orçamento adequado para exercer suas funções. Em janeiro de 2020, através de uma nota, a CPT expressou sua preocupação em relação as restrições orçamentárias e a carência de recursos humanos dedicados à fiscalização do trabalho escravo. A nota informa que no período de 2008 a 2014, a fiscalização alcançou uma média anual de 315 estabelecimentos, destes, mais da metade na Amazônia (163). Desde então, observa-se um

decréscimo das ações. Em 2019 foram fiscalizados 267 estabelecimentos, estando apenas 78 localizados na região. Tal fato demonstra que a Amazônia deixou de ser foco relevante da fiscalização.

Busca-se retirar a autonomia e protagonismo dos auditores fiscais do Trabalho por meio de alterações na legislação, como a Medida Provisória – MP nº 905/2019, que aprofunda as alterações já realizadas pela Lei 13.346/2017, alterando os procedimentos dos auditores em suas atividades rotineiras de fiscalização, dificultando a execução de seus trabalhos.

A Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) que promoveu a flexibilização das leis e retirou direitos trabalhistas, converteu trabalhadores em autônomos, terceirizados e pejetizados à força, enfraquecendo a sua capacidade de organização e mobilização, contribuindo assim para o crescimento da exploração e conseqüentemente do trabalho escravo, que com a falta de fiscalização e organização das classes trabalhadoras, se torna invisível (CPT, 2020).

b. O trabalho escravo contemporâneo na Amazônia brasileira

Em 1971 aconteceram as primeiras denúncias sobre a existência da escravidão contemporânea no Brasil, através de Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. No mesmo período, a CPT denuncia a existência de trabalho escravo em fazendas na Amazônia. Estima-se que tenham sido escravizados aproximadamente 100 mil trabalhadores até a década de 1980 (REPÓRTER BRASIL, 2017). Desde então, existe registro de trabalho escravo em diversas localidades do Brasil.

Entre os anos 1995 a 2019 os fiscais do Trabalho encontraram 54.687 trabalhadores escravizados, dos quais 42.573 estavam na zona rural. A maior parte dos casos registrados estavam localizados nos estados da Amazônia Legal. Os maiores números de ocorrências foram nos seguintes municípios: São Félix do Xingu-PA (1066), Marabá-PA (575), Novo Repartimento-PA (531), Açailândia - MA (421), Itupiranga -PA (415), Rondon do Pará - PA (408), Pacajá - PA (395), Goianésia do Pará - PA (377), Bom Jardim - PA (361), São Geraldo do Araguaia - PA (345), Paragominas - PA (302), Santana do Araguaia - PA (298), Boca do Acre - AM (296) e Lábrea - AM (232), (RADAR SIT, 2020).

No mesmo período (1995-2019), a Inspeção do Trabalho encontrou 235 trabalhadores no Estado do Acre em condições análogas à escravidão, localizados principalmente em fazendas de gado nos municípios de Rio Branco (154), Bujari (66), Sena Madureira (44), Tarauacá (23), Plácido de Castro (15), Porto Acre (12), Feijó (12) e Xapuri (11).

Cabe citar ainda o Tocantins, o mais novo estado da federação, e já o quinto na classificação nacional do trabalho escravo. Dos seus 139 municípios, 82 já registraram casos de escravidão moderna, e desde 1995, mais de 3 mil trabalhadores já foram resgatados. Os casos se concentram principalmente no norte do estado, onde está localizada a região do Bico do Papagaio. Essa área se destaca pela produção agropecuária e pela agroindústria impulsionada pela produção de grãos, como a soja, destinada à exportação. Os casos registrados na região sul são em menor proporção e ocorrem nas carvoarias e fazendas de gado.

O Estado do Tocantins é um polo de atração de trabalhadores migrantes em busca de emprego e um ponto intermediário de diversas rotas migratórias de trabalhadores de municípios do Nordeste que se dirigem para o Pará ou Goiás. É frequente o trânsito de peões que abandonam suas cidades devido à precariedade socioeconômica das mesmas. Nesse contexto, esses trabalhadores ficam mais suscetíveis à exploração no trabalho (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Em Rondônia, um caso que ganhou bastante repercussão foi o da revolta dos trabalhadores do complexo Hidrelétrico das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, ocorrido nos anos de 2011 e 2012. Segundo Alves (2014) a revolta dos trabalhadores foi decorrente de um conjunto de fatores, tais como: péssimas condições de trabalho, em muitos casos análogos à de escravo; intensa migração que gerou uma força de trabalho excedente; mecanismos de precarização que possibilitam a superexploração da mão de obra; e o descumprimento as leis trabalhistas.

Os casos de escravidão contemporânea identificados na Amazônia estão associados principalmente à expansão da fronteira agropecuária sobre a floresta e aos grandes projetos, como a de geração de energia hidrelétrica. Existe uma estreita relação entre devastação e utilização de trabalho escravo. O desmatamento na Amazônia até a década de 1960 atingia menos de 1% de sua área, aumentando para 20% nos últimos 50 anos. Esse processo teve início durante a década de 1970, quando o regime militar incentivou a instalação de empreendimentos econômicos na região e a sua colonização por pessoas de outras partes do país. Desde então, foi implantado um modelo de desenvolvimento predatório, baseado na instalação de grandes projetos de expansão agropecuária, mineração e usinas hidrelétricas.

A principal consequência desse processo foi a devastação de um quinto do território original da floresta (REPÓRTER BRASIL, 2018). As árvores derrubadas viram carvão vegetal para siderurgia e matéria-prima para a construção civil e a indústria de móveis no Brasil e no

exterior, garantindo assim a expansão de megaprojetos de desenvolvimento, por meio da degradação ambiental que vem sendo alimentada através de uma política neoliberal colonialista.

Atualmente, o perfil produtivo não se restringe mais às atividades extrativistas e tradicionais. Porém, por uma série de setores, atividades capitalistas e com emprego de modernas tecnologias alteraram a relação capital-trabalho. Alves (2014, p. 134) afirma que o trabalho no campo, que se apresenta como moderno e tecnificado, se desenvolve às custas da precarização do trabalho, da informalidade e até mesmo do trabalho escravo. Tal fato não ocorre apenas nas fazendas da Amazônia brasileira, como também nos empreendimentos agrícolas localizados nas regiões Centro-Sul.

O Estado do Pará lidera a lista dos campeões em casos de trabalho escravo no país desde 1995. Existem registros de ocorrências em mais da metade de seus municípios, principalmente em atividades como a pecuária, a produção de carvão e o desmatamento. É nessa região que estão localizados oito dos dez municípios com maior número de casos: São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Itupiranga, Rondon do Pará, Pacajá, Goianésia do Pará e São Geraldo do Araguaia. Foram ainda registradas ocorrências nos municípios de Abel Figueiredo, Água Azul, Altamira do Norte, Dom Eliseu, Paragominas, Santana do Araguaia e Tucuruí (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Essa região merece atenção não apenas pelos casos registrados em seu território, mas também por ser uma das principais origens de trabalhadores escravizados no próprio estado e em outras regiões do país. Baianos, maranhenses e paraenses figuram entre os trabalhadores mais explorados do Brasil (REPÓRTER BRASIL, 2018).

Muitos trabalhadores paraenses partem de suas cidades em busca de emprego, motivados por ofertas enganosas. Devido à situação de vulnerabilidade socioeconômica, são levados a aceitar trabalhos precários, de baixa qualificação e curta duração.

Quatro municípios paraenses estão entre os dez primeiros municípios de referência, ou seja, aqueles de onde partem os trabalhadores aliciados, sendo eles: Redenção, Itupiranga, Paragominas e Goianésia do Pará. O que faz do estado um dos principais pontos de partida da exploração.

Como dito anteriormente, existe uma estreita relação entre o desmatamento na Amazônia e a mão de obra escrava. As tabelas 1 e 2 permitem observar essa relação. Os municípios paraenses São Félix do Xingu, Marabá, Novo Repartimento, Paragominas e

Santana do Araguaia figuram entre os que apresentam maiores áreas desmatadas e maiores ocorrências de trabalho escravo.

Tabela 1 - Os dez municípios mais desmatados da história na Amazônia em 2018.

O rdem	Município	Área Desmatada em km ²
1	São Félix do Xingu (PA)	18.733.92
2	Porto Velho (RO)	10.199.63
3	Altamira (PA)	9162.07
4	Paragominas (PA)	8791.73
5	Marabá (PA)	8726.77
6	Novo Repartimento (PA)	8127.06
7	Cumarú do Norte (PA)	7367.82
8	Santana do Araguaia (PA)	7251.58
9	Novo Progresso (PA)	6288.84
10	Santa Maria das Barreiras (PA)	5955.85

Fonte: PRODES/INPE, 2020.

O município de São Félix do Xingu, localizado no sudeste do Pará, ilustra bem como os problemas decorrentes do desmatamento e do trabalho escravo andam de mãos dadas na Amazônia. O município perdeu uma área de vegetação nativa onze vezes superior ao tamanho do município de São Paulo, para implantação de pastagens com 2,3 milhões de cabeças de gado. Sua população é de 110 mil habitantes tendo uma média de 21 bois para cada ser humano. Porém, abrigar esse enorme rebanho bovino, não representa melhoria nas condições de vida de sua população, pois além de ser recordista em desmatamento, também lidera a lista do trabalho escravo.

Tabela 2 - Os dez municípios com maior número de casos de trabalho escravo do Brasil (1995-2019)

O rdem	Município	Trabal hadores
1	São Félix do Xingu (PA)	1066
2	Marabá (PA)	575
3	Novo Repartimento (PA)	531
4	Itupiranga (PA)	415
5	Rondon do Pará-PA	408
6	Pacajá-PA	395
7	Goianésia do Pará-PA	377

8	São Geraldo do Araguaia-PA	345
9	Paragominas-PA	302
1	Santana do Araguaia-PA	298
0		

Fonte: RADAR SIT, 2020.

Entre os anos de 1995 e 2016, os fiscais do Ministério do Trabalho libertaram 1.609 pessoas que viviam em condições desumanas no município de São Félix do Xingu. Eles se dedicavam principalmente a atividades de formação de pastagens, que também envolvem a derrubada de mata nativa. Tais dados não deixam dúvidas sobre a relação direta entre o avanço da pecuária, o desmatamento e o trabalho escravo (REPÓRTER BRASIL, 2017).

Assim, compreender os complexos processos que envolvem a classe trabalhadora mediante as investidas do capital nacional e internacional através da implantação de grandes empreendimentos na região, é fundamental para a análise da dinâmica territorial do trabalho na Amazônia, conforme afirma Alves (2014). Ainda de acordo com o autor, podemos dizer que o Novo Desenvolvimentismo, por meio do capital destrutivista, trouxe consequências nefastas a milhares de trabalhadores e trabalhadoras que passaram a ser controlados ainda mais pelos ditames capitalistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, intitulado a Exploração do Trabalho Escravo como Estratégia do Capitalismo Neoliberal na Amazônia, trouxe como proposta de discussão o entendimento e análise das diversas formas de exploração e precarização do trabalho impostas pela reestruturação produtiva capitalista, levando muitas pessoas a se submeterem a variadas formas e práticas de trabalho em condições análogas a de escravo, também conhecida como escravidão contemporânea.

Observou-se que o sistema brasileiro de combate ao trabalho escravo, que completou 25 anos em janeiro de 2020, já conseguiu resgatar mais de 54 mil pessoas, estando à maioria na zona rural dos municípios da Amazônia Legal, embora seja expressivo o número de escravos em outras regiões do país. Constatou-se que a maioria dos casos identificados na Amazônia estão associados à expansão da fronteira agropecuária sobre a floresta, demonstrando, portanto, uma estreita relação entre devastação e utilização de trabalho escravo.

Ressalta-se que em 1995 o Brasil reconheceu internacionalmente a existência de trabalho escravo em seu território e adotou medidas efetivas para o seu combate. Foi criada a política de erradicação do trabalho escravo, que se tornou uma referência mundial. Hoje, o país dispõe de um conjunto de mecanismos que inclui o apoio às vítimas, um arcabouço jurídico que criminaliza certas formas de escravidão moderna, além de outras medidas para combater o problema. Conta ainda com o apoio de diversas instituições empenhadas na prevenção e combate ao trabalho escravo.

Nas duas últimas décadas, que podem ser classificadas como a fase mais destrutiva na história do capitalismo, as políticas neoliberais provocaram transformações com forte impacto no mundo do trabalho. Seus efeitos mais nefastos recaem sobre a classe trabalhadora, que sofre com a perda de direitos sociais, enfrentando um processo de precarização do trabalho e de deterioração na relação homem-natureza.

As Reformas Trabalhistas que flexibilizaram as leis, beneficiou apenas o mercado empresarial, enfraquecendo os trabalhadores na sua capacidade de organização e mobilização, favorecendo o crescimento da exploração e conseqüentemente do trabalho escravo. Portanto, a exploração da mão de obra escrava constitui-se em um instrumento utilizado pelos empregadores para aumentar seus lucros e ganhar competitividade em uma economia globalizada, beneficiando especialmente as empresas capitalistas.

As ações desenvolvidas pelo governo Bolsonaro, desde a sua posse, representam um retrocesso no combate e prevenção do trabalho escravo. O setor ruralista e outros empregadores se uniram para aprovar políticas públicas liberalizantes que aprofundam as desigualdades, reduzindo direitos e desmontando os mecanismos de controle social e de fiscalização pública. A transformação do Ministério do Trabalho em Secretaria Especial, vinculada ao Ministério da Economia atende apenas aos interesses desses grandes grupos, pois, esvaziada de poder político e sem recursos financeiros e humanos não tem como exercer suas funções. Observa-se inclusive, as tentativas de tirar a autonomia e protagonismo dos auditores fiscais do Trabalho, através de portarias, medidas provisórias e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional.

É possível afirmar que sempre que há um trabalhador sujeito aos ditames do capital, exercendo suas atividades em condições desumanas e tendo seus direitos negados, estamos diante de um trabalho análogo ao de escravo. Por fim, enfatiza-se a importância da luta pelo

fim do trabalho escravo, sem perder de vista que, agora, a luta mais importante é pela manutenção das conquistas e direitos trabalhistas já adquiridos e ameaçados de extinção.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. Orientador: Antonio Thomaz Junior. 2014. 671 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo: Presidente Prudente, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/116027>. Acesso em: 20 set. 2020.

ANTUNES, R. Dimensões da crise estrutural do capital. In: ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

ANTUNES, R. Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **A Cidadania negada** – Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho. São Paulo: Cortez, 2001.

BODART, C. **Origem da Palavra “Trabalho”.** 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/origem-da-palavra-trabalho/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848 de 1940 – Capítulo VI- DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL - Seção I - Dos Crimes Contra a Liberdade Pessoal, Art. 149. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **PRODES** – Amazônia. 2019. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O que é COVID-19.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 01 out. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei n.º 12.064, de 29 de outubro de 2009. Dispõe sobre a criação do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, bem como da Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. **Diário Oficial da União**, 30 out. 2009, Seção 1, nº 208. Brasília: Imprensa Nacional, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=30/10/2009>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Radar SIT.** Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar>. Acesso em: 01 out. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Com risco de crescente invisibilidade, trabalho escravo permanece no Brasil.** 2020. Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/5076-2019-com-risco-de-%20crescente-invisibilidade-trabalho-escravo-permanece-no-brasil>. Acesso em: 01 out. 2020.

CONSULTOR Jurídico. **Em decisão inédita, Corte Interamericana condena Brasil por trabalho escravo**. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-dez-17/brasil-condenado-corte-interamericana-trabalho-escravo>. Acesso em: 01 out. 2020.

GARCIA, M. F. **Escravidados: Brasil é líder na América Latina em escravidão moderna**. 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/escravizados-brasil-e-lider-na-america-latina-em-escravidao-moderna/>. Acesso em: 01 out. 2020.

Théry H.; Théry N.A.M. **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/281697587> Atlas do trabalho escravo no Brasil. Acesso em: 01 out. 2020.

MARRIE, L. Os Migrantes Internacionais como Vítimas do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil. In: **Anais do Congresso de Relações Internacionais no Mundo Atual - RIMA**. Anais. Curitiba (PR) Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA, 2019. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/anais/201739.pdf>. Acesso em: 01 out. 2020.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – livro I**. Tradução SANT ‘ANNA, R. 27 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 211-231.

MOREIRA, R. A sociedade do trabalho. In: MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo**. A geografia do espaço mundo: conflitos e superações no espaço do capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. p. 53-60.

O GLOBO. **OEA condena Brasil por não prevenir trabalho escravo e tráfico de pessoas**. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/oea-condena-brasil-por-nao-prevenir-trabalho-escravo-trafico-de-pessoas-20670609>. Acesso em: 01 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **IPEC+ *Ejecución del Programa de referencia mundial. Hacia un mundo libre de trabajo infantil y trabajo forzoso***. 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@ipec/documents/publication/wcms_633438.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho Forçado**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-escravo/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

PRIEB, S. A. M; CARCANHOLO, R. A. O. O trabalho em Marx. In: CARCANHOLO, R. (Org.). **Capital: essência e aparência**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 147 - 161.

REPÓRTER BRASIL. **Amazônia**: trabalho escravo e dinâmicas correlatas. São Paulo, 2017. Disponível:https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/06/FINAL_folderAmz_2015_WEB.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!** no Pará – 2016/2017. Natália Suzuki (Org.); Equipe _Escravo, nem pensar ‘. – São Paulo, 2018. 64 p. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-no-para/>. Acesso em: 01 out. 2020.

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!** no Tocantins – 2018. Natália Suzuki (Org.); Equipe _Escravo, nem pensar ‘. – São Paulo, 2019. 64 p. Disponível em: http://escravonempensar.org.br/wpcontent/uploads/2019/05/caderno_tocantins_final_baixa.pdf. Acesso em: 01 out. 2020.

REZENDE, R. R.; PRADO, A. A.; GALVÃO, E. M. (Org.) **Discussões Contemporâneas sobre Trabalho Escravo**: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad. 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books/20PT&lr=&id=S4JCDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1&dq=related:z0JAo7sQg3i2iM:scholar.go%20ogle.com/&ots=ZU2gnuFwmZ&sig=hfhyZFjFel7tHMvMLTZ9qEmeIeU&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true. Acesso em: 01 out. 2020.

SAKAMOTO, L. Brasil chega a 55 mil libertados com COVID-19 pressionando trabalho escravo. **Uol**. 21 jul. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/07/21/brasil-atinge-55-mil-resgatados-da-escravidao-dos-quais-231-na-pandemia.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

SAKAMOTO, L. (Org.). **Escravidão Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020. 192 p. E-Book. ISBN 978-85-520-0171-3.

SENTO-SÉ, J. L. A. **A prova do trabalho escravo no processo laboral**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3. Região. Belo Horizonte, v. 53, n. 83, p. 57-71, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://as1.trt3.jus.br/bd-trt3/handle/11103/27186>. Acesso em: 01 out. 2020.

SINDICATO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DO TRABALHO. **Walk Free Foundation publica índice global de escravidão moderna de 2018**. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/site/noticia-view/?id=15927/walk%20free%20foundation%20publica%20indice%20global%20de%20escravidao%20moderna%20de%202018>. Acesso em: 01 out. 2020.

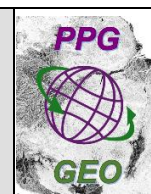
THE MINDEROO FOUNDATION. Global Estimates Of Modern Slavery. 2018. Disponível:https://www.minderoo.org/global-estimates-of-modern-slavery/?utm_medium=301&utm_source=www.minderoo.com.au. Acesso em: 01 out. 2020.

THÉRY, H. **Atlas do Trabalho Escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2012. 80 p. Disponível:https://www.researchgate.net/publication/281697587_Atlas_do_trabalho_escravo_no_Brasil. Acesso em: 01 out. 2020.

THOMAS, JR. A.; PONTE, K. F.; ALVES, J. (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2016. 191 p.

WALK FREE FOUNDATION. The Global Slavery Index. Slavery Alert: Consumer Poll, Brazil. Walk Free Foundation: New York, USA, 9 p. 2014. Disponível em: https://www.minderoo.org/walkfree/?utm_medium=301&utm_source=www.minderoo.com.a
u. Acesso em: 01 out. 2020.

RELATOS DE EXPERIÊNCIAS



(RELATOS DE EXPERIÊNCIAS)

PROJETO DE PAISAGISMOS NO IFAC - XAPURI: IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA

Tecnol. Fernanda Caetano Ferreira da Silva Ribeiro^{1*}, Msc Emerson Zambrano Lara², Msc Claudia Adriana Macedo³, Dra Vanilda Barbosa Galli⁴, Dr. Allison Carlos Assunção Silva⁵, Msc Juliuelmo de Aguiar Corrêa⁶

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7291-5689> ; <https://orcid.org/0000-0003-2064-0295> ;
<https://orcid.org/0000-0003-3955-6770> ; <https://orcid.org/0000-0002-5376-1394> ; <https://orcid.org/0000-0002-5831-6193> ; <https://orcid.org/0000-0001-7372-5078> .

¹ Tecnóloga em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Acre, Acre, Brasil,

² Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Campus Xapuri, Xapuri, Acre, Brasil, Mestre em Ciências de Alimentos pela Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Alimentos da Faculdade de Farmácia, Bahia, Brasil. ³ Professor(a), do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre, Xapuri, Acre, Brasil, Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Acre, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Acre (UFAC), através da Coordenação do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional MDR, Acre, Brasil, ⁴ Professor(a), do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre, Xapuri, Acre, Brasil, Doutora em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, Brasil, ⁵ Professor(a), do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Acre, Xapuri, Acre, Brasil, Doutor em Ciências pela Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Pelotas, Brasil, ⁶ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Campus Xapuri, Xapuri, Acre, Brasil, Mestre em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil.

* fernanda.xpi@outlook.com ;

Recebido em: 03/06/2021; Aceito em: 10/09/2021; Publicado em: 22/09/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-8>

RESUMO

O êxodo rural e a urbanização têm conduzido a construções desordenadas e formação de ilhas de calor. Os antigos jardins, quintais e praças se transformaram em áreas maciças concretadas, levando a baixa qualidade de vida das populações. Nesse cenário o paisagismo é uma importante ferramenta para a reestruturação ecológica em ambientes, buscando a harmonia entre as construções e a natureza. O presente trabalho teve como objetivo descrever a implantação do projeto de paisagismo no IFAC - Campus Xapuri e analisar a percepção de discentes após a execução do projeto. Docentes e discentes do Campus Xapuri aplicaram o projeto de paisagismo em espaços ociosos do IFAC – Xapuri, de 2013 a 2017. O paisagismo foi trabalhado de maneira transdisciplinar e mostrou-se importante ferramenta de ensino aprendizagem, com a participação ativa de aproximadamente 800 discentes ao longo dos 5 anos de execução do projeto. Turmas que não participaram da execução do projeto foram convidadas a preencher questionário. A análise dos dados permitiu visualizar que alunos que já estavam na instituição possuem visão diferente dos recém ingressantes. A relevância do paisagismo nos aspectos estéticos, funcionais e de integração curricular foi consenso entre os discentes avaliados. Nesse estudo, foi possível observar a relevância da execução do projeto de paisagismo, o retorno positivo dos alunos e, que é

imprescindível que projetos exitosos como esse tenham continuidade, tanto como ferramentas de ensino como para a manutenção dos espaços paisagísticos.

Palavras-chave: Paisagismo; Ensino-aprendizagem; Ciências; Relevância; Espaços Verdes.

LANDSCAPE PROJECT IN IFAC - XAPURI: IMPLEMENTATION AND EVALUATION AS A PEDAGOGICAL TOOL

ABSTRACT

The rural exodus and urbanization have led to disorderly constructions and the formation of heat islands. The old gardens, backyards, and squares were transformed into massive concreted areas, leading to low quality of life. In this scenario, landscaping is a tool for the ecological area in environments, seeking harmony between buildings and nature. This study aimed to describe an implementation of the landscaping project at IFAC - Campus Xapuri and analyze the students' perceptions. Professors and students of Campus Xapuri developed the project in idle spaces of IFAC from 2013 to 2017. Landscaping was carried out in a transdisciplinary way and disclosed a teaching and learning tool, with the active participation of approximately 800 students over the five years of project execution. Students that did not participate in the project filled a questionnaire. The analysis of predictive data that students were already at the institution has a different view from newcomers. The transformation of landscaping in aesthetic aspects, expediting and curricular integration was a consensus among the students. In this study, it was possible to observe the relevance of the execution of the landscaping project, the positive feedback from the students, and that successful projects such as this must have continuity, both as teaching tools and for the maintenance of landscaped spaces.

Keywords: Landscaping; Teaching-learning; Sciences; Relevance; Green spaces.

PROYECTO DE PAISAJE EN IFAC - XAPURI: IMPLEMENTACIÓN Y EVALUACIÓN COMO HERRAMIENTA PEDAGÓGICA

RESUMEN

El éxodo rural y la urbanización han provocado una construcción desordenada y la formación de islas de calor. Los antiguos jardines, patios traseros y plazas se han convertido en enormes áreas de hormigón, lo que genera una baja calidad de vida. Este escenario, el paisajismo es una herramienta importante para la reestructuración ecológica de los entornos, buscando la armonía entre los edificios y la naturaleza. El presente trabajo tuvo como objetivo describir la implantación del proyecto de paisaje en el IFAC - Campus Xapuri y analizar la percepción de los estudiantes luego de la ejecución del proyecto. Docentes y estudiantes del Campus Xapuri aplicaron el proyecto de paisajismo en espacios ociosos de IFAC - Xapuri, de 2013 a 2017. El paisajismo se trabajó de manera transdisciplinaria y resultó ser una importante herramienta de enseñanza-aprendizaje, con la participación de aproximadamente 800 estudiantes durante los 5 años de ejecución del proyecto. Se invitó a las clases que no participaron en la ejecución del proyecto a completar un cuestionario. El análisis de los datos nos permitió ver que los estudiantes que ya estaban en la institución tienen una visión diferente a los recién llegados. La relevancia del paisajismo en los aspectos estéticos, funcionales y de integración curricular fue un consenso entre los estudiantes evaluados. Se pudo observar la relevancia de la ejecución del proyecto de paisajismo, la retroalimentación positiva de los estudiantes, y que es fundamental que proyectos exitosos como este tengan continuidad, tanto como herramientas didácticas como para el mantenimiento del paisajismo.

Palabras clave: Paisajismo; Enseñanza-aprendizaje; Ciencias; Relevancia; Espacios verdes.

1. INTRODUÇÃO

A urbanização cresceu de forma acelerada no Século XX, levando ao crescente desenvolvimento urbano, que engloba a edificação de construções comerciais, industriais, habitacionais, hospitalares, educacionais dentre outras. Uma das consequências da urbanização é o êxodo rural (BARBOSA JÚNIOR & SANTOS, 2014), nos dias de hoje, grande parte da população urbana age como “parasitas” do planeta, devido ao estilo de vida consumista, são muitos os subprodutos desse estilo de vida. Os espaços urbanos sem planejamento, formam ilhas de calor, devido a verticalização arquitetônica e utilização de matérias-primas ecologicamente inadequadas; os antigos jardins, quintais e praças se transformaram em áreas maciças concretadas, levando a baixa qualidade de vida das populações (OTTMANN et al., 2007; RIBEIRO & CEZAR 2014).

No Brasil a implantação do paisagismo remonta o período colônia, em 1807. Nesse contexto, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi inicialmente erigido pela monarquia luso-brasileira como um viveiro de plantas exóticas para fins científico-econômicos (NICOLAU, 2012). O paisagismo é uma importante ferramenta para a reestruturação ecológica da realidade dos centros urbanos, esse termo vai bem além da criação de jardins e praças, trata-se da organização de um espaço externo, buscando a harmonia entre as construções e a natureza, de forma a criar ou substituir espaços afetados por construções desordenadas. Projetos paisagísticos valorizam critérios estéticos e a relevância que eles assumem quanto aos elementos naturais, em especial a vegetação; e devem atender aos anseios, exigências e necessidades dos usuários, através da preservação de espaços livres, e distribuição qualitativa e funcional dos espaços. (GUMY, 2016; BELLÉ, 2013; BURLE, 2019).

O paisagismo é um desmembramento da arquitetura, recentemente tem-se aplicado o conceito de “paisagismo sustentável” que busca a integração dos eixos: ambiental, social e econômico; um exemplo seria, o uso de plantas nativas, redução da manutenção e atração de avifauna selvagem. (EVARISTO & CAMILATO, 2019; NICOLAU, 2013). Teixeira (2012) coloca que os espaços públicos com paisagismo são elementos importantes que permitem a integração com a natureza, a harmonia da população, um melhor relacionamento e convivência comunitária. Além da jardinagem favorecer o aparecimento de áreas verdes urbanas e o equilíbrio ecológico, ressalta-se o seu importante papel no que tange a educação ambiental. Barbosa et al. (2011) conceitua a educação ambiental como sendo um processo pelo qual o educando obtém conhecimentos e dessa forma adquire nova visão sobre o meio ambiente, e

passa a ser protagonista e agente transformador da sua realidade. As questões ambientais estão presentes no nosso cotidiano cada vez mais e a educação ambiental é essencial em todos os níveis dos processos educativos (SANTOS, KICH 2016). A execução de um projeto de paisagismo em ambientes educacionais é uma tarefa que pode ser executada de maneira transdisciplinar, envolvendo: Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Códigos e Matemática e suas Tecnologias (BURLE, 2019). No ambiente escolar, os tratamentos dispensados aos ambientes de convivência viabilizam melhor as áreas de lazer coletivo onde os alunos se reúnem em grupo para diferentes práticas (ALVES, 2009)

A cidade de Xapuri é conhecida mundialmente como um importante berço da luta pela preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, onde ficou conhecida através da figura mais ilustre da cidade, o ambientalista “Chico Mendes”. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre Campus Xapuri visa manter as questões de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável sempre em pauta. O projeto tem como objetivo descrever a implantação do projeto de paisagismo no IFAC - Campus Xapuri e analisar a percepção de discentes após a execução do projeto.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Aplicação do projeto de paisagismos:

Professores do Campus Xapuri desenvolveram o projeto de paisagismo nos espaços ociosos do IFAC – Xapuri, proporcionando mais vida e verde nesses espaços, o projeto foi desenvolvido de 2013 a 2017 com alunos dos cursos técnicos de meio ambiente (disciplina de prática profissional), técnico de Agroecologia (disciplina de prática profissional), integrado em biotecnologia (disciplina de poluição e impacto ambiental) e curso superior em gestão ambiental (disciplina de prática profissional), onde esses alunos ao longo desses anos foram os responsáveis pela execução e manutenção do projeto paisagístico nesses espaços.

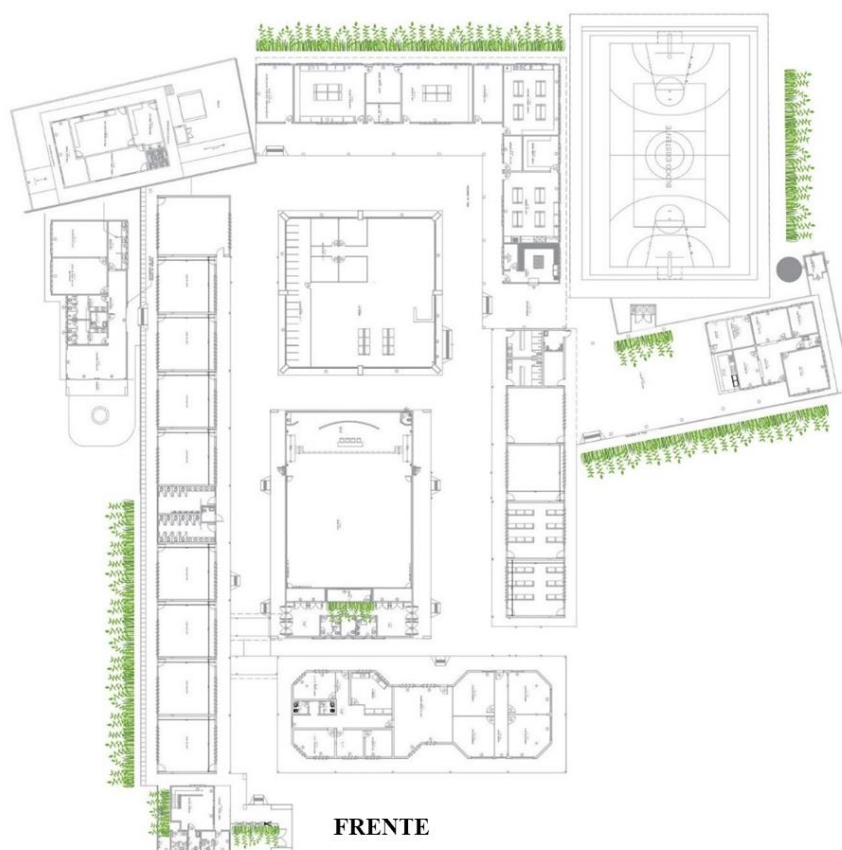
A escolha das espécies utilizadas, foram definidas em rodas de conversas entre professores e alunos, posteriormente os espécimes foram adquiridos através de parcerias com a comunidade, dentre eles podemos destacar:

- I. **Hibisco** (*Hibiscus rosa-sinensis* L.);
- II. **Pingo de ouro** (*Duranta repens*);
- III. **Amendoim forrageiro** (*Arachis pintoi*);

- IV. **Espada de são Jorge** (*Dracaena trifasciata*);
- V. **Cravo de defunto** (*Tagetes erecta* L.);
- VI. **Açaí Solteiro** (*Euterpe precatória* Mart.);
- VII. **Onze-horas** (*Portulaca grandiflora*);
- VIII. **Ruélia Azul ou Roxa** (*Ruellia coerulea*);
- IX. **Begônia cerosa** (*Begonia semperflorens*);
- X. **Cosmos-amarelo** (*Cosmos sulphureus* Cav.).

Após a escolha das espécies e dos locais onde seriam plantadas, iniciou-se o processo de plantio no Campus Xapuri, conforme a distribuição espacial descrita na figura 1. Participaram da execução do projeto paisagístico, ao longo dos cerca de 5 anos, aproximadamente 800 discentes dos cursos mencionados.

Figura 1. Planta baixa do Campus Xapuri do IFAC, destacando em verde a distribuição espacial aproximada, das áreas selecionadas para os plantios das espécies (I – X).



Levantamento de dados:

Após a execução do projeto de paisagismo por 5 anos, foi realizado levantamento de dados junto ao corpo discente do Campus, tendo como finalidade avaliar a percepção dos alunos

acerca das mudanças que ocorreram no espaço. A pesquisa foi desenvolvida através de aplicação de questionário semiestruturados nas turmas dos cursos Superiores (Tecnologia em Agroindústria, Tecnologia em Agroecologia, Tecnologia em Gestão Ambiental e Licenciatura em Química) e uma turma do ensino médio técnico (integrado em Biotecnologia). As três turmas de cursos Tecnólogos cursavam o 6º período, a do curso de Licenciatura o 7º período e por último, a turma do integrado em biotecnologia foram entrevistados alunos do 1º ano, que haviam acabado de ingressar na instituição.

No questionário constavam 5 perguntas, a saber:

1. O Campus Xapuri possui um trabalho de paisagismo?
2. O que precisa melhorar no Campus Xapuri para desenvolver melhor o paisagismo?
3. O paisagismo pode melhorar o microclima no Campus Xapuri?
4. O paisagismo é relevante para discutir temas de algumas disciplinas de seu curso?
5. Um local com mais árvores, flores ou jardins se torna um lugar mais bonito?

Análise dos dados:

Após a aplicação do questionário nas turmas descritas, as informações foram tabuladas no Software Microsoft Excel e os gráficos foram gerados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O paisagismo como ferramenta de ensino:

A aplicação de projetos como esse, nos permite compreender a relevância do paisagismo para o ambiente escolar, o qual proporciona a todos um ambiente mais alegre, mais verde; um ambiente vivo e melhor, tanto no aspecto estético quanto funcional. O surgimento de microclimas, torna o ambiente mais fresco e agradável, reduzindo o calor em alguns espaços. O clima pode ser dividido em denominações que variam de acordo com a área de estudo e suas condições físico-geográficas, a saber: macroclima, mesoclima, topoclima e microclima. O microclima, abrange áreas reduzidas e está relacionado com a influência de alguns elementos essencialmente urbanos, como edificações, jardins e praças (SOLDERA et al., 2014).

Ao longo dos anos foi possível perceber a importância do projeto como ferramenta de ensino-aprendizagem, a qual se traduz não apenas pelas notas obtidas pelos discentes, mas pelo interesse deles em participar em todas as etapas do projeto, a saber: seleção dos espécimes, plantio e manutenção dos espaços (adubagem, rega e poda). Embora seja um consenso entre professores e pesquisadores, que as atividades práticas são importantes ferramentas no processo

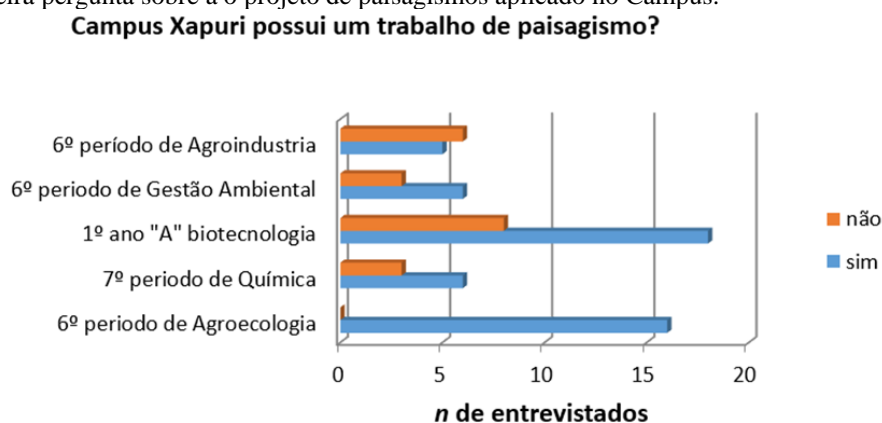
de ensino-aprendizagem das ciências naturais, ainda existe um abismo entre a importância atribuída às atividades práticas e a sua execução (BASSOLI et al., 2014). Santos (2018), coloca que as atividades de paisagismo e jardinagem no âmbito escolar tornam-se uma ação necessária e importante na construção de uma consciência ecológica, contribuindo para a preservação ambiental e consolidando a Educação Ambiental tanto na sua perspectiva crítica quanto social. Dobbert & Boccaletto, (2021), vão além e colocam a implantação do paisagismo no ambiente escolar como uma valiosa ferramenta para a aplicação da educação ambiental no âmbito conceitual e prático, permitindo a escola trabalhar também com a formação de valores, atitudes, comportamentos ambientalmente corretos introduzidos na prática do dia a dia.

A sustentabilidade é um termo em voga, que significa o uso racional dos recursos naturais, não comprometendo esses recursos para gerações futuras, nesse contexto, o paisagismo é uma ferramenta que permite a sustentabilidade sendo utilizada para manter o equilíbrio dos ecossistemas em ambientes urbanizados, por exemplo (SIQUEIRA, 2017).

Percepção de discentes sobre o projeto de paisagismo:

A execução de um projeto de paisagismo em um ambiente escolar é de grande relevância, nesse sentido, a percepção dos alunos sobre as mudanças no ambiente serve como um termômetro, que nos permite analisar tanto o projeto em si, quanto o olhar dos discentes de diferentes turmas sobre o produto do projeto.

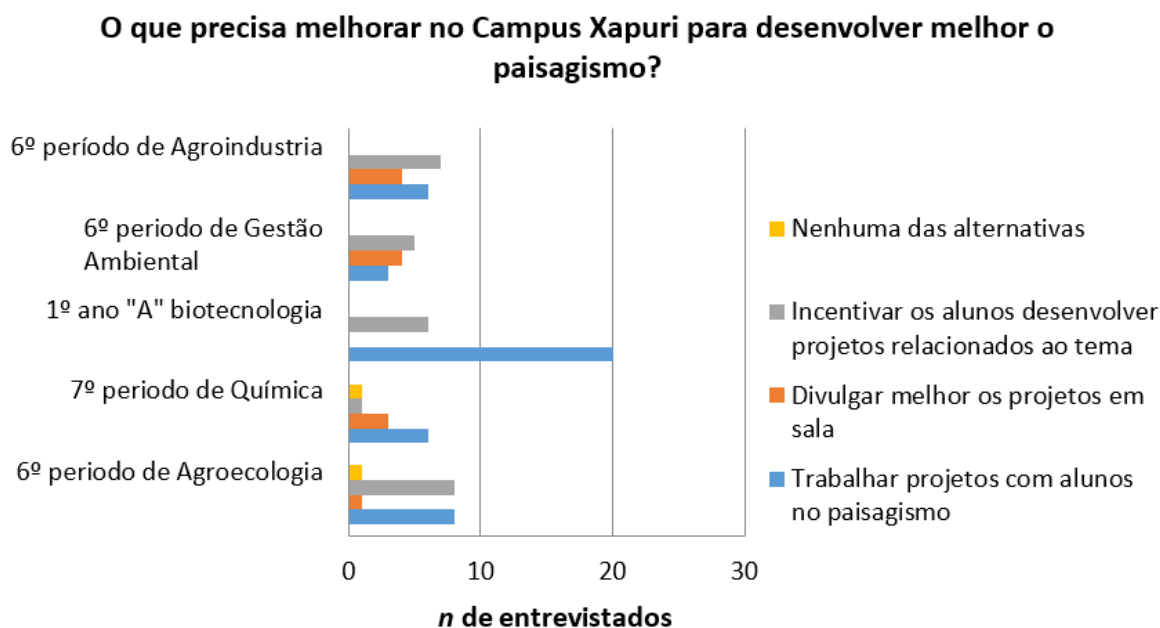
Figura 2. Dados absolutos de alunos de cursos do IFAC - Campus Xapuri que responderam a primeira pergunta sobre a o projeto de paisagismos aplicado no Campus.



Alguns dados chamaram nossa atenção, no que se refere a primeira pergunta; o primeiro deles, diz respeito a turma do 6º período de Agroindústria, dos onze alunos entrevistados, seis disseram que o Campus não possuía trabalhos de paisagismo, e outro ponto foi à turma do 1º

ano de Biotecnologia, que dos vinte seis entrevistados, dezoito disseram que o campus possui sim trabalho com paisagismo, essa informação chamou atenção por causa desses alunos estarem chegando à instituição e já perceberem esse tipo de atividade que era realizado no campus, conforme figura 2. Contudo, é algo bastante compreensível e de fácil explicação, alguns indivíduos não conseguem perceber as mudanças no ambiente em que estão inseridos, especialmente quando essas mudanças ocorrem de forma gradativa. Por outro lado, quem chega de fora, possui uma outra visão e consegue observar detalhes negligenciados por quem já está há bastante tempo inserido na realidade. Ressaltasse, que o paisagismo não foi trabalhado com a participação das turmas que foram escolhidas para aplicação dos questionários.

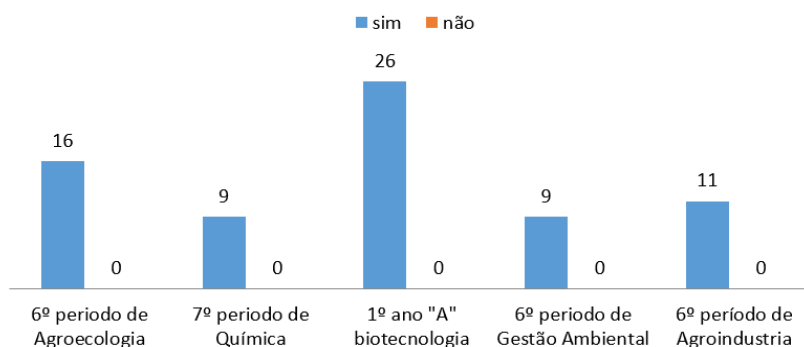
Figura 3. Dados absolutos de alunos de cursos do IFAC - Campus Xapuri que responderam a segunda pergunta sobre a o projeto de paisagismos aplicado no Campus.



Quanto as respostas para a segunda pergunta, figura 03, foi possível verificar que a turma do 1º ano em Biotecnologia, entende que a instituição precisa integrar mais os alunos ao projeto de paisagismo, as turmas de Tecnologia em Agroecologia e Licenciatura em Química pensam da mesma forma. Já as turmas de Tecnologia em Agroindústria, e de Gestão Ambiental entendem que a instituição precisa incentivar os alunos a desenvolver projetos relacionados ao tema.

Figura 4. Dados absolutos de alunos de cursos do IFAC - Campus Xapuri que responderam a terceira pergunta sobre a o projeto de paisagismos aplicado no Campus.

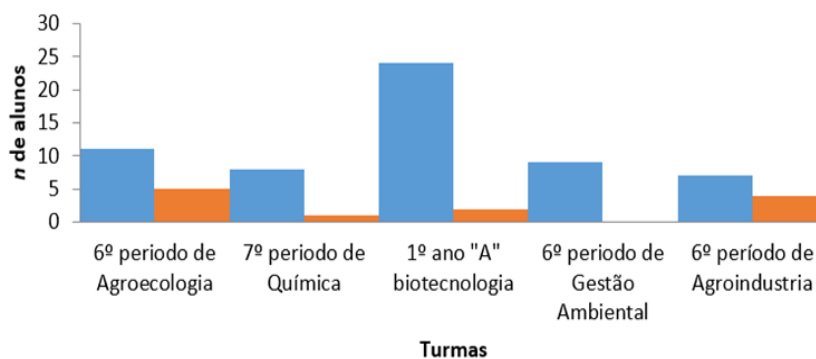
O paisagismo pode melhorar o microclima no Campus Xapuri?



Um ponto bastante interessante que foi observado na figura 04, é que todas as turmas em que foi desenvolvida a pesquisa concordam que o paisagismo pode mudar o microclima no Campus Xapuri, isso mostra que os nossos alunos têm observado as questões que vêm sendo discutido ao longo dos anos aqui em nosso Campus, bem como se mostraram atualizados quanto a importância de um ambiente urbano sustentável

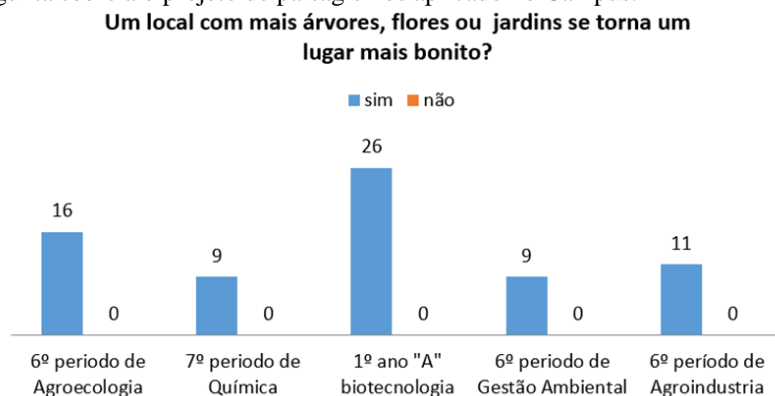
Figura 5. Dados absolutos de alunos de cursos do IFAC - Campus Xapuri que responderam a quarta pergunta sobre a o projeto de paisagismos aplicado no Campus.

O paisagismo é relevante para discutir temas de algumas disciplinas de seu curso?



Quando observamos a figura 05, é possível notar que todas as turmas pesquisadas entendem que o assunto/tema paisagismo é importante para ser discutida em disciplinas em seus respectivos cursos, e em cursos que não possuem disciplinas que trate do tema, que possam ser discutidas de forma transversal.

Figura 6. Dados absolutos de alunos de cursos do IFAC - Campus Xapuri que responderam a quinta pergunta sobre a o projeto de paisagismo aplicado no Campus.



Na figura 6, quando os entrevistados são questionados sobre a relevância de um ambiente com mais vida (arvores, flores, jardins) todos responderam que o local se torna mais bonito que preenchido com arvores, flores e jardins, e isso é muito interessante, pois todos entendem e reconhecem a importância do paisagismo dentro de espaço urbanizados como o Campus Xapuri.

Registros:

Limpeza do canteiro



Construindo uma Mandala em forma de Flor.



Manutenção e Poda dos canteiros



4. CONCLUSÃO

O estudo aqui apresentado resgatou a representação dos nossos alunos sobre o tema de paisagismo, pois, das cinco turmas que participaram desta pesquisa todos entenderam que um ambiente mais verde melhora as condições do microclima, além de proporcionar um local mais harmonioso.

Além disto, foi possível observar que os nossos alunos percebem que faltam mais projetos dessa natureza que envolva mais os alunos para fazer parte desse processo de construção de um ambiente escolar mais atrativo.

E, embora, passando cinco anos da implantação desse projeto, alunos atuantes neste trabalho teve a consciência de que tais práticas foram desenvolvidas com dificuldade de acolhimento no setor público, que a diferença só foi obtida pelo esforço de cada um, boa vontade e comprometimento da equipe envolvida. Neste sentido, é imprescindível mensurar que, embora havendo êxito nestes projetos seja necessária a continuidade dessas ações, não apenas na prática de outros, mas, para manter os espaços que já foram trabalhados, desse modo, os alunos se mantêm envolvidos em práticas da sustentabilidade ou em questões similares. Mediante a este entendimento, também foi possível observar que os participantes dessa pesquisa tiveram maior proximidade com a natureza, não no sentido do Ser a parte do contexto natureza, mas no sentido de Pertencimento, pois os entrevistados perceberam que somos natureza em totalidade. Os resultados, ainda apontam que as percepções dos participantes evidenciam que as plantas estão relacionadas à qualidade de vida. É vital, que as mesmas são benéficas para o ser humano seja no sentido físico ou emocional, e isto, se estabelece em ambientes abertos ou fechados.

Desse modo, foi perceptível neste estudo, observar certa complexidade, pois para a execução do trabalho se fez necessário à mão de obra de diversas áreas do conhecimento e diferentes profissionais, seja do âmbito do conhecimento científico ou do conhecimento popular, haja vista, que foram plantadas diversas plantas nativas e exóticas na localidade. É relevante, ressaltar que a conclusão, só foi possível, pelo engajamento coletivo de um trabalho em Equipe no desenvolvimento de todas as etapas da execução.

Diante do exposto, a conclusão de um trabalho com este contexto, mensura atitudes de consciência, de comprometimento e responsabilidade social da população que contempla o trabalho e a espera, pois durante a execução gera-se uma expectativa do resultado, a comunidade aguarda que projetos com esta proporcionalidade agregue benefício ao meio ambiente, e quando se trata de benefício ao meio ambiente, automaticamente gera benefício ao homem. Portanto, é diante deste contexto do benefício gerado, da vitalidade, do bem-estar, e da qualidade de vida comprovada em evidência que se deve trabalhar a permanência desses projetos, e não apenas mobilizar o poder público e universidades na manutenção dos que já são existentes, mas, ir além à continuidade destes desafios deve ser mantido. Pois, já é sabido que o paisagismo cumpre com seu papel ecológico através da interação natureza e ser humano proporcionando a tão almejada qualidade de vida.

5. AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos a todos os discentes e docentes envolvidos na execução do projeto, bem como a Direção do Instituto Federal do Acre – Campus Xapuri, por permitir a execução do projeto.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, O. **Discutindo Paisagismo na Escola Estadual Tomaz Edison de A. Vieira** – Artigo PDE, Maringá. 2009.

BARBOSA JÚNIOR, R. F.; SANTOS, M. J. **A urbanização das cidades**. III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. Universidade de Taubaté. Outubro. 2014.

BARBOSA, A. M. et al. **A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais**. Revista Faculdade Montes Belos. Setembro. 2011.

BASSOLI, F. **Practical activities and the teaching and learning of science(s): myths, trends and distortions**. Ciênc. Educ., Bauru, v. 20, n. 3. p. 579-593. 2014.

BELLÉ, S. **Apostila de Paisagismo**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do rio grande do Sul – Campus Bento Gonçalves. Março. 2013.

BURLE, R. M. **Entenda o que é paisagismo + 5 dicas sensacionais para usar em seu projeto**. Viva Decora, 2019. Disponível em: <https://www.vivadecora.com.br/pro/paisagismo/o-que-e-paisagismo/>. Acesso em: 15 de Maio. 2021.

DOBBERT, L. Y.; BOCCALETTO, E. M. A. **Paisagismo sustentável e preservação ambiental para melhoria da qualidade de vida na escola**. Disponível em: <https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/estrategias_cap15.pdf>. Acesso em: 10 de maio. 2021.

EVARISTO, A. V. F.; CAMILATO, L. **Revitalização de jardim com técnicas de paisagismo sustentável**. IV feira do conhecimento científico, tecnológico e cultural do caparaó. Ibatiba, ES. Novembro. 2019.

GUMY, G. **A Percepção e a Importância das Áreas Verdes no Ambiente Escola**. A Percepção e a Importância das Áreas Verdes no Ambiente Escola. Paraná. 2016.

NICOLAU, T. Q. **Paisagismo**. Revista Especialize. Julho. 2013.

OTTMANN, M. M. A.; FERRIANI, A. P.; BORSATTO, R.; CIDADE JUNIOR, H.; OLIVER, C. F.; FENIMAN, E. **O paisagismo como uma atividade transdisciplinar fomentando a educação ambiental**. 16º Congresso Brasileiro de Floricultura e Plantas Ornamentais / 3º

Congresso Brasileiro de Cultura de Tecidos de Plantas / 1º Simpósio de Plantas Ornamentais Nativas. p. 1404. V. 13. 2007.

RIBEIRO, P. L.; CEZAR, P. M. **A Influência das Áreas Verdes na Qualidade de Vida Urbana.** Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. 2014.

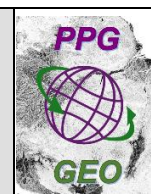
SANTOS, M. S.; KICH, T. F. **Paisagismo com Arte uma Solução para o Ambiente Escolar em Manaus.** 2016.

SANTOS, R. G. **Arborização e jardinagem na escola municipal prefeito barrinhos, em Santa Maria da Boa Vista – PE.** Especialização em Educação do Campo. PRONERA/INCRA. Juazeiro - BA. 2018.

SOLDERA, C.; BATISTA, D. B.; MARTINI, A. **Microclima e conforto térmico na trilha do capão do tigre – Espaço com atividades de educação ambiental.** Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer – Goiânia. V.10. N.19. 2014.

SIQUEIRA, S. A. **Paisagismo escolar, uma atitude consciente. Trabalho de Conclusão de Cursos - Universidade Estadual da Paraíba.** 25 p. 2017.

TEIXEIRA, R. A. **Formação Inicial e continuada Jardinagem.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. 2012.



(RELATOS DE EXPERIÊNCIAS)
**A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NA GEOGRAFIA ESCOLAR:
JOGO DIGITAL COMO RECURSO DIDÁTICO**

Esp. Dival Vieira de Araújo Neto^{1*}, Bel. Isaias de Souza Durans²
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6735-1660>; <https://orcid.org/0000-0003-0585-4024>;

¹Mestrando da Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.

²Bacharel em Geografia, Rio Branco, Acre, Brasil.
*divalnetto@hotmail.com

Recebido em: 29/05/2021; Aceito em: 8/09/2021; Publicado em: 22/12/2021
DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-9>

RESUMO

O presente relato de experiência geográfica tem como objetivo apresentar um jogo didático digital elaborado por discentes da disciplina de Biogeografia, do curso de Geografia (bacharelado) da Universidade Federal do Acre (Ufac) para desenvolver a temática de recursos naturais, com o enfoque, os conceitos dos ciclos biogeoquímicos e assim utilizar como recurso didático para aprendizagem do ensino em Geografia. Baseado na possibilidade de agregar a teoria e a prática no ensino geográfico para alunos de diferentes níveis, a proposta incluiu a elaboração de um jogo eletrônico denominado Ciclos Biogeoquímicos e aplicação em sala de aula para 15 alunos do 4º período do curso do bacharelado em Geografia da Ufac. À vista disso, a pesquisa discute distintos autores que trabalham e adotam a utilização de jogos didáticos e o ensino de recursos naturais e geográfico, com isso, sustenta a base teórica do respectivo trabalho. Os resultados apontam para o apoio técnico que o bacharel pode oferecer a partir de ferramentas, juntamente com o licenciado para a questão do ensino, a partir do caso de um jogo didático

Palavras-chave: jogo digital, Geografia, Ciclos Biogeoquímicos

THE USE OF TECHNOLOGY IN SCHOOL GEOGRAPHY: DIGITAL GAME AS A TEACHING RESOURCE

ABSTRACT

The present report of geographic experience aims to present a digital didactic game developed by students of the Biogeography discipline of the Geography course at Ufac to develop the theme of natural resources, focusing on the concepts of biogeochemical cycles and thus use it as a resource. didactic for learning teaching in Geography. Based on the possibility of aggregating theory and practice in geographic teaching for students of different levels, the proposal included the development of an electronic game called Biogeochemical Cycles and application in the classroom for 15 students in the 4th period of the Bachelor's Degree in Geography of the Federal University of Acre. In view of this, the research discusses different authors who work and adopt the use of educational games and the teaching of natural and geographic resources, thereby supporting the theoretical basis of the respective work. The

results point to the technical support that the bachelor can offer from tools, together with the licensee for the issue of teaching, from the case of a didactic game.

Keywords: digital game, geography, biogeochemical cycles.

EL USO DE LA TECNOLOGÍA EN LA GEOGRAFÍA ESCOLAR: EL JUEGO DIGITAL COMO RECURSO DIDÁCTICO

RESUMEN

El presente informe de experiencia geográfica tiene como objetivo presentar un juego didáctico digital desarrollado por estudiantes de la disciplina Biogeografía del curso de Geografía de la Ufac para desarrollar la temática de los recursos naturales, enfocándose en los conceptos de ciclos biogeoquímicos y así utilizarlo como recurso didáctico para el aprendizaje de la docencia en Geografía. A partir de la posibilidad de agregar teoría y práctica en la enseñanza geográfica para estudiantes de diferentes niveles, la propuesta incluyó el desarrollo de un juego electrónico denominado Ciclos Biogeoquímicos y su aplicación en el aula para los 15 estudiantes del 4 ° período de Geografía de Universidad Federal del Acre. Ante esto, la investigación discute diferentes autores que trabajan y adoptan el uso de juegos educativos y la enseñanza de los recursos naturales y geográficos, apoyando así las bases teóricas del trabajo respectivo. Los resultados apuntan al soporte técnico que el bachillerato puede ofrecer desde herramientas, junto con el licenciario para el tema de la docencia, a partir del caso de un juego didáctico.

Palabras clave: juego digital, Geografía, ciclos biogeoquímico.

1. INTRODUÇÃO

O profissional de bacharel em Geografia tem a formação voltada para o trabalho em diferentes ramos do conhecimento geográfico, todavia, também pode oferecer suporte científico para o ensino, seja universitário ou na educação básica, que é a área primordial de laboração do licenciado, entretanto, em uma sociedade que está cada vez mais globalizada e necessitando de novas ferramentas de trabalho para ser aplicada em sala de aula, elencando o teórico com a prática, os jogos podem ser instrumentos muito práticos para abordar uma temática de recursos naturais como os ciclos Biogeoquímicos por exemplo.

Assim como o mercado tecnológico, o ensino é uma área de constante crescimento e desenvolvimento, ocasionado assim uma necessidade de criar distintos meios para se transmitir o conhecimento. Ao se observar mais de perto os diferentes avanços tecnológicos, cria-se uma grande janela de possibilidade para o desenvolvimento de novas metodologias educacionais baseadas nessa “onda tecnológica” que está cada vez mais presente nas discussões no âmbito escolar e as pessoas das diferentes idades estão mais tempo em frente da tela de computador ou celular, tanto para questão do trabalho, mas também para o lazer, com essa perspectiva, podemos aplicar os diversos conhecimentos geográficos com a utilização de tecnologias.

Foi pensando a partir dessas ideias que surgiu na disciplina de Biogeografia, ministrada pelo prof. Me. Anderson Azevedo Mesquita, a execução um projeto pedagógico (que fazia parte

da nota dos alunos, como avaliação da matéria) e o intuito era explicar a importância dos ciclos biogeoquímicos em simulação de que modo, os discentes da disciplina estivessem formados e fazendo parte do quadro de colaboradores da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMA), que posteriormente tinham um convênio firmado com a Secretaria de Educação e com essa perspectiva, teriam que inovar e desenvolver “novas” metodologias pedagógicas e aplicar em escolas do ensino municipal a temática dos processos Biogeoquímicos, tendo em vista o aprendizado dos alunos por meio de atividades tecnológicas e no nosso caso, foi pensando, criado e executado um jogo digital.

A partir dessa relação, objetivamos relatar uma experiência geográfica de uma criação e execução de um jogo didático digital aplicado em sala de aula do 4º período do curso de bacharelado Geografia da Universidade Federal do Acre entre alunos que tinham a faixa etária entre 18 e 50 anos, entre homens e mulheres e assim, indagar a questão de aplicação de jogos digitais no ensino de Geografia, além disso, enfatizar a relevância dessa ferramenta pedagógica no processo de ensino-aprendizagem dos alunos ao qual o jogo será empenhado.

Na questão da fundamentação teórica, o trabalho tem uma perspectiva qualitativa em seu desdobramento. Os principais pensadores que fundamentaram o enfoque são: Kiefer e Batista (2020), Evangelista e Golçalves (2013), Gondin e Machado (2015), Lima e Iaroczinski (2015) e Teodoro (2015).

2. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Geografia como ciência pode oferecer ao professor/mediador diversas possibilidades de execução de atividades abordando as distintas temáticas do espaço geográfico e assim utilizar técnicas de trabalho e dinâmicas a luz do seu enfoque de aprendizado que tenciona ao seu alunado.

Os jogos digitais são ótimas ferramentas pedagógicas para desenvolver em sala de aula, tanto para o docente que apresenta uma possibilidade de aprendizagem mais dinâmica e participativa e quanto ao discente, que aprende o conteúdo de uma forma considerada diferente para os padrões de ensino e a partir dessa realidade, fortalece o papel do professor-aluno no aprendizado. Conforme Kiefer e Batista (2020),

A utilização de materiais pedagógicos distinto de jogos didáticos em sala de aula, constitui a problemática do trabalho aqui desenvolvido, entendendo que eles motivam e estimulam alunos e professores para uma aprendizagem mais colaborativa e dinâmica. Destaca-se que a Geografia, por ser uma ciência

dinâmica, possibilita que os professores em sala de aula dinamizem o estudo e as atividades a serem realizadas, por isso, da importância do professor reconhecer qual é o seu verdadeiro papel, frente ao aluno (KIEFER; BATISTA, 2020, p.53).

Em um mundo globalizado, a tecnologia estabelece a dinâmica da sociedade, nos diversos setores e a educação, no âmbito social, precisa colaborar na formação dos cidadãos que irão compor a sociedade, principalmente nas distintas frentes de trabalhos que se moderniza ao decorrer dos anos, sobretudo ligados ao setor da informática. Conforme Evangelista e Gonçalves (2013),

Uma das potencialidades necessárias ao desenvolvimento do ser humano está relacionada com a informática. Na sociedade atual a tecnologia determina rumos para o mercado de trabalho, a economia e, principalmente, visando suprir esta sociedade, a educação vai ajudar a formar cidadãos aptos para atuar nesta sociedade em constante mudança (EVANGELISTA; GOLÇALVES, 2013, p.3).

Países que são favoráveis ao desenvolvimento tecnológico no cotidiano da sala de aula tem um olhar mais sensível para as questões da informática na incrementação de didáticas pedagógicas, sem prejudicar as demais propostas de ensino consideradas tradicional. Diferente da realidade no Brasil, com pouco investimento financeiro tanto para capacitar e valorizar os profissionais, quanto para melhorar as estruturas físicas das escolas e a partir dessa desigualdade, os alunos brasileiros, tem um cenário desigual em relação aos alunos de nações que tem investimentos e desenvolvimento em metodologias com apoio de tecnologias e que possuem um currículo escolar mais dinâmico. Conforme Lima e Iaroczinski (2015).

O dia a dia das crianças e adolescentes, em países cujas políticas acompanham o positivo desenvolvimento tecnológico, apresenta um equilíbrio entre seu cotidiano social-tecnológico, ou seja, a vivência na sociedade da tecnologia de ponta, com sua escola, não havendo um desequilíbrio entre as partes, já que este aluno não irá encontrar os mesmos recursos da sociedade extraescolar dentro de sua escola possibilitando seu desenvolvimento em equilíbrio com a realidade e o futuro próximo daquela sociedade. Porém, a realidade brasileira não está alinhada com o equilíbrio existente na maioria dos países, estando em fase neófito, principalmente por possuir um vácuo de investimento financeiro e desvalorização cultural (do ensino, principalmente de seus profissionais), o que na prática cria um *gap*, uma defasagem, que representa para os alunos sair de sua sociedade tecnológica e entrar em outro mundo, muito ultrapassado, chamado Escola, tendo como consequência um resultado nada positivo para sociedade (LIMA; IAROCZINSKI, 2015, p.90).

Nas escolas brasileiras, o ensino de temáticas das Ciências Naturais ao decorrer dos anos, veio se demonstrando e discutida no meio acadêmico, o enfoque de aprendizado do alunado não obteve o êxito esperado. Segundo Gondin e Machado (2015),

O Ensino de Ciências Naturais proposto nas escolas, por longo tempo, veiculou uma visão de Ciência fragmentada e descontextualizada, fato amplamente discutido no meio acadêmico. É importante lembrar, que a própria história da Ciência é sintetizada de maneira que os alunos não tenham a compreensão dos contextos históricos, causando equívocos conceituais e sem relação com a sua vivência, demonstrando assim, uma forma desconexa de ensinar (GONDIN; MACHADO, 2015, p.3).

Jogos digitais com enfoque nos recursos naturais, pode melhorar a forma de ensinar a respectiva temática e os ciclos biogeoquímicos pode elencar os processos naturais existentes na terra e que os alunos conhecem no cotidiano de sala de aula e da sociedade. Segundo Teodoro (2015)

A biosfera é um ambiente onde o ciclo vital ocorre através de processos naturais conhecidos como ciclos biogeoquímicos que são a reciclagem dos elementos em diferentes formas químicas. Esses elementos existentes circulam do ambiente para os organismos vivos que retornam novamente para o ambiente. O equilíbrio ecológico do planeta depende dessas relações de trocas existentes entre os seres vivos e a natureza (TEODORO, 2015, p.13).

E a partir dessa perspectiva, o desenvolvimento e aplicação de um jogo digital para alunos das diversas fase do processo de ensino-aprendizagem, nos transmite a importância da utilização das tecnologias como recurso didático, onde o professor de Geografia pode utilizar em sala de aula.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para gerar o relato de experiência e a avaliação do jogo denominado “Ciclos Biogeoquímicos”, se dividiu em duas etapas: O primeiro momento foi a formação dos componentes do grupo, pesquisa e a proposta de desenvolvimento do mesmo. No segundo instrumento, foi aplicado o jogo digital e realização da avaliação na perspectiva dos 15 alunos do curso de Geografia bacharelado que estavam divididos entre na faixa etária entre 18 e 50 anos entre homens e mulheres.

4. O JOGO APLICADO EM SALA DE AULA

No intuito de apresentar os ciclos biogeoquímicos para as crianças do ensino básico, foi aplicado o jogo digital para os alunos do curso de Geografia bacharelado, conforme a simulação do projeto da disciplina de Biogeografia, e para o desenvolvimento do *game* em um mundo virtual onde é possível explorar, seguindo modelos de jogos chamados *role-playing game* (RPG) que em uma tradução seria jogo de interpretação de personagens, sendo assim a criança

poderá escolher quem a representará no universo do game e para execução do jogo foi utilizado o programa Unity no plano gratuito para estudantes que nos permite a criação de diversas histórias em formatos criados dentro do *software*.

Quanto ao enredo, em resumo se trata de um desequilíbrio dos ciclos biogeoquímicos (figura 1) que está sendo causando por um vilão chamado Kraken e para restaurar eles, as crianças deverão explorar o mundo do jogo conversar com NPCs (personagens que interagem no mapa) para aprender mais sobre os ciclos para que finalmente achem uma forma de restaurar a ordem e derrotar o vilão. Com esse cenário aprendem sobre os Ciclos Biogeoquímicos.

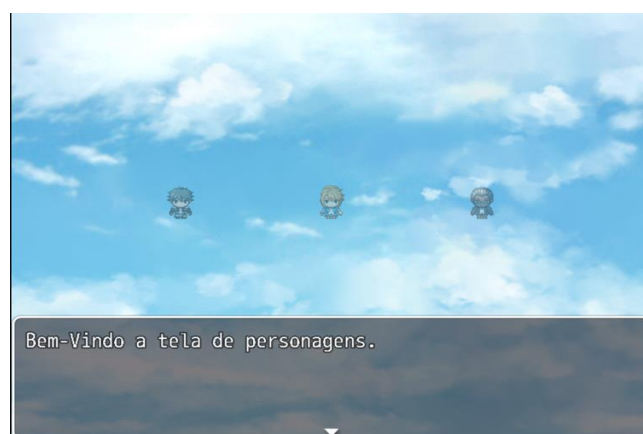
Figura 1: Capa do jogo



Fonte: Dos autores (2018)

Na figura 2 demonstram o quadro de escolha do personagem, poderia escolher um de três figuras diferentes e também denominar o personagem.

Figura 2: Tela de Escolha dos Personagens



Fonte: Dos autores (2018)

Na figura 3, temos o “mago” Davi Friale que insere dicas para o personagem avançar nas fases do jogo.

Figura 3: Interação no jogo



Fonte: Dos autores, 2018.

Na figura 4, a criança além de responder as questões, irão aprender ainda mais sobre a temática dos Ciclos biogeoquímicos.

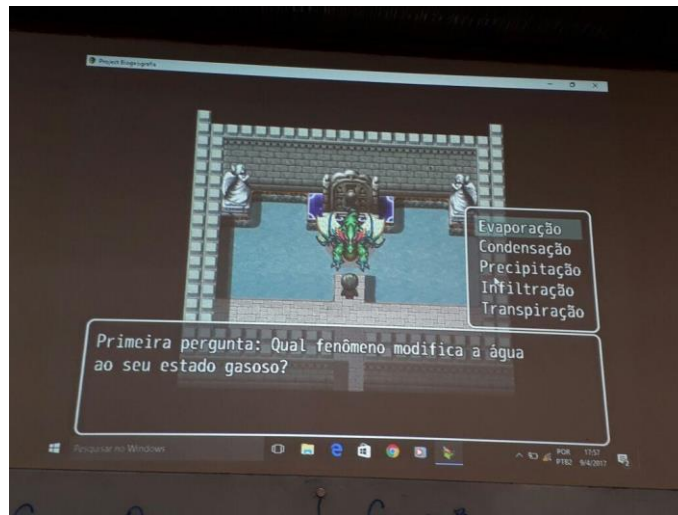
Figura 4: Aprendizado sobre os ciclos Biogeoquímicos



Fonte: Dos autores, 2018.

Na figura 5, temos a tela do jogo sendo aplicado com os discentes do curso de Geografia bacharelado da Ufac.

Figura 5: Aplicação do jogo em sala de aula



Fonte: Dos autores, 2018.

Na figura 6 e 7, os alunos e o professor estão jogando o *game* sobre os ciclos biogeoquímicos

Figura 6: jogo sendo aplicado para os discentes e docente de Biogeografia.



Fonte: Dos autores, 2018.

Figura 7: alunos jogando o game



Fonte: Dos autores, 2018.

5. RESULTADOS

Na questão da avaliação, foi aplicado um questionário, contendo a idade e nota sobre o jogo, por isso foi utilizado o programa BioEstat para quantificar os dados da avaliação no programa, onde o mesmo projeta toda a parte estatística (correlação, análise de variância, normalidade, etc.) e demonstram em gráficos e tabelas os resultados e a partir da análise indicou o índice de sucesso do projeto. O resultado apontando na média de idade da turma entre os 15 alunos que responderam foi de 28 anos entre homens e mulheres e a nota média dada ao jogo foi de 8,7 e isso indica que o jogo foi bem-visto aos testadores da versão alfa do game, assim demonstrando que o projeto foi conceituado em relação a proposta do mesmo e além da avaliação, o jogo traz outro modelo de abordagem sobre as diversas temáticas geográficas e nessa oportunidade, foi aplicado os ciclos Biogeoquímicos, e a partir do jogo, o debate do conteúdo teve uma melhor fluidez de discursão e aprendizagem durante a disciplina de Biogeografia do curso de bacharelado em Geografia.

6. CONCLUSÃO

O relato geográfico aqui desenvolvido consistiu na elaboração e aplicação de um jogo didático digital, com intuito de compilar o aprendizado sobre recursos naturais na Geografia, a partir dos ciclos Biogeoquímicos, temática debatida na disciplina de Biogeografia, com esses

fatores permitiu um trabalho multidisciplinar e tendo o bacharel em Geografia como um profissional que pode auxiliar a questão do ensino geográfico.

A experiência geográfica com os discentes do 4º período do curso de Geografia bacharelado permitiu unir a teoria e prática, além de trabalhar com *softwares* e fortaleceu ainda mais o estímulo para novas ferramentas didáticas para que docentes possam inserir exercícios desse tipo e discentes de todas as idades tenham mais uma opção de aprendizado nas diversas temáticas do conhecimento geográfico como foi reconhecida pelos componentes da atividade. Temos que ressaltar, que os jogos didáticos ainda se encontram com impedimentos, se observamos o cenário educacional brasileiro. A partir de ideais como relatada nesse trabalho, abre possibilidades de um novo horizonte para ultrapassamos a fronteira do ensino considerado tradicional.

7. REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, T. B. N.; GONÇALVES, P. R. Uso Da Tecnologia Como Uma Ferramenta Para Despertar O Interesse Por Aprender – Um Estudo De Caso Prático. **Revista Tecnologias na Educação** – Ano 5 - número 9 – dezembro 2013. Disponível em: <http://tecnologiasnaeducacao.pro.br/> Acesso em: 5 22. Jane. 2021

GONDIN, C. M. M.; MACHADO, V. M. Uma organização praxeológica: construção coletiva de um jogo sobre os ciclos biogeoquímicos. In: X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – X ENPEC, 2015, Águas de Lindóia, SP. **Anais [do] X ENPEC**, 2015. P. 1-8. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/x-enpec/anais2015/resumos/R0809-1.PDF>. Acesso em: 10 de mar. 2021.

KIEFER, A. P.; BATISTA, N. L. Relato de experiência sobre o uso de um jogo didático como uma ferramenta para o ensino de Geografia. In: X Fórum Nacional NEPEG de Formação de Professores de Geografia, 2020, Goiânia/GO. **Anais [do] X Fórum Nacional NEPEG**, 2020. p. 51-60. Disponível em: <http://nepeg.com/anaisforumnepeg/anais/>. Acesso em: 20 de fev. 2021.

LIMA, L. A. A.; IAROCZINSKI, A. As Tecnologias para Educação como Prática Pedagógica no Ensino da Geografia. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 89-106, 2015. Disponível em: assselvi.edu.br/index.php/GED_EaD/article/view/1291/449 Acesso em: 20. Jan. 2021

TEODORO, P. G. **Escolha de livros didáticos de ciências no município de Santo Antônio da Platina: uma análise da abordagem dos ciclos biogeoquímicos**. Monografia de Especialização, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira, 2014.